




Coleção
Documentos
112

OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS



- 112 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2025

Ficha Técnica

Título: Olhares sobre os tempos modernos

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 112

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: Mapa “de Cantino” (1502)

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2025

ISBN – 978-65-5306-056-2

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

ÍNDICE

Visões do Mundo Novo: breve introdução a uma geo-história dos tempos modernos / 9

Uma História Política: a formação dos Estados Nacionais Modernos / 43

O quarto centenário do “descobrimento” sob o prisma da imprensa: breve estudo de caso / 67

Cervantes em caricaturas: a revista ilustrado-humorística brasileira *D. Quixote* / 83

VISÕES DO MUNDO NOVO:
BREVE INTRODUÇÃO A UMA GEO-
HISTÓRIA DOS TEMPOS MODERNOS

*No mar tanta tormenta, e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida!
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade avorrecida!
Onde pode acolher-se um fraco humano,
Onde terá segura a curta vida?
Que não se arme, e se indigne o céu sereno
Contra um bicho de terra tão pequeno?*

Os Lusíadas

A transição do medievo para os tempos modernos caracterizou-se como uma época de profundas transformações nas sociedades humanas, mormente a partir das mudanças ocorridas em vários países da Europa Ocidental e, desses, expandindo-se para algumas das regiões mais longínquas do mundo. De modo imbricado, tais modificações se fizeram sentir no campo social, político, econômico, religioso e ideológico, levando, no seu conjunto, à alteração do *status quo* do ocidente europeu medieval. Nesse sentido, a transição do feudalismo para o capitalismo, um processo lento e gradual, teve em cada um de seus elementos constitutivos um fator essencial para a efetivação prática dessa conjuntura de transformações, ou seja, a formação dos Estados Nacionais Modernos; a implementação dos modelos absolutistas; a ascensão da burguesia e as novas relações com a aristocracia; o renascimento cultural, intelectual e artístico; as reformas na cristandade e a contrarreforma católica; e a expansão marítima e colonial europeia atuaram de maneira articulada e interagiram entre si numa mútua relação de “causa e efeito”.

Dentre essas transformações, uma das que mais contribuiu diretamente para espriar esse contexto de mudanças às mais distantes partes do mundo foi a expansão marítimo-comercial europeia. Movidos pelas novas necessidades econômico-sociais e pelos avanços tecnológicos, através das “grandes navegações”, os europeus chegaram a regiões remotas do globo, ampliando de forma indelével as noções a respeito da superfície terrestre até então entabuladas. Do mundo mediterrâneo, os europeus lançaram-se ao *Mar Tenebroso*, contornaram a África, alcançando à Ásia e chegaram à América, implementando, ao longo desses trajetos um processo de conquista, dominação e colonização que, através da política colonial-mercantilista, levaria a riqueza a várias regiões da Europa Ocidental, fortalecendo alguns dos novos Estados Nacionais e, com variações no espaço/tempo e de país para país, promoveria a afirmação do sistema capitalista.

Uma análise sobre esse expansionismo colonial europeu típico dos tempos modernos pode ser empreendida através da articulação dos conhecimentos históricos e geográficos a respeito do período, de modo que um olhar geo-histórico traz em si excelentes resultados para as interpretações acerca das sociedades de então. Nessa linha, alguns dos pressupostos sugeridos por Braudel podem ser utilizados a contento nas análises a respeito da difusão europeia pelo mundo durante a Idade Moderna. Segundo o autor, é necessário “fixar os termos dos problemas humanos tais como os vemos, estendidos no espaço e, se possível, cartografados” numa “geografia humana inteligente”; além disso, seria preciso “fixá-los não apenas para o presente e no presente” bem

como, “fixá-los no passado, levando-se em conta o tempo, destacar a geografia desta faina de buscar as realidades atuais, à qual ela se dedica unicamente ou quase, forçá-la a repensar, com seus métodos e seu espírito, as realidades passadas e, através disso, o que poderíamos chamar de vir-a-ser da história”. Para Braudel, geógrafos e historiadores tinham de inter-relacionar e inter-complementar seus objetos e objetivos de estudo, revendo, mutuamente, suas noções sobre espaço e tempo, de modo que “tal seria a ambição desta *geo-história*”¹. Realizar um breve incursão introdutória a essa forma de análise, sobre a qual o próprio Fernand Braudel apenas “ousava pronunciar o nome”, dando um destaque especial às formas de representação que os europeus entabularam acerca da cartografia, da natureza e dos seres humanos encontrados no Mundo Novo, constitui o objetivo deste trabalho.

As representações da superfície terrestre fazem parte dos registros acumulados do conhecimento humano desde a Antiguidade, com destaque para os mapas confeccionados a partir das culturas grega, romana e helenística. A Idade Média representaria uma involução desses registros cartográficos, ficando as representações da superfície terrestre também limitadas ao predominante pensamento religioso da época. A exceção ficaria por conta dos mapas elaborados pelas sociedades orientais, notadamente os árabes, que se utilizaram de vários dos preceitos estabelecidos pelas civilizações da Antiguidade. Todos esses registros caracterizavam-se por limitar-se ao espaço

¹ Citado por: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 69.

terrestre então conhecido, ou seja, o “Velho Mundo”, constituído pela Europa, o norte da África e parte da Ásia, tendo por centro a bacia mediterrânea². Ainda durante os tempos medievais, por ocasião das Cruzadas e das rotas em direção ao Oriente na busca das especiarias, se empreenderia uma verdadeira geografia do imaginário, onde a fantasia e o fantástico faziam parte dos relatos a respeito dos caminhos trilhados pelos europeus fora de seu continente.

Tendo em vista a necessidade da busca de alternativas para a implementação do comércio, os tempos modernos seriam marcados pela retomada dos conhecimentos acumulados pelas culturas orientais e ocidentais acerca da superfície terrestre. Nesse sentido, o renascimento artístico-cultural e o repensar intelectual das sociedades humanas, revivendo alguns dos fundamentos do pensamento da Antiguidade Clássica também seriam aplicados nas formas de representação do espaço geográfico. Diversos dos projetos então entabulados pelos navegadores tinham por base uma cuidadosa pesquisa empreendida em núcleos onde eram reunidos todos os acervos cartográficos à época disponíveis. Assim, o período desde o final do século XV e ao longo da próxima centúria (prossequindo durante as seguintes) representaria uma verdadeira “revolução do saber” acerca do conhecimento cartográfico.

² Exemplos de mapas da Antiguidade e da Idade Média podem ser observados em: FERREIRA, Conceição Coelho & SIMÕES, Natércia Neves. *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Gradiva, 1986. p. 20-52.; DUARTE, Paulo Araújo. *Fundamentos de cartografia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. p. 16-32.; e DREYER-EYMBCKE, Oswald. *O descobrimento da Terra*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1992. p. 41-57.

Nesse sentido, os “périplos” europeus ao longo do Oceano Atlântico, através das inovações tecnológicas e do acúmulo de documentação cartográfica implementaram os “conhecimentos de natureza geográfica, ligados à expansão mercantil dos fins do medievalismo, ampliando o chamado ‘mundo conhecido’”. Essa “ampliação atinge seu limite maior quando, no fim do século XV, Vasco da Gama chega à Índia, após contornar a África, abrindo roteiros que, no século seguinte, se tornarão conhecidos”; além disso, essa foi “a época em que Colombo chega à América e Cabral chega ao Brasil”, num quadro onde “portugueses e espanhóis – holandeses, ingleses e franceses depois – devassam o Oriente”, além do que, “Fernão de Magalhães dá a volta ao mundo”. As formas de representação da superfície terrestre também evoluem nesse contexto, acompanhando a própria evolução das mais variadas áreas do conhecimento humano, como a astronomia e a física, além do lançamento de certos pressupostos que se constituiriam, durante os séculos seguintes, nos rudimentos de diversas das ciências³.

Nesse quadro, os tempos modernos caracterizaram-se como uma primeira e decisiva fase de mundialização dos horizontes humanos, refletindo-se progressivamente essa ampliação do “mundo conhecido” numa relação diretamente proporcional à evolução quanto às formas de representação da superfície terrestre. Dessa maneira, “a descoberta do continente americano e a posterior viagem de circunavegação reestruturavam definitivamente a

³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia (geografia e ideologia)*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 21-22.

concepção de espaço”, pois “os cálculos corretos de longitude e de latitude permitiram que, ao longo do século XVI, se exercitasse uma percepção quantificável dos territórios descobertos”, além do que “a matemática e a geometria desenvolviam o pensamento racional, criando especialistas cada vez mais aptos a descrever e medir todo o globo”. Nessa conjuntura, “a racionalidade transformava-se lentamente num *universal* que garantia a superioridade do pensamento cristão” e “o *mapeamento* do mundo é uma prova de força de domínio absoluto da Europa sobre os ‘outros’ habitantes do globo”, de modo que “a universalidade histórica tão desejada pelo cristianismo encontrava na navegação (um arte que favoreceu o domínio da natureza) e nos descobrimentos um sólido suporte”⁴.

Ocorreria, dessa forma, “após longos séculos de estabilidade nos conhecimentos geográficos”, uma “transformação rápida, no espaço de quarenta anos, da representação da Terra”, de maneira que “os ensinamentos teóricos da nova geografia propagaram-se por toda a Europa com uma rapidez espantosa e foram adotados sem resistência consciente”⁵. Essas novas formas de representação resultariam num verdadeiro processo de aritmetização do real⁶, pelo qual o homem viria “a situar-se no espaço” pois “inventa os instrumentos

⁴ SILVA, Janice Theodoro da. *Descobrimientos e colonização*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 43.

⁵ RANGLES, W.G.L. *Da Terra plana ao globo terrestre: uma rápida mutação epistemológica (1480-1520)*. Lisboa: Gradiva, 1990. p. 121.

⁶ Cfe.: ALMEIDA, A. A. Marques de. Aritmetização do real na sociedade portuguesa. In: DOMINGUES, F.C. & BARRETO, L.F. (orgs.). *A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus*. Lisboa: Presença, 1986. v. 1. p. 153-164.

para nele operar, graças aos quais o reconstrói pela referenciação de posições, medida de distâncias, determinação de formas, isto é, configurações, proporção de dimensões”, onde “o espaço mítico, construído pela função simbolizadora” se desagregava “para ceder o lugar ao espaço da função do real”⁷. Esse processo de reconstrução do espaço geográfico sob o prisma europeu é traduzido por um dos “descobridores”, ao descrever um dos objetivos de seu empreendimento. Nesse sentido, em uma de suas correspondências, Cristóvão Colombo afirmava: “Senhores Monarcas, além de descrever cada noite, tenho a intenção de traçar nova carta de navegação, na qual colocarei todo o mar e terras do Mar Oceano em seus devidos lugares, sob os respectivos ventos”, bem como “compor um livro e estabelecer toda a analogia em pintura, por latitude do equinócio e longitude do Ocidente”⁸.

Assim, “poucas épocas históricas ilustram tão bem o íntimo relacionamento entre mentalidades, imaginário e espaço geográfico quanto a Europa durante o período áureo das grandes navegações, ocorrido entre o final do século XV e meados do século XVI”. Nessa época, “graças às viagens marítimas de exploração e conquista, o mundo conhecido dos europeus alargou-se em proporções inéditas, praticamente dobrando de tamanho”. Esse “alargamento do mundo” refletiu-se na confecção dos mapas de então, pois, “à medida que as viagens marítimas ocorriam, os mapas europeus registravam

⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2.ed. Lisboa: Presença, 1984. v. 1. p. 24.

⁸ COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. 4.ed. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 31-32.

novas terras, ilhas e mares, recortavam acidentes ao longo dos litorais, redesenhavam continentes, incorporavam nomes exóticos, recalculavam distâncias” e acrescentavam acidentes geográficos, “desvendando para a Europa aquela ‘metade oculta do globo’”, de maneira que “pouco a pouco, a ‘geografia da imaginação’ da Idade Média foi-se misturando e cedendo lugar à ‘geografia da experiência’ dos navegantes, comerciantes e reis da Época Moderna”⁹.

Nesse processo de aprofundamento do conhecimento acerca da superfície terrestre, a inserção da América nos mapas do “mundo conhecido”¹⁰ traduz a progressiva evolução das representações cartográficas ao longo do século XVI. Um exemplo da inclusão da América, e especificamente do Brasil, nos planisférios entabulados no século XVI é o Mapa “de Cantino”, elaborado por um cartógrafo português, em 1502, e adquirido pelo espião italiano Alberto Cantino; nesse mapa já está registrada uma longa faixa do litoral brasileiro, bem como fixava a linha de Tordesilhas, uma informação cuja divulgação ainda era proibida pelos soberanos ibéricos; além disso, aparecem também alguns pontos da América Central e até um pequeno trecho da costa norte-americana, a qual só viria a ser “descoberta” oficialmente uma década mais tarde. Já no mapa *Orbis Universalis*, elaborado pelo veneziano Jerônimo Marini, em 1512, aparece também o registro de uma porção do território brasileiro. Esse mapa-múndi representa uma transição nas formas de representação cartográfica, pois ainda

⁹ AMADO, Janaína & FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *No tempo das caravelas*. Goiânia: CEGRAF-UFG; São Paulo: Contexto, 1992. p. 39.

¹⁰ Sobre tal inserção da América, ver: RANDES. p. 93-116.

guarda em si características da “geografia fantástica”, em contraposição às inovações da “geografia do real”. O mapa está de “cabeça para baixo”, ou seja, é orientado pelo sul, devido à influência árabe, o Mediterrâneo ainda é o centro do mundo e o núcleo do mesmo é a Palestina, demarcada por um presépio, denotando a forte inspiração religiosa; além disso, nos extremos leste e oeste duas esfinges simbolizam os “mistérios do mundo”, que só viriam a ser “decifrados” a partir da viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães.

OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





Outro exemplo desses planisférios foi o confeccionado em 1519 pelo cartógrafo luso Lopo Homem que elaborou um planiglobo cercado em suas

extremidades pelos “quatro ventos”; a América é denominada de “*Mundus Novus Brasili*”, cujo extremo meridional aparece ligado à Ásia por um “continente fantástico” chamado “*Mundus Novus*”. Já ao final do século XVI, a América é representada com bem maior precisão nos mapas, apesar das dificuldades ainda existentes de traduzir-se, no plano, a curvatura da Terra, o que provocava um alargamento desproporcional das extremidades, como no caso do *Theatrum Mundi*, elaborado em 1597 por João Batista Lamanha e Luís Teixeira, no qual a América Setentrional é extremamente alargada em sua reprodução e a América do Sul, no formato aproximado de um trapézio, já se encontra delimitada no seu extremo meridional pelo Estreito de Magalhães, que a separa de um também desproporcional continente antártico que cobre quase um quarto da superfície terrestre. Também do fim do século, outra exemplificação é o mapa *Typus Orbis Terrarum*, um atlas em miniatura de 1598, elaborado por Abraham Ortelius, no qual, apesar da permanência de uma série de imperfeições – notadamente em relação às terras dos extremos meridional e setentrional, ainda pouco conhecidas – as três Américas já eram representadas com razoável correção¹¹].

¹¹ DREYER-EIMBCKE. p. 119-120.



OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





Os mapas e gravuras sobre o Mundo Novo não traduziam apenas os conhecimentos cartográficos sobre as regiões conquistadas, mas refletiam também a visão de mundo dos europeus daquela época, a qual marcava fundamentalmente as formas de representação dos homens e da natureza encontrados nas terras “descobertas”. Dessa forma, “as primeiras imagens que a

Europa teve da América refletiram muito do imaginário dos artistas e narradores europeus, que carregavam dentro de si todas as referências e códigos culturais” de seu continente. Nessa linha, “as primeiras imagens europeias não expressaram com fidelidade o que os europeus encontraram na América”, e sim, “representaram a construção, a invenção de um mundo, o Outro geográfico, segundo as categorias próprias das ideologias predominantes na Europa e que refletiam – e acabaram consolidando – a própria identidade da civilização europeia”. Esse “Outro geográfico passou a inserir-se dentro do mundo europeu, assimilado à moda da casa e a serviço de seus próprios interesses”, pois, “para os europeus, a Europa era o umbigo do mundo, o seu velho conhecido mundo, o seu Eu”, prevalecendo o eurocentrismo, pelo qual “o resto era o misterioso e nebuloso desconhecido, o remoto, o longínquo, o selvagem e novo mundo”, ou seja, “o Outro geográfico, passível de fantasias e invenções, fruto de profunda ignorância”¹².

Reflexos de uma sociedade em transição, do medieval ao moderno, as construções dos europeus acerca da América e de seus habitantes é um misto das tradições religiosas do medievo e das inovações intelectuais do renascimento cultural, de modo que a tendência era de buscar-se uma precisão cada vez maior quanto aos conhecimentos cartográficos – essenciais para as conquistas e rivalidades coloniais –, ao passo que as descrições quanto ao elemento humano do novo continente permaneciam calcadas em profundo preconceito eurocêntrico. Para os europeus, pragmaticamente convencidos de

¹² AMADO & FIGUEIREDO. p. 121-123.

sua “missão civilizatória” – bem como “da sua superioridade espiritual, cultural e religiosa e por conseguinte do seu próprio papel progressivo na história, da sua função como instrumento divino, a que nada poderia resistir”¹³ –, os homens e a natureza das terras conquistadas, ambos vistos como “coisas”, deveriam ser moldados “à europeia” e colocados a serviço de seus novos senhores. Nesse sentido, tanto os seres humanos, quanto a fauna e a flora do Mundo Novo, eram englobados num único conjunto, selvagem e exótico, paradoxal em relação ao modo de vida europeu¹⁴, de maneira que, sem qualquer preocupação em entender e explicar os motivos das diferenças, os europeus do século XVI criaram estereótipos sobre os homens encontrados, praticantes de condutas inaceitáveis para os padrões da sociedade europeia, daí a propalada necessidade de “humanizá-los” e “civilizá-los”, argumento legitimador a contento para a conquista e/ou a aniquilação.

Tanto a arte cartográfica quanto as gravuras entabuladas pelos europeus acerca da América no século XVI expressavam esses preconceitos, bem como o destaque do exótico, do estranho e, portanto, não-aceitável pela cultura europeia. Além disso, homem e natureza do Mundo Novo eram também apresentados a partir de suas potencialidades econômicas, ou seja, as novas terras e seus habitantes eram representados para traduzir lucros e riquezas advindos da

¹³ KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979. p. 52.

¹⁴ Um exemplo dessa descrição de um mundo “selvagem” (humano e natural) foi entabulada por Américo Vespúcio em diversas de suas correspondências, como pode ser observado em: VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: cartas de viagens e descobertas*. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 69-73.

exploração colonial. Exemplo destas características foi o mapa "*Kunstmann III*" (nome derivado do atlas em que foi publicado), de feitura portuguesa, entre 1503 e 1506, nele aparece parte do território americano e o símbolo humano para representar o continente constituía-se numa figura em plena prática antropofágica. Em 1519, o mapa *Terra brasiliis* apresentava uma pormenorizada descrição do território conhecido da colônia lusa na América do Sul; nele aparecem uma série de características do pensamento mercantilista e colonialista que então orientava a metrópole europeia, transpondo para o interior das terras as características típicas do litoral brasileiro, destacando-se a exuberância da terra, da fauna, da flora e dos homens, num conjunto a serviço dos interesses coloniais, no caso, a extração do pau-brasil; já as bandeiras no extremo norte (atual Guiana) e sul (atual Argentina), demonstravam o conhecimento pouco preciso e/ou o desrespeito quanto às determinações de Tordesilhas, numa alusão ao que viria marcar a presença histórica portuguesa na América e suas ambições quanto à expansão das fronteiras setentrionais e meridionais de seu território colonial.



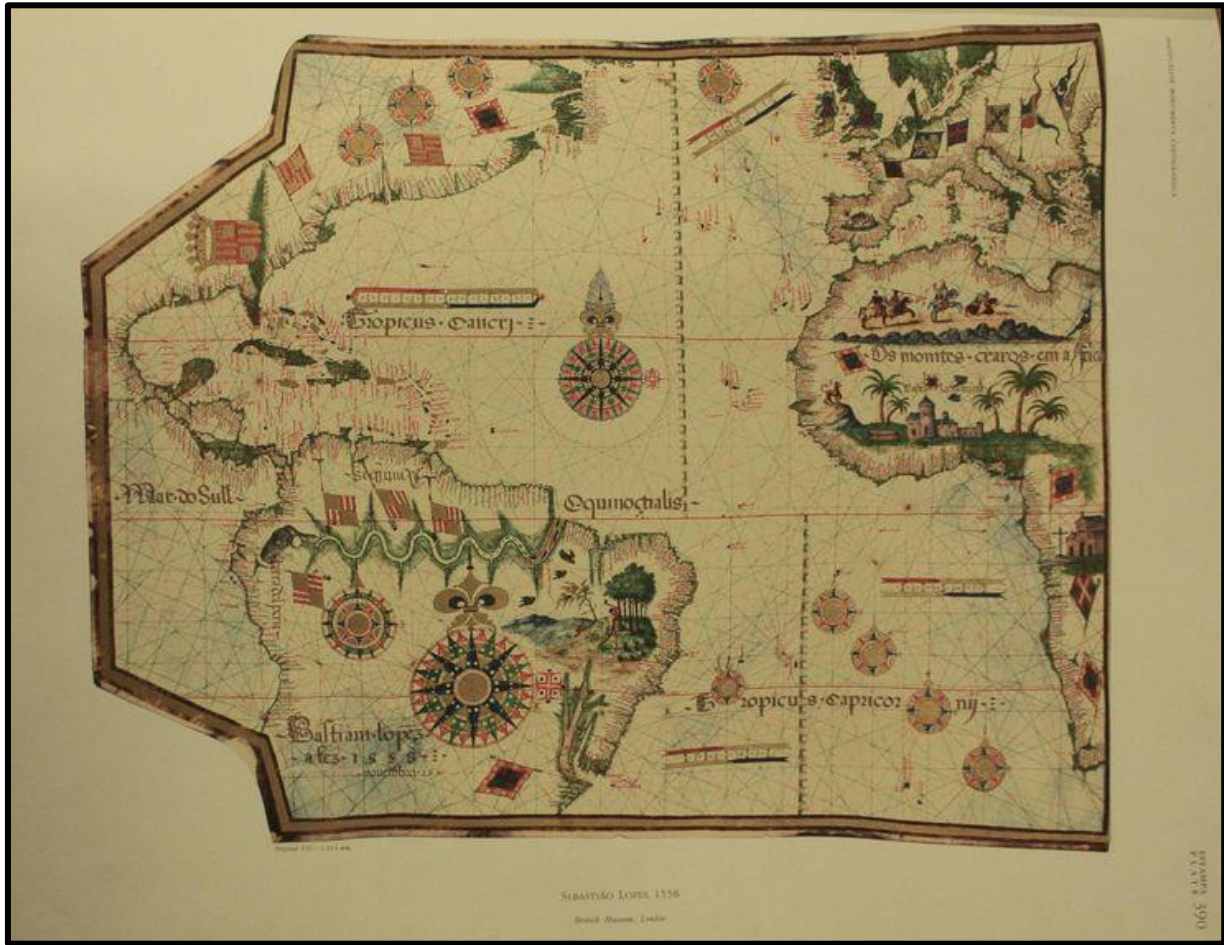
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS



Outro exemplo de uma verdadeira alegoria da conquista europeia sobre a América foi o representado no mapa América Meridional, de 1550, do francês Pierre Desceliers. Nesse mapa são demonstradas algumas das formas pelas quais os europeus viam o “primitivismo” dos habitantes originais do continente americano, ressaltando suas formas de vida rudimentares, ao passo que apresenta também o poder político e militar, a conquista e a superioridade bélica e a da civilização europeia que luta para submeter os “selvagens”. Também da década de cinquenta é a Carta de Sebastião Lopes (1558), cartógrafo português que, na representação de parte do mundo colonial luso, representava o Brasil exatamente pela gravura que traduz a exploração colonial, ou seja, a extração do pau-brasil através de um indígena. O alargamento das fronteiras além-Tordesilhas, desde o Maranhão até o Rio da Prata e o corte do pau-brasil são também representados num mapa português de 1583.



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

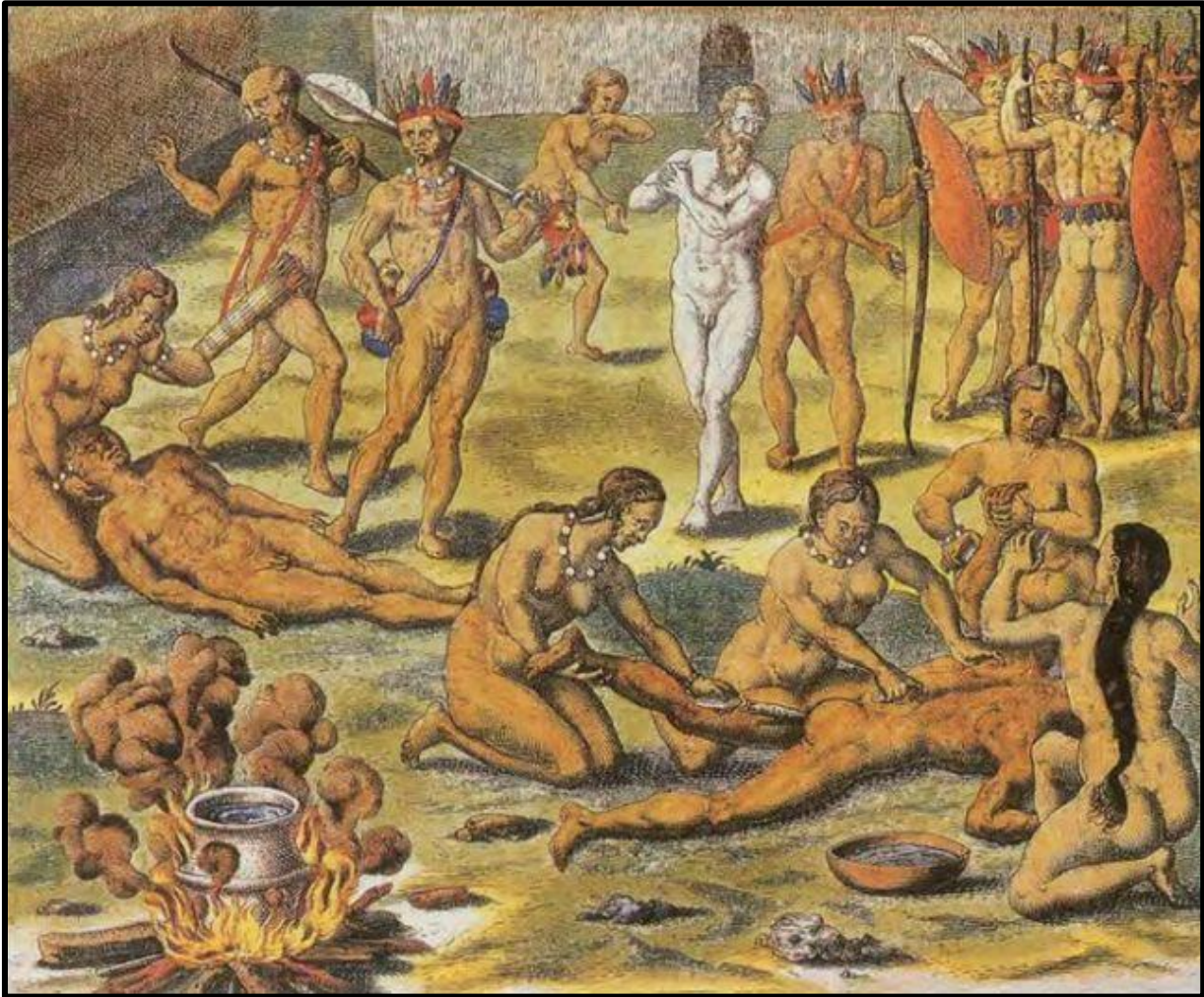


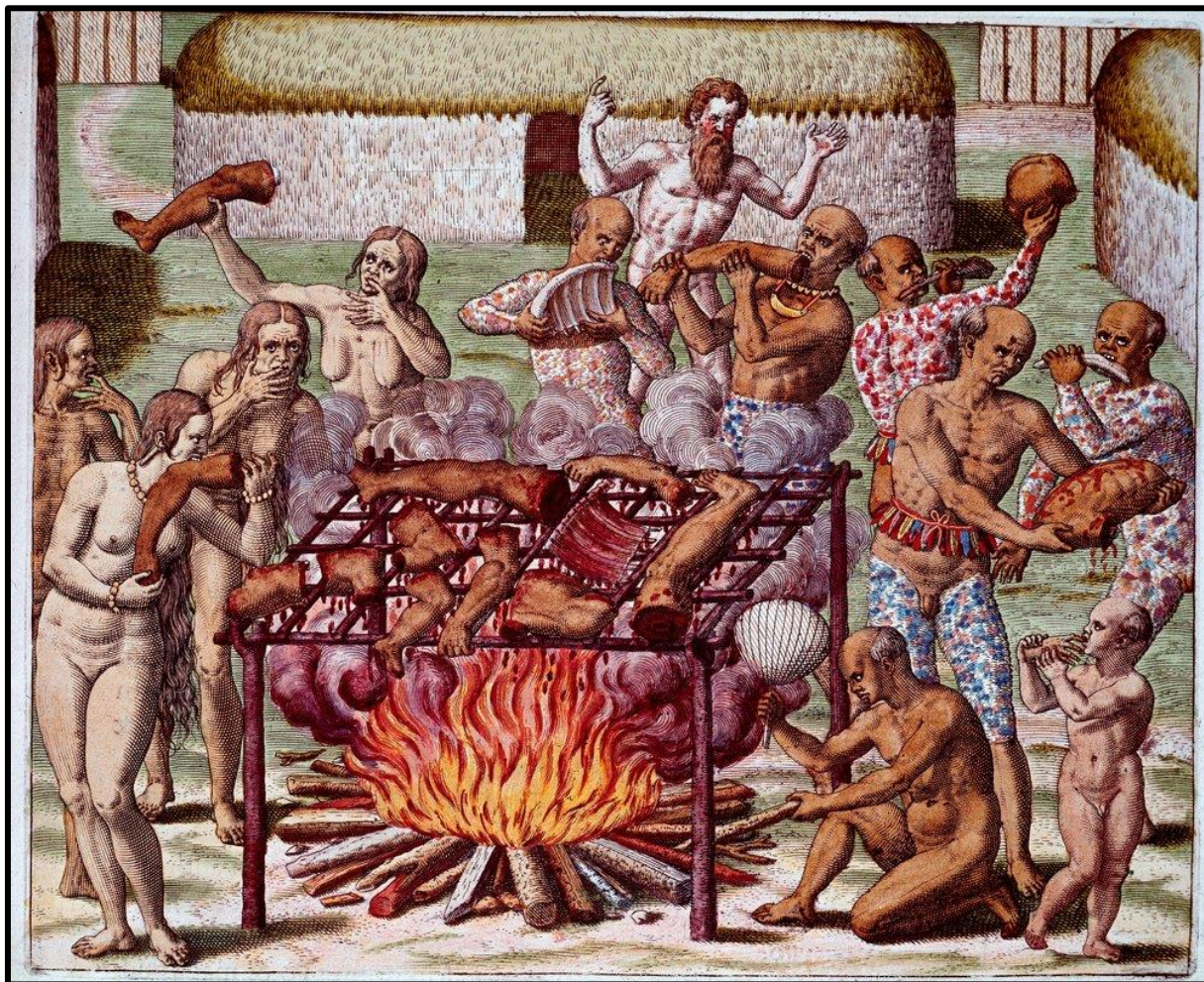
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS



Ainda no final do século XVI persistiam as visões europeias baseadas no caráter paradoxal e exótico das sociedades do Mundo Novo, caso das ilustrações elaboradas por Théodore de Bry, em sua obra sobre a América, *Grand Voyage*, de 1596. Apesar de nunca ter estado no continente americano, incorrendo numa série de imprecisões nas suas descrições as gravuras do autor conquistaram ampla popularidade, uma vez que traduziam exatamente o modo de pensar europeu de então. De Bry “sabia muito bem o que sua freguesia europeia queria ver”, e, apesar de ter denunciado certas facetas da crueldade dos conquistadores, ele “desenhou os nativos como apreciadores da carne humana”, de modo que, “em suas folhas, que tiveram grande sucesso nas quermesses da época, aparecem canibais selvagens retalhando, assando e degustando corpos humanos de acordo com os rituais de uma ‘arte culinária’ macabra”. Nesse contexto, tais desenhos e textos “se tornaram tão populares em todas as línguas europeias que acabaram se transformando em pretexto oportuno para o extermínio implacável dos povos nativos”. Entre as várias figuras apresentadas na obra, aparece um prisioneiro recebendo golpes, o preparo de um corpo para cozimento e partes do corpo assando na fogueira e sendo devorados









Esses são apenas alguns pouquíssimos exemplos do imenso universo das representações europeias acerca da terra e dos habitantes do Mundo Novo, no entanto, servem a contento para representar o caráter preconceituoso e de intolerância para com o diferente, que marcava a maneira de pensar e agir dos conquistadores europeus de então. Estas formas de representação dos homens, da natureza e a cartográfica traduziam em si a mundialização levada a efeito pelos europeus, num processo de assimilação, apropriação e transformação das sociedades e do ambiente encontrados, todos moldados para satisfazer os interesses do conquistador. Seguindo os pressupostos do mercantilismo, eram dados os primeiros passos em direção à criação de um sistema mundial que, a partir das relações colonizador-colonizado, originariam uma crescente divisão internacional do trabalho. Nascia a “economia-mundo”, ainda “modesta, ela afeta apenas uma fina película de homens, de riquezas, de espaços costeiros”, mas, “incorporada à economia europeia, entra por sua vez na respiração secular”¹⁵, num caminho sem volta em relação à implementação do capitalismo.

Assim, nesta época dava-se “apenas o início do início desta lei da moderna política internacional – mas o seu significado estrutural como paradigma da identidade na transformação do sistema internacional de então para o de hoje” tem uma importância fundamental. Nesta linha, “com a ultrapassagem do limiar da internacionalização da base econômica da sociedade, com o comércio mundial e o mercado mundial”, começava, “em consequência, uma época histórica qualitativamente nova: não de

¹⁵ CHAUNU, Pierre. *Expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978. p. 50.

interdependência abstrata, mas de interdependência nas contradições e conflitos sócio-políticos transversalmente às próprias sociedades”¹⁶. Nesse sentido, organizar o espaço passava a ser uma das funções primordiais dos grandes impérios coloniais de então¹⁷ de modo a garantir a hegemonia e sobrepujar os adversários na corrida colonial. As representações da superfície terrestre e das características intrínsecas das novas terras conquistadas passavam, nesse quadro, a também constituir-se em informações valiosas e estratégicas numa clara emanção de que o conhecer poderia ser muito bem um sinônimo de poder.

As representações cartográficas, ilustrativas e simbólicas dos europeus a respeito do Mundo Novo refletiam o fato de que os mesmos apropriaram-se das terras, dos homens e da natureza das regiões conquistadas, transformando-os, adaptando-os e moldando-os ao seu modelo vida. Na concepção europeia, o mundo pertencia aos países expansionistas, para que esses seguissem a sua propalada missão civilizatória e efetiva função colonizatória. Esta visão dos novos “donos do mundo” foi a contento traduzida, por exemplo, nos *Lusíadas*, onde Camões cria uma verdadeira alegoria, na qual os poderes divinos cediam o mundo aos “descobridores”, refletindo o pensamento europeu de que as novas

¹⁶ KRIPPENDORFF. p. 56 e 59.

¹⁷ Cfe.: BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983. p. 418.

terras e seus habitantes estavam a sua disposição para a posse e a mais ampla e irrevogável utilização/exploração¹⁸:

*Não andam muito, que no erguido cume
Se acharam, onde um campo se esmaltava
De esmeraldas, rubis tais, que presume
A vista, que divino chão pisava:
Aqui um globo vem ao ar; que o lume
Claríssimo por ele penetrava
De modo, que o seu centro está evidente,
Como a superfície claramente.*

*Qual a matéria seja, não se enxerga,
Mas enxerga-se bem, que está composto
De vários orbes, que a divina verga
Compôs, e um centro a todos só tem posto:
Volvendo, ora se abaixe, agora se erga,
Nunca s'ergue, ou se abaixa, e um mesmo rosto
Por toda a parte tem, e em toda parte
Começa, e acaba em fim por divina arte:*

*Uniforme, perfeito, em si sostido,
Qual em fim o Arquétipo, que o criou.
Vendo o Gama este globo, comovido
De espanto e de desejo ali ficou.
Diz-lhe a deusa: O transunto reduzido
Em pequeno volume aqui te dou*

¹⁸ Publicado originalmente nos Anais do Seminário Internacional Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 109-125.

*Do mundo aos olhos teus: para que vejas
Por onde vás e irás, e o que desejas.¹⁹*

¹⁹ CAMÕES, Luiz de. *Os Lusíadas*. Paris: Firmin Didot, 1847. p. 343.

UMA HISTÓRIA POLÍTICA:
A FORMAÇÃO DOS ESTADOS
NACIONAIS MODERNOS

É preciso [que o príncipe] tenha ânimo disposto a voltar-se para os rumos a que os ventos e as mudanças da sorte o impelirem, e, como antes deixei dito, não partir do bem, mas podendo, saber entrar para o mal, se a isso for constrangido. Deve o príncipe, contudo, ter muito cuidado em não deixar escapar de seus lábios expressões que não revelem as cinco qualidades antes apontadas, devendo aparentar, à vista e ao ouvido, ser piedade, fé, integridade, humanidade, religião.

Maquiavel

Até há algum tempo atrás, analisar a história sob o prisma político era considerado como algo *démodé*, e os historiadores que se dedicavam às interpretações de natureza política chegavam a ser apontados como verdadeiros dinossauros, estando, segundo esse viés, malfadados à extinção. Estas perspectivas deviam-se essencialmente à grande confusão estabelecida para com a história política, vendo-se nesta um sinônimo da história factual. Ora se a história episódica esteve basicamente ligada à narração de eventos políticos, desencadeados cronologicamente, com destaque para os feitos dos grandes homens, a história política não necessariamente seguiu o mesmo caminho. Desse modo, esse verdadeiro mal-estar para com a construção histórica de cunho político foi causado pelas visões reducionistas a respeito dos domínios da história, às vezes localizando o centro nevrálgico desta em determinados elementos constitutivos das sociedades humanas, como o econômico ou o social, num prisma estritamente maniqueísta sobre o que serve e o que não serve para o historiador.

Nos últimos anos, no entanto, apesar de algumas persistências e recorrências dos reducionismos, ou ainda, dos modismos das mais variadas espécies, o historiador vem tendo uma maior liberdade de atuação, sem ter de preocupar-se com visões preconceituosas acerca de como fazer história. Nesse sentido, a história política reencontrou seu lugar de destaque entre os pesquisadores e, buscando-se um constante renovar teórico-metodológico e uma mais íntima aproximação com as demais áreas do conhecimento humano, reergueu-se uma história que, cada vez mais, não pode e não deve ser confundida com a história factual, a não ser pelos renitentes no preconceito ou ainda pelos pragmáticos adeptos da novas ondas da moda que, seguidamente, buscam dar circunstanciais rumos às formas de edificação da história.

Ao tratar-se de um fenômeno histórico eivado de transformações como o foi a transição dos tempos medievais para os modernos, a análise da história política de então constitui-se num elemento fundamental para uma melhor compreensão histórica do período. É certo que os fundamentos políticos, sociais, econômicos, religiosos e ideológicos da época constituem um conjunto de profundas articulações e inter-relações entre eles, de modo que um estudo não pode negligenciar qualquer deles em detrimento dos demais. Nesse sentido uma análise pelo viés político da formação dos Estados Nacionais Modernos não significa uma análise unívoca dos acontecimentos políticos e, sim uma interpretação conjuntural, com um enfoque mais específico no conteúdo político, constituindo-se este no objetivo do presente trabalho.

Por uma história política

Ao alicerçar-se predominantemente na história política, este estudo trilha por uma seara que, até há alguns anos, enfrentava uma série de preconceitos, tendo “muitas vezes parecido a seus detratores como muito menos original e brilhante”²⁰. Isso deveu-se ao verdadeiro “descrédito em que foi lançado durante algum tempo o estudo dos fatos políticos pela afirmação de um interesse por outras dimensões da história”, de modo que a abordagem da história política acabaria por representar “o próprio símbolo de uma história fora de moda”²¹. Tal desprezo adveio do fato de que a análise de natureza política acabou sendo confundida com a tendência historiográfica tradicional, de maneira que passou a ser encarada como sinônimo da história “factual”, “episódica”, “dos acontecimentos”, ou de uma série de outras denominações atribuídas aquela vertente historiográfica²². Porém, se a historiografia tradicional esteve em significativa parte ligada à história política, a recíproca não é obrigatoriamente

²⁰ TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 287-288.

²¹ RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 44.

²² Uma síntese da evolução da história política ao longo das diversas correntes historiográficas pode ser observada em: FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 62-81.

verdadeira, constituindo-se a confusão entre elas numa “certa inexatidão”, uma vez que “a história política não é necessariamente episódica, nem está condenada a sê-lo”²³. Esse descarte sofrido pela história política revela os limites que as tendências reducionistas impuseram à história, ao eleger um fator, seja o social, o econômico ou o próprio político, como apanágio único e exclusivo de toda a construção histórica de uma determinada época²⁴.

Ainda acerca desta escamoteação sofrida pela história política, pode-se também perceber que “essa diluição-dissolução do aspecto político” deve-se ao fato de que, “na falta de capacidade para abatê-lo, ele é contornado” e, “para evitar toda recuperação por contaminação, todos lhe negam a existência”²⁵. Na mesma linha, René Rémond questiona e explica: “Quem sabe se uma razão oculta, talvez inconsciente, em função da qual os historiadores mantiveram a história política sob suspeita não é o fato de que ela incomoda?”; e prossegue o autor: “Ela desorienta os esforços de explicação por uma causalidade algo mecânica” e, finalmente, a “política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real”²⁶.

²³ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 5.ed. Lisboa: Presença, 1986. p. 11.

²⁴ Cfe.: RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 445-447.

²⁵ DOSSÊ, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 227.

²⁶ RÉMOND. Do político. p. 448-449.

Nesse sentido, a história política vem passando por um processo de revalorização e renovação, e “está tomando o sentido inverso o movimento de desapareço dos pesquisadores com relação ao campo político”, pois, ao invés de ser arrostado “com desconfiança ou desprezo, esse campo toma novamente seus direitos”, a partir do momento em que os historiadores adquirem “consciência de sua importância e de sua autonomia” e se esforçam “no sentido de relacionar fragmentos de explicação no interior de uma interpretação total”. Desse modo, “dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político, colocando em seu lugar aquilo que ele esconderia”²⁷ e a história política passou a contar com adeptos até mesmo dentre alguns dos seguidores de seus mais incansáveis críticos²⁸.

Nessa linha, nas últimas décadas, “esboçaram-se os sinais anunciadores, e depois multiplicaram-se as manifestações de um retorno com força total”, no qual “os trabalhos de história política pululam, numerosas teses lhe são consagradas” e “o ensino, após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão política dos fatos coletivos”. Esta revalorização advém de fatores externos, ou seja, a crescente importância que o aspecto político vem adquirindo nas sociedades contemporâneas, e internos, ligados à “reflexão crítica” e à renovação pelas quais as abordagens de natureza política

²⁷ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (dir.). *História: novas abordagens*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 182 e 184.

²⁸ Ver: BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991. p. 100-103.

vêm passando. Esta história política renovada é resultado do contato com outras ciências num processo de “pluridisciplinariedade”, pelo qual a história política “pediu emprestadas” a algumas disciplinas “técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário”, e, “às vezes, pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual”²⁹. Surgia, assim, uma história política “renovada pelo diálogo com as Ciências Sociais, com novos paradigmas” e procurando “um discurso global da sociedade sem a pretensão de ser a chave da explicação do sentido da história”³⁰.

Os Estados Nacionais Modernos e o Absolutismo

No intrincado processo de inter-relações e articulações dos fenômenos socioeconômicos e político-ideológicos que marcaram a passagem do medievo para os tempos modernos, a formação dos Estados Nacionais constituiu-se num elemento fundamental. Com variações temporais e espaciais no que tange aos diferentes países europeus daquela época, a construção de um estado mais

²⁹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 21-29.

³⁰ DOSSÊ, François. A mania da fragmentação. *Folha de São Paulo*. São Paulo: 6 ago. 1995. p. 12.

centralizado, em oposição à fragmentação política da Idade Média, surgiu como uma solução a uma série de crises que marcaram a vida europeia de então. Assim, aliada e aparecendo como fator motor de causa e efeito, a gênese dos Estados Nacionais Modernos completaria o contexto de transformações daquele momento histórico, articulando-se com o processo de expansão marítimo-comercial, de renascimento cultural, das reformas e contra-reforma religiosas e das rupturas e continuidades no campo social típicas desta época.

O caráter absolutista pelo qual viriam a se plasmar esses novos Estados Nacionais, também com variações quanto a alcances e limites através do tempo e de lugar para lugar, constituir-se-ia numa resposta ao constante esforço em prol da centralização política, apontada como a solução possível diante do quadro de guerras e crises predominante naquela fase de transições. Surgia então, em algumas regiões da Europa Ocidental, uma forma específica de organização do poder através desses Estados Nacionais, genericamente denominados de Absolutistas, com características de concentração do poder monárquico menos ou mais limitados/ilimitados, de acordo com as conjunturas espaciais/temporais³¹. Ao lado da concentração política, a formação desses

³¹ Quanto ao conceito de absolutismo, Schiera afirma: "Surgido talvez no século XVIII, mas difundido na primeira metade do século XIX, para indicar nos círculos liberais os aspectos negativos do poder monárquico ilimitado e pleno, o termo-conceito Absolutismo espalhou-se desde esse tempo em todas as linguagens técnicas europeias para indicar, sob a aparência de um fenômeno único ou pelos menos unitário, espécies de fatos ou categorias diversas da experiência política (...). A força polêmica do termo, presente desde sua aparição e nunca abafado pela sua contraditória difusão, acelerou e acentuou por uma parte o sucesso, mas também proporcionou vários equívocos sobre sua essência, tornando de uma certa problemática

estados esteve também vinculada à edificação de certas identidades nacionais, ou seja, da identificação de determinados grupos humanos, em geral por tradições, língua e heranças em comum. Assim, reuniam-se “sob a direção e domínio de um soberano”, populações caracterizadas por um certo “espírito de nacionalidade, com um idioma e literatura distintos e com uma consciência de sua própria identidade”, constituindo-se “as monarquias nacionais”³².

Advinda a partir, de “uma importante ‘crise feudal’ nos séculos XIV e XV, caracterizada pelo colapso da agricultura feudal em larga escala, das manufaturas e do comércio internacional, em decorrência de um declínio da população, tentativa de revolução social e crise ideológica”³³, a gênese dos Estados Nacionais constituiu-se num processo gradual e com nuances locais bem demarcadas. Desta maneira, emergiria “no Ocidente o Estado absolutista”, ou seja, as “monarquias centralizadas” que “representavam a ruptura decisiva com a soberania piramidal e parcelarizada das formações sociais medievais”³⁴. Num primeiro estágio apareceriam as chamadas monarquias feudais, ainda tênues e submetidas à fragmentação do poder típica do feudalismo e, posteriormente, como resultado da busca por estabilidade social, política e

a utilização dentro de margens rigorosamente suficientes para garantir a cientificidade requerida pela própria pesquisa historiográfica”. SCHIERA, Pierangelo. Absolutismo. In: BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de política*. 4.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1992. v. 1. p. 1.

³² HAYES, Carlton J.H. *Historia política y cultural de la Europa Moderna*. Barcelona: Editorial Juventud, 1946. v. 1. p. 23.

³³ HOBSBAWM, Eric. Do feudalismo para o capitalismo. In: *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 161.

³⁴ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984. p. 13.

econômica – intento atingido com razoável sucesso notadamente a partir do século XVI – se formariam as monarquias nacionais típicas dos tempos modernos³⁵.

A formação e afirmação dos Estados Nacionais estiveram intrinsicamente ligadas à reestruturação da ordem social naquela fase de transformações. Em linhas gerais, as monarquias nacionais surgiram como um “mecanismo de equilíbrio político” entre os interesses da ascendente burguesia e os das tradicionais aristocracias, diante do contexto de crise social vigente ao final da Idade Média. Nesse sentido, o absolutismo constituiu-se num “aparelho de dominação feudal alargado e reforçado, destinado a fixar as massas camponesas na sua posição social tradicional”, ou seja, “o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, ainda menos um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia”, e sim uma “nova carapaça política de uma nobreza atemorizada”. Assim, esse estado teve a sua estrutura “fundamentalmente determinada pelo reagrupamento feudal contra o campesinato” e, “secundariamente sobredeterminada pela ascensão de uma burguesia urbana que, no termo de uma série de progressos técnicos e comerciais, desenvolvia agora manufaturas pré-industriais numa escala considerável” Estas “monarquias nacionais introduziram o exército

³⁵ A respeito da transição das monarquias feudais para as nacionais, ver: STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/data.

permanente, uma burocracia permanente, o sistema fiscal nacional, a codificação do direito e os princípios do mercado unificado”³⁶.

Um dos principais aliados à afirmação dos Estados Modernos, foi o processo de formação de um complexo aparelho burocrático-administrativo e militar que, além de garantir as condições de existência e governabilidade desses estados, permitia aquele certo equilíbrio entre os interesses da nobreza e da burguesia. Nesse quadro, os soberanos “necessitavam de homens que soubessem dominar os novos processos burocráticos e possuíssem aptidões especiais para a elaboração de documentos e o tratamento destes”; tais funcionários “deveriam ainda ser capazes de acompanhar os assuntos dos conselhos e de atuar como intermediários entre o governo central e os seus gabinetes locais”, elementos essenciais à progressiva centralização administrativo-política. Nesta linha, “quaisquer que fossem as ambiguidades e incertezas que impediam uma clara formulação da ideia do ‘Estado’, não podia haver dúvidas de que o forte profissionalismo da nova classe de funcionários de Estado aumentava a eficácia dos governo” e, por conseguinte, “acentuava as possibilidades do governo absolutista”³⁷.

Dessa forma, tal estado burocratizado atendia a uma série de interesses inter-complementares entre si, em direção à crescente concentração de poder nas mãos do rei e na criação de uma série de vínculos de interdependência dos diferentes segmentos sociais para com o soberano. De acordo com esta

³⁶ ANDERSON. p. 14-17, e 21-22.

³⁷ ELLIOTT, J.H. *A Europa dividida (1559-1598)*. Lisboa: Presença, 1985. 60-61.

perspectiva, a burguesia “encontrava considerável satisfação através do ingresso na burocracia real, ao passo que qualquer interesse no sentido da independência política era quebrado pela transformação do burguês num aristocrata”³⁸. Além disso, “privilégio, favor e qualidade foram para a nobreza apenas os corolários dessa distinção que votava ao serviço público, liberando-a da preocupação de acumular bens, reconstituir fortunas, preservar os recursos vitais”³⁹. Somava-se a isso o fato de que um estado burocratizado e militarizado significava também um melhor aparelho de controle social, principalmente diante de um quadro de certo incremento progressivo da “opinião pública” e de uma “consciência política popular”⁴⁰.

Além desse papel burocrático-administrativo e legal, com reflexos no campo social, os novos Estados Nacionais tiveram uma participação decisiva nos rumos da economia de então e, num sentido intercomplementar, os avanços econômicos advindos mormente da expansão comercial também constituíram-se em fatores significativos na consolidação dos Estados Modernos. Nesse quadro, “as funções econômicas do absolutismo” não se limitavam ao “seu sistema tributário e de funcionalismo”, sendo também o grande responsável pela afirmação do sistema mercantilista, suprimindo “barreiras particularistas

³⁸ MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 65.

³⁹ CASTAN, Yves. Política e vida privada. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v. 3. p. 33.

⁴⁰ Cfe.: BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna – Europa, 1500-1800*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 280-291.

levantadas ao comércio dentro do território nacional” e esforçando-se “por criar um mercado interno unificado para a produção de mercadorias”. Acrescentava-se a isso o fato de que a monarquia absoluta, “com o objetivo de reforçar o poder de um Estado relativamente a todos os outros Estados, encorajava a exportação de mercadorias” e buscava fixar riquezas, principalmente as metálicas, no território nacional. Nesta linha, “o Estado era o sujeito e o objeto da política econômica mercantilista”⁴¹.

Junto das relações comerciais e do processo de conquista colonial em direção ao além-fronteiras, os Estados Nacionais desta época também desenvolveram uma teia de inter-relações internacionais de parte a parte. Nesse quadro, os Estados investiram um grande esforço na diplomacia, a qual foi “o nervo indelével do Estado renascentista”, nascendo, com ela, na Europa, “um sistema político internacional, no qual se encontrava um perpétuo ‘por à prova os pontos fracos no *environment* de um Estado ou os perigos dimanados de

⁴¹ ANDERSON. p. 37. Nicolau Maquiavel, que viria a tornar-se um dos “ideólogos” do absolutismo, afirmava quanto à ordem econômica interna dos Estados: “... deve um príncipe mostrar-se amante das virtudes e honrar aqueles que se destacam numa arte qualquer. Além do mais, deve estimular os seus cidadãos a exercer em liberdade as suas atividades, no comércio, na agricultura e em qualquer outro terreno, de maneira que o agricultor não deixe de enriquecer as suas propriedades pelo medo de lhe serem arrebatadas e o comerciante não deixe de ativar o seu negócio por temer os impostos. Pelo contrário, deve instituir prêmios para aqueles que desejarem empreender tais coisas e para todos aqueles que, de qualquer modo, pensarem em ampliar a sua cidade ou o seu Estado”. Já no que tange, à expansão marítima, o pensador florentino dava ênfase à importância das conquistas coloniais, enaltecendo: “Nada torna um príncipe tão estimado como as grandes empresas e o dar de si raros exemplos”. MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 8.ed. São Paulo: Hemus, 1977. p. 126 e 131.

outros Estados”. Desse modo, desenvolveu-se um verdadeiro sistema internacional, pois as “novas monarquias centralizadas da Europa da Renascença” produziram “pela primeira vez um sistema formalizado de pressões e trocas entre Estados, com o estabelecimento de novéis instituições de embaixadas recíprocas fixas no estrangeiro”, bem como de “chancelarias permanentes para as relações exteriores e comunicações e relatórios diplomáticos secretos, a coberto do novo conceito de extra-territorialidade”⁴².

Não foi só nos atos político-administrativos, no campo social e diplomático que os Estados Nacionais buscaram sua afirmação e legitimação. As manifestações artístico-culturais e literárias também serviram para justificar a centralização política e, mormente, para contribuir na construção das imagens dos soberanos. Nesse intento, diversos artistas e intelectuais foram contratados/cooptados pelos governantes e dedicaram seus dons à legitimação do novo *status quo*. Além disso, os monarcas tiveram o amplo cuidado de demonstrar seu poder através da edificação de obras suntuosas ou monumentais que demonstrassem a grandeza do Estado e da sua personificação – o governante. Somava-se a isso, o caráter simbólico do poder, com bem elaborados rituais, cerimônias, vestimentas e pomposas formas de agir de parte dos monarcas, de modo que “o desenvolvimento desse cerimonial rígido e estereotipado constituiu sem dúvida um reconhecimento do maior poder e majestade dos reis do século dezesseis”. Desta forma, “ a pompa e o cerimonial (...) eram um meio útil de afirmar o que não era automaticamente

⁴² ANDERSON. p. 39-41.

aceite como dado”, uma vez que, empregados convenientemente, “podiam ser usados para impor a súditos naturalmente turbulentos a autoridade única e o esplendor da coroa, e, sublinhando a majestade da instituição, poderiam ajudar a esconder a fraqueza do homem”⁴³. Esse conjunto de manifestações artísticas, culturais, intelectuais, arquitetônicas e simbólicas, típico do Estado Moderno, influenciaria o cotidiano de todos⁴⁴ e serviria a contento na legitimação do absolutismo monárquico e na intenção de demonstrar a sua aceitação pelos mais amplos setores da sociedade⁴⁵.

A religião foi outro ponto fundamental na conservação da unidade dos Estados Nacionais, constituindo, por isso, um dos objetivos essenciais dos soberanos diminuir ou eliminar as dissensões de cunho religioso. A Europa, no entanto, vivia a efervescência das disputas religiosas, com as divisões na cristandade que, aliadas aos confrontos de natureza política, se consistiram num sério problema a ser enfrentado pelos monarcas, os quais buscaram eliminá-los pela conciliação ou pela repressão. Nesta linha, a consolidação dos Estados Modernos também se daria de forma diferenciada de país para país, tendo em vista as discrepâncias religiosas, já que “a religião era universalmente

⁴³ ELLIOTT. p. 53-54.

⁴⁴ Algumas das características da vida cotidiana à época dos Estados Modernos, no caso o francês, podem ser observadas a partir de: WILHELM, Jacques. *Paris no tempo do Rei Sol*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

⁴⁵ Nesse sentido, Maquiavel declarava: “... um príncipe prudente deve cogitar na maneira de tornar-se sempre necessário aos seus súditos e de estes terem necessidade do Estado; depois, continuarão sendo-lhe fiéis”; e concluía: “um príncipe deve estimar os poderosos, porém não se tornar odiado pelo povo”. MAQUIAVEL. p. 61 e 107.

considerada como a base de uma sociedade bem organizada e a preservação da unidade religiosa era tida como essencial para a sobrevivência do próprio Estado”. Desse modo, “o adágio francês popularizado na década de 1560 – *un roi, une foi, une loi* – correspondia a um sentimento natural numa época em que só a uniformidade parecia garantir a ordem pública” dos Estados⁴⁶.

O processo de legitimação do poder monárquico, envolto em questões como soberania ou existência de limites ou não ao poder absolutista⁴⁷, esteve também ligado às formulações ideológicas então em voga. Esses preceitos ideológicos não foram determinantes desde a gênese das monarquias nacionais e, ao contrário, desenvolveram-se lado a lado com as práticas governativas então colocadas em execução. Assim, muitos desses monarcas levaram seus governos “a cabo sem a aplicação de nenhuma teoria determinada”, de modo que seu direito de soberania emanava de seu poder real. No entanto, e notadamente com o passar do tempo, a carga ideológica do absolutismo, constituída em geral de um “grande número de teorias empíricas”⁴⁸ viria a ser entabulada no sentido de discutir o tema e, muitas vezes, serviria para legitimar e justificar a própria situação reinante. Desta maneira, “uma vez formuladas,

⁴⁶ ELLIOTT. p. 69.

⁴⁷ A esse respeito, Perry Anderson afirma: “Na verdade, o próprio termo ‘absolutismo’ era um erro. Nenhuma monarquia ocidental gozara jamais de poder absoluto sobre os seus súditos, no sentido de um despotismo sem freio. Todas estavam limitadas, mesmo no máximo das suas prerrogativas, pelo complexo de concepções designado por direito ‘divino’ ou ‘natural’”. ANDERSON. p. 53-54.

⁴⁸ DÜLMEN, Richard van. *Los inicios de la Europa Moderna (1550-1648)*. México: Siglo Veintiuno, 1995. p. 320-321.

essas teorias contribuíram para reforçar determinadas atitudes perante a monarquia, mas estas já existiam antes do aparecimento de tais doutrinas”⁴⁹.

Dentre os pensadores que atuaram na edificação de teorias acerca das sociedades sob o absolutismo, pode-se destacar o bispo Jacques Bossuet que sustentou a ideia da legitimação do direito divino para o poder monárquico. Segundo ele, “todos os que governam se sentem sujeitos a uma força mais considerável” e apenas a ela. Defendendo a perspectiva de que o norte de todos os governantes era dado pela providência divina, o pensador francês, declarava que os soberanos não eram “senhores das disposições que os séculos passados imprimiram nas coisas”, nem poderiam “prever o curso que tomará o porvir”, e, menos, poderiam “desviá-lo”, pois “aquele que sabe o nome do que é e do que não é, que preside a todos os tempos e previne todas as determinações, é o único que tem tudo em sua mão”. E concluía: “em uma palavra, não há poder humano que não sirva, a seu pesar, a outros desígnios que não os seus”, pois “Deus somente é quem sabe reduzir tudo à sua vontade” e só a ele os monarcas deveriam prestar contas⁵⁰.

Outro estudioso dos temas envolvendo o modelo político dos Estados Nacionais Modernos e a questão da “soberania absoluta” desses governos, foi Jean Bodin, para quem “a potência soberana do Estado é absoluta”, ou seja, “ela comanda e não recebe nenhum comando, não depende de nada nem de

⁴⁹ STRAYER. p. 97.

⁵⁰ BOSSUET, Jacques. *Discursos sobre a História Universal*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/data. p. 546-547.

ninguém: nem de Deus, nem da natureza, nem do povo” e não exige nenhum fundamento”, sendo “auto-suficiente”. Além disso, para o erudito, a soberania do Estado “é indivisível, no sentido de que é por essência una e, se for delegada, está integralmente em cada delegação”. E, finalmente, esta soberania “é perpétua”, não podendo “sofrer as vicissitudes do tempo e, por essa razão, é transcendente”, em resumo, “ ela é tal como, segundo os teólogos, Deus é”⁵¹. Através de Bodin, ficavam cristalizados os direitos ao poder incondicional, uno e perpétuo/hereditário dos soberanos.

O mais conhecido dos pensadores a respeito do absolutismo foi Nicolau Maquiavel, cujas teorias acabariam sendo muitas desvirtuadas, sob a máxima de que “os fins justificam os meios”. Elaborando um verdadeiro *manual de procedimentos* para o “príncipe”, Maquiavel buscou exemplos na história – notadamente na Antiguidade Clássica – para justificar as formas de agir dos soberanos na busca da manutenção do poder. Para o intelectual florentino, o poder “nasce da própria natureza humana e encontra seu fundamento na força”, não se tratando “mais apenas da força bruta, da violência, mas da sabedoria no uso da força, da utilização *virtuosa* da força”. Nesta linha de pensamento, “o governante não é, pois, simplesmente o mais forte – já que este tem condições de conquistar mas não de se manter no poder –, mas sobretudo o

⁵¹ Citado em: CHÂTELET, François et alli. *História das ideias políticas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 47.

que demonstra possuir *virtù*, sendo assim capaz de manter o domínio adquirido e se não o amor, pelo menos o respeito dos governados”⁵².

O inglês Thomas Hobbes viria a “sistematizar” várias das ideias acerca da legitimação do Estado Absolutista. Para o pensador, a origem do absolutismo estava na necessidade de segurança das comunidades, uma vez que, para consegui-la “se requeria não apenas o consentimento” dos homens, “mas ainda a submissão de sua vontades naquelas coisas que fossem necessárias para a paz e a defesa”. Nesse sentido, Hobbes considerava que “um poder coercitivo é requisito para dar-nos segurança”, uma vez que “todos, por necessidade natural, escolhem o que a eles pareça constituir o mal menor”. De acordo com esse preceito, o estudioso inglês defendia uma concentração total de poderes nas mãos do governante. Para ele, “o gládio da justiça pertence a quem possui o mando supremo”, uma vez que “quem tem o direito de punir à sua discricção tem direito a compelir todos os homens a fazerem todas as coisas que ele próprio quiser”. Segundo o pensador a quem detém o “poder supremo” também pertencia “o gládio da guerra”, pois “os cidadãos individuais transferiram plenamente o seu direito de guerra e paz a algum homem”, de modo que, “ambos

⁵² SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtù*. In: WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1991. v. 1. p. 22. Para o pensador florentino: “é preciso a um príncipe, para se conservar, que aprenda a poder ser mau e que utilize ou deixe de utilizar disto conforme a necessidade”. MAQUIAVEL. p. 87. E, na mesma linha, afirma: “Um príncipe (...) não deve jamais permitir em rebaixar-se de sua posição nem em abandonar coisa alguma, a não ser que não possa ou creia não poder reter o que lhe obrigam a ceder” (Extratos dos Discursos de Maquiavel acerca das décadas de Tito Lívio In: MAQUIAVEL. p. 173).

os gládios”, da justiça e da guerra, “pertencem, essencialmente ao chefe supremo”. Além disso, somente a esse líder pertenceria também “toda a judicatura”, já que “todo julgamento compete (...) a quem detém os dois gládios, isto é, a quem possui a autoridade suprema”⁵³.

Na concepção de Hobbes, cabia também ao “chefe supremo” o poder de legislar, ou seja, competia “ao mesmo poder principal estabelecer algumas regras comuns para todos, e declará-las de público”, de maneira “que todo indivíduo possa saber o que pode ser chamado seu ou de outrem, o que justo, o que injusto, honesto, desonesto, bom, mau, isto é, em resumo, o que deve ser feito e o que deve ser evitado no curso da nossa vida em comum”. Ainda na perspectiva do pensador inglês, competia ao líder supremo “a nomeação dos magistrados e de outros altos funcionários”, pois não seria possível administrar os negócios de estado se aquele chefe não dispusesse “de ministros e de magistrados que lhes estejam subordinados” e que por ele fossem escolhidos. Caberia também aquela liderança, segundo Hobbes, “o exame das doutrinas”, já que, a quem foi conferido “poder supremo”, caberia também “o direito de julgar que opiniões e doutrinas são inimigas da paz, e o de proibir que sejam ensinadas”⁵⁴.

Thomas Hobbes considerava ainda, quanto ao “chefe supremo”, que “o que quer que ele faça não é passível de punição”, uma vez que, “assim como quem não tem força suficiente não pode puni-lo naturalmente, quem não tem direito

⁵³ HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 102-105.

⁵⁴ HOBBS. p. 106-107.

suficiente não pode puni-lo legitimamente”. Em nome da estabilidade das instituições, o escritor inglês proclamava, ainda a respeito daquela liderança máxima, “que o poder que seus cidadãos lhe concederam é absoluto”, ou seja, residia no líder “um poder supremo”, o “maior que os homens tenham direito a conferir”, e “tão grande que nenhum mortal pode ter sobre si mesmo um maior”; e arrematava: “esse poder é o que chamamos de absoluto, o maior que homens possam transferir a um homem”. Afirmava ainda que se esse poder fosse abolido, os homens “suprimiriam ao mesmo tempo a sociedade civil e fariam retornar a confusão de todas as coisas”, de modo que “o direito absoluto do principal governante exige tanta obediência quanto é preciso para governar”⁵⁵.

Finalmente, Hobbes pregava que as leis “não obrigam o governante” e que “ninguém pode alegar ser proprietário de algo contra a vontade do governante supremo”⁵⁶, colocando, assim, o líder máximo acima das leis e como o maior dos detentores do direito à propriedade. Defendia, assim, que o poder soberano deveria estar enfeixado nas mãos do monarca, cabendo-lhe o direito sobre tudo e sobre todos, não precisando respeitar nenhum desígnio além de seus próprios. Esse poder “absoluto” do monarca ficaria calcado, desde a sua gênese na necessidade de defesa e de manutenção da estabilidade no seio das comunidades humanas. Thomas Hobbes estabeleceu seus preceitos enfocando as sociedades como um todo, porém suas teorias aplicavam-se extremamente a

⁵⁵ HOBBS. p. 108-110.

⁵⁶ HOBBS. p. 110-111.

conteúdo para a conjuntura dos Estados Modernos, servindo como mais um referencial legitimador do absolutismo monárquico.

Assim, os Estados Nacionais Modernos corresponderam ao viés político no conjunto do amplo processo de transformações ocorrido na Europa Ocidental à época da transição do feudalismo para o capitalismo. Articuladas e inter-relacionadas com as demais mudanças de então, mormente nos campos econômico, social, cultural e religioso, as monarquias absolutistas representaram uma resposta ao clima de crise generalizada de fins dos tempos medievais. Com significativas variações no tempo e de país para país esses Estados perdurariam por séculos e o seu modelo de organização não afetou apenas a vida política das nações, atuando profundamente nas estruturas socioeconômicas e ideológicas (e recebendo influência destas) nas mesmas comunidades. Além disso, a partir desses Estados Modernos se daria uma verdadeira “mundialização” dos horizontes humanos que se espalharam para as regiões mais longínquas, estabelecendo-se a gênese de uma divisão internacional do trabalho, através da política mercantilista e do sistema colonial.

Embora ainda fosse um estado de certo equilíbrio entre as forças sociais ascendentes e tradicionais, esses Estados Nacionais surgiram como uma estrutura nova, diante da decadente instituição feudal e perdurariam por mais de três centúrias, através das quais, por sua vez, também viria a sofrer contestações e de “novo”, passaria a ser considerado como o “antigo” e, de “inovador” passaria a “retrógrado”, num processo de ataques que, num

crescendo, viria a redundar nas revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX, as quais, das fissuras iniciais, levariam, paulatinamente à derrocada dos Estados Absolutistas. Em aproximadamente três séculos a solução conjuntural à decadência feudal, passara a ser considerada como ineficaz para a nova realidade de ascensão definitiva da burguesia. O novo transformara-se em velho, chegando-se à decadência dos Estados Nacionais Modernos⁵⁷.

⁵⁷ Publicado originalmente nos Anais do Seminário Internacional Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 71-83.

O QUARTO CENTENÁRIO
DO “DESCOBRIMENTO” SOB
O PRISMA DA IMPRENSA:
BREVE ESTUDO DE CASO

Eis em síntese a história de mais de quatro séculos deste Brasil tão querido, que todos nós brasileiros devemos amá-lo com o instinto natural que todo o homem tem ao solo onde nasceu e das recordações da infância tão vivas e tão consoladoras, que às vezes ressaltam em nossa mente atribulada pela luta da vida, como um oásis na esterilidade deste deserto imenso.

A Lucta

À época do quarto centenário do “descobrimento” do Brasil, o país vivia um momento de afirmação da forma de governo instalada a 15 de Novembro. Após os anos iniciais marcados por profunda instabilidade político-partidária, a qual acabaria por redundar em grave crise revolucionária, e, principalmente a partir da administração de Campos Sales – que buscou implementar uma prática saneadora na economia nacional e promoveu a edificação do sistema político conhecido como “política dos governadores” –, a República Brasileira, que passava pela sua primeira década de existência, atingiria um importante passo em direção à sua consolidação definitiva. Plasmava-se, naquele momento histórico, uma república oligárquica cujas tradicionais elites predominariam no cenário político brasileiro pelo menos até o final dos anos vinte.

Nesse clima de “consolidação republicana”, o demarcar dos quatro séculos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil seria incorporado como mais uma data cívica de enaltecimento da nacionalidade brasileira (ainda que pudesse a ter vindo causar algum mal estar a certos grupos nacionalistas da época, para os quais aquele episódio poderia lembrar o malquisto passado colonial). A busca pela afirmação do processo de pacificação interna e de estabilidade das novas

instituições levaram ao crescente intento de aplacar os desentendimentos de natureza partidária, visando assim, demonstrar ao exterior que o Brasil era uma república sólida e, portanto, propícia aos investimentos e à colocação de seus produtos no mercado internacional, objetivos bem afeitos aos interesses da aristocracia mandatária, ligada essencialmente à agroexportação. Nesse quadro, o quarto centenário do “descobrimento” viria a ser incorporado como mais um dos fatos a serem demarcados no panteão das “datas nacionais”.

Na edificação destas “datas nacionais”, a imprensa exerceu um significativo papel, contribuindo decisivamente na construção e seleção de personagens e acontecimentos “dignos” da memória coletiva e “engrandecedores” da pátria brasileira. Era nesse clima de ufanismo patriótico, que os jornais reuniam, em datas determinadas, setores da intelectualidade de então para prestarem seus testemunhos sobre o episódio ou indivíduo a ser enaltecido/comemorado. Muitos desses trabalhos eram apresentados como sendo de fundamento histórico, ou seja, seus escritores tinham a intenção de arrolar e descrever fatos que corroborassem com seus intentos comemorativos e imaginavam, assim, estar “fazendo história”⁵⁸. Nesta época, no entanto, ao menos no contexto gaúcho, ainda não havia uma definição melhor estabelecida quanto à atividade do historiador, de modo que a história era realizada por

⁵⁸ Sobre o “fazer história” através da imprensa de então ver: TORRES, Luiz Henrique. O espaço da história no jornalismo literário do século XIX. In: ALVES, F.N. (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 37-41.; e ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. Uma folha literária rio-grandina sob uma perspectiva histórico-historiográfica. *Revista Biblos*. n. 10. Rio Grande: Ed. da FURG, 1998. p. 11-20.

diversos intelectuais ligados às “instituições da cultura”⁵⁹, de modo que história e literatura, apareciam como “artes” da mesma natureza.

Esse comportamento da imprensa também foi reproduzido pelo jornalismo rio-grandino, um dos mais desenvolvidos na conjuntura sul-rio-grandense do século XIX. Nesta linha, as mais variadas modalidades jornalísticas dedicavam algum espaço de suas páginas ao enaltecimento de datas cívicas, atitude repetida não só pela tradicional imprensa diária, como também pelos diversos representantes da pequena imprensa⁶⁰. Um desses jornais foi *A Lucta*, um dos periódicos que representou a imprensa dos trabalhadores na cidade do Rio Grande. Ligada ao Clube Caixeiral, *A Lucta* circulou a partir de 1901 e apresentava-se como o órgão de um grupo vinculado ao trabalho no comércio, uma das atividades econômicas fundamentais da cidade portuária de então – os caixeiros. Buscando orientar sua linha editorial em direção a esse segmento da comunidade rio-grandina, a folha divulgava informes sobre as atividades dos caixeiros, bem como incentiva o esforço de associação empreendido a partir da fundação daquele clube⁶¹. Além da informação e do entretenimento, o jornal buscava incentivar o enriquecimento

⁵⁹ ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. p. 333.

⁶⁰ Sobre a pequena imprensa na cidade do Rio Grande, ver: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999.

⁶¹ A respeito da *Lucta* e da imprensa ligada aos trabalhadores rio-grandinos, observar: ALVES, Francisco das Neves. A gênese da imprensa dos trabalhadores na cidade do Rio Grande (1895-1906): breve estudo de alguns fragmentos. *Revista Histórica*. n. 3. Porto Alegre: APGH-PUCRS, 1998. p. 88-98.

cultural de seus leitores e, nesse quadro, ao longo dos primeiros anos do século XX, em edições bastante alternadas, foi publicada uma série de artigos sobre o “descobrimento” do Brasil e a recente comemoração do quarto centenário desta data.

Nesse sentido, a “história” entabulada nas páginas da *Lucta* a respeito do “descobrimento” vem ao encontro da premissa de que “o apelo à história é um dos meios mais populares e efetivos de reunir apoio ou oposição ao curso controvertido de uma ação pública”, de modo que, “nas horas mais carregadas de futuro é comum a invocação aos exemplos ou à analogia com as ações que a história conservou”⁶². Desta forma, buscava-se na história os “modelos para as novas gerações”, através de um “pragmatismo louvaminheiro” que se expressava “no louvor dos vultos do passado a título de exemplos”⁶³. Assim, a “descoberta” do Brasil aparece nas páginas do jornal como o momento no qual o país era lançado no rol das nações civilizadas e, portanto, motivo de patriótico orgulho nacional. Seguiu o jornal, desta maneira, o caminho do ufanismo cívico que marcara as comemorações do quarto centenário daquele episódio, de acordo com a visão apresentada por um intelectual ligado a uma “instituição da história” de então, segundo a qual a expansão marítimo-comercial europeia

⁶² RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil (introdução metodológica)*. 4.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978. p. 37.

⁶³ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2.ed. São Paulo: DIFEL: 1977. p. 258.

constituíra-se em verdadeira epopeia, demarcada “pelo triunfo alcançado pela cruz” e “pela conquista da civilização ocidental”⁶⁴.

O referencial citado pela *Lucta* na elaboração dos artigos sobre o “descobrimento” foi a *História Universal* do historiador italiano Césare Cantu (1805-95), refletindo-se a proposta de como “fazer história” desse autor naqueles escritos editados no jornal. Cantu, historiador profundamente influenciado pelo romantismo e pela religião católica, considerava que se devia “estudar mais ciência nem tanto para enriquecer a mente de variados conhecimentos, quanto para torná-la mais ativa e livre”⁶⁵. O escritor italiano definia a história como “a narração dos acontecimentos importantes, admitidos como verdadeiros, com o fim de obter do passado probabilidades para o futuro, no desenvolvimento da atividade espontânea do homem”. Para ele, a história constituía-se num elemento essencial às sociedades, pois, “quanto mais a humanidade se adiante no seu caminho, tanto mais ela sente a imensa necessidade do verdadeiro, do belo e do bom, e nenhuma ciência satisfaz mais esta necessidade do que a história”. Segundo Cantu, a história tinha como função fundamental a de prestar lições para o futuro, uma vez que o homem poderia tirar “do passado a força

⁶⁴ CANDIDO, Antônio Zeferino. *Brazil (quarto centenário do descobrimento do Brazil por parte do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 120.

⁶⁵ CANTU, Césare. *Attenzione! riflessi di un popolano*. Milão: Tipografia e Libreria Editrice Ditta Giacomo Agnelli, 1884. p. 342.

necessária para se lançar no futuro, com tanta circunspeção e experiência, como perseverança enérgica e refletida”⁶⁶.

A religiosidade foi uma das características marcantes na forma do “fazer história” de Césaire Cantu, para quem a providência divina era o elemento motor primordial no desencadear dos caminhos da humanidade. Destacava o historiador que “se a história se reduz a uma vasta coleção de fatos, dos quais o homem procura deduzir uma regra para se guiar em semelhantes circunstâncias, o conhecimento que dela resulta é tão incompleto como inútil, porque nenhum fato se reproduz com os mesmos acidentes”. Diante disso, o autor explicava que a história “adquire porém uma importância muito diversa, quando se observam os fatos como uma linguagem sucessiva, que, de um modo mais ou menos claro, revela os decretos da providência, quando se ligam não a uma ideia de utilidade parcial, mas a uma eterna lei de caridade e justiça”. Para o escritor era esta providência divina que elevava a humanidade “acima dos interesses efêmeros”; mostrava “todos como os membros de uma associação universal, destinada à conquista da virtude, da ciência e da felicidade”; estendia a existência humana “a todos os séculos e a nossa pátria ao mundo inteiro”; além de fazer os indivíduos “contemporâneos dos grandes homens”, e sentindo-se na obrigação “de aumentar para a posteridade a herança que receberam de seus antepassados”⁶⁷.

⁶⁶ CANTU, Césaire. *História universal*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 19, 23 e 125.

⁶⁷ CANTU, 1956. p. 20. Esse fervor religioso que marca a obra de Césaire Cantu pode ser compreendida a partir da visão de mundo do autor e os reflexos disso nos seus escritos. Com explica Certeau, “ainda que isto seja uma redundância, é necessário lembrar que uma leitura do

A versão histórica entabulada por Cantu esteve também demarcada por um europocentrismo⁶⁸, como, por exemplo, ao comparar uma sociedade oriental com a ocidental e europeia, ele afirmaria que aquela encontrava-se num “movimento tão vagaroso, que está para os europeus, como a precessão dos equinócios para a revolução anual”. Na *História Universal* encontra-se também a proposta de enaltecimento dos “grandes homens”, já que, para Cantu, eles mereceriam “que a história se detenha para os contemplar”, sendo necessário “o historiador parar diante do heroísmo e da virtude com o mesmo íntimo regozijo com que o viajante, queimado do sol, se encosta ao tronco de frondosa árvore”. Nesta linha, o historiador italiano interpretava a expansão marítima europeia como o avanço da civilização que busca “novas nações, quebra as colunas de Hércules, e com Vasco da Gama aproxima-se do seu berço, ao mesmo tempo que via com Cristóvão Colombo hastear a cruz entre os antípodas”. Mesmo

passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 34.

⁶⁸ Esse é um reflexo da própria proposta de uma “história universal”, segundo as versões históricas dessa natureza à época construídas, a qual, segundo Francisco Iglésias, “não passa de uma abstração”, ou seja, “é o estudo do mundo dominante, da Europa Ocidental, com vagas referências” a outras regiões, de modo que “a universalidade pretendida é antes geográfica que histórica, uma vez que as regiões remotas são apenas referidas como natureza ou exotismo, sem real compreensão de seus valores humanos”. IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 19.

referindo-se ao genocídio dos indígenas, o autor destacava os conquistadores europeus como “grandes nomes” e “aventureiros que se tornaram heróis”⁶⁹.

Bebendo desta fonte, os escritos apresentados no jornal *A Lucta* apresentavam uma versão para a “descoberta” do Brasil sob um prisma ufanista, enaltecendo que, com a chegada dos europeus, iniciara-se o processo civilizatório nas terras brasileiras. Destacava o jornal que “já lá vão quatrocentos e quatro anos que os galeões e as caravelas de Cabral, fendendo as ondas, trouxeram a estas paragens desconhecidas do Brasil o pólen da civilização e do progresso”. Na perspectiva da folha, com o “descobrimento” nascera a nacionalidade brasileira e, embora já passasse em muito “o turbilhar do tempo, varrendo gerações e derrocando monumentos”, haveria “de perdurar sempre nos faustos da nossa história a magnitude deste acontecimento, que foi o ponto de partida da fundação desta nacionalidade”, a qual seria “chamada, em futuro não muito remoto, a desempenhar um papel grandioso no concerto universal”⁷⁰.

Já em 1915, o jornal publicava a matéria “O Descobrimento”, afirmando que a “alma nacional, acompanhada pela do estrangeiro amigo que aqui trabalha ao nosso lado, na conquista dos mesmos ideais de ordem e progresso,

⁶⁹ CANTU, 1956. p. 58-9, 88 e 108. De acordo com o autor, a chegada do europeu à América representaria um ponto de inflexão na história das relações oriente-ocidente, afirmando: “a América é destinada a servir de ponto de junção ente a nossa civilização, que ganha cada vez mais terreno no Ocidente, e ao do Oriente, que se adianta vagarosamente em sentido oposto, até se encontrarem no Novo Mundo, para ali trabalharem fraternalmente para um resultado comum”. p. 89.

⁷⁰ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1904, p. 2. e 3 maio 1906, p. 1.

estua, hoje, de jubilos altíssimos” ao ver “passar o 415º aniversário após o descobrimento do Brasil, pelo navegador destemeroso que foi Pedro Alvares Cabral”⁷¹. Nesse sentido, ao considerar que a chegada do europeu significava também o advento do progresso e da civilização, dentro da premissa do “progresso com ordem”, predominante àquela época, os artigos publicado na *Lucta* sustentavam uma construção discursiva que perduraria por séculos na história brasileira.

Assim, esse “discurso das descobertas, sempre desenvolvendo sentidos na direção do colonizador para o colonizado, produz um processo discursivo no qual não é o que vem de fora que é o inimigo”, pois “ele não é um invasor, é um descobridor”. Disto resulta “que é o deslocamento *interno* que pode ser visto como invasão”, uma vez que, “como o estrangeiro não é o invasor, as fronteiras são aqui dentro, no interior do país, de dentro para fora”. Nesse quadro, “isto se dá de forma que não se qualifica de resistência o movimento de confronto com o colonizador, mas sim de rebeldia” e, “com efeito, nesse discurso, não há lugar para a resistência, já que o colonizador não é o agressor, é o descobridor, o que está em posição legítima”⁷². Esta construção discursiva, sustentada ao longo do tempo, também serviria para legitimar o constante processo de dependência externa característico da formação histórica brasileira.

⁷¹ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1915, p. 3.

⁷² ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 238-239.

Ao enaltecer o fato do “descobrimento”, *A Razão* contribuía com uma suavização discursiva, ou seja, com a maneira de destacar a “descoberta” como o advento espiritual e não como a conquista material. Nesse sentido, o jornal buscava explicar que o processo de subjugação do colonizado legitimara-se e dera-se de forma atenuada graças ao “espírito religioso” que orientara os atos dos europeus. Afirmava, assim, que “triunfou sempre a doutrina, porque nas conquistas de todas as raças e de todos os povos, aqueles que se submetem pela força guardam ódio abafado mas latente contra o conquistador”, bastando “uma centelha para atear o incêndio da rebelião”. Na mesma linha, destacava que “a conquista da razão pela doutrina assimila, submete lenta e suavemente, e o povo vai sem transição dominado pela luz da inteligência”. De acordo com esta versão, a folha concluía que “o português conquistador sempre teve em mente, antes que rebrilhasse o chuço dos seus soldados”, o cuidado de “mostrar o lábaro da mansuetude, a cruz redentora”, sendo “por esta razão que ele soube dominar e colonizar, transformando as selvas em cidades e os gentios em cristãos”⁷³.

Apesar de reconhecer que a população brasileira era resultante de “uma amálgama de sangue de povos diversos”, a folha dos caixeiros rio-grandinos destacava o papel primordial do elemento português na formação humana do Brasil, afirmando que o brasileiro era “oriundo de uma raça aventureira e

⁷³ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1904, p. 3. Essa construção discursiva voltada para o “espiritual”, reflete os conceitos emitidos por Césaire Cantu, o qual afirmava, ao referir-se a populações não-europeias, que: “Virá um dia em que estes povos se confundirão conosco, para se cumprir a promessa evangélica, e então aparecerá talvez no seu progresso uma ordem providencial conforme à nossa”. CANTU, 1956. p. 59.

religiosa, navegante e audaz, que circuitou, que circunavegou o mundo inteiro”, resultando daí “o tipo mais completo de bravura e da abnegação”. Para a folha, esta gênese da formação populacional brasileira trazia consigo um caráter atávico, advindo daí um indivíduo, por vezes, “descuidoso do futuro, imprevidente, confiante na fortaleza de ânimo, embalado pelo esplendor de uma natureza equatorial e opulenta”, que deixava “às vezes de encarar certos problemas que lhe afetam a vida econômica, e às vezes a integridade da pátria”, mas, ao mesmo tempo, “quando o perigo se aproxima, quer seja uma crise financeira ou uma invasão do inimigo, ei-lo que sacode o torpor dos membros e do espírito”, tornando-se “susceptível das maiores provações e dos mais elevados lances de patriotismo”⁷⁴.

Nesse quadro de formação populacional, *A Lucta* relegava o elemento indígena a um segundo plano, de ínfima importância na consolidação da sociedade brasileira. Segundo o jornal, os índios representavam uma “raça selvagem, e tão selvagem em algumas tribos que os seus instintos chegaram a nivelar-se com o das feras que habitavam nos bosques”. Afirmava ainda que os indígenas eram “nômades e guerreiros, devorando os prisioneiros nas suas tremendas *carahiçáras*, ou festas triunfais; com noções difusas do universo e da ideia de Deus, espírito povoado de superstições e crenças absurdas, quase fetichistas”. Diante desse confronto entre a “selvageria” e a “civilização”, a folha rio-grandina afirmava: “eis o homem primitivo do Brasil, a quem os

⁷⁴ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1906, p. 1.

mensageiros da civilização tinham que submeter entre o gládio do soldado e a cruz do missionário”⁷⁵.

Essa inferioridade do indígena reproduzia uma concepção então muito em voga, pela qual “o homem primitivo veio a ser considerado menos como um ideal do que como um exemplo de humanidade *interrompida*, como aquela parte da espécie que não se elevara acima da dependência da natureza” e como um “atavismo, como aquela da qual o homem civilizado, graças à ciência, à indústria, ao cristianismo e à excelência da raça, se havia elevado finalmente (e definitivamente)”⁷⁶. De acordo com essa perspectiva, chegava-se ao preceito definitivo de que “os portugueses descobriram o Brasil” e “daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma extensão de terra”. Nesse território “havia selvagens arredios que faziam parte da terra e que, ‘descobertos’, foram o objeto da catequese”, de modo que os índios “são, desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si”, sendo esse “o seu estatuto histórico ‘transparente’”, ou seja, “não constam”, havendo “uma ruptura histórica pela qual se passa do índio para o brasileiro através de um ‘salto’”⁷⁷.

Um dos grandes intentos da *Lucta* ao abordar em várias de suas edições a questão do “descobrimento” também esteve ligado ao enaltecimento da

⁷⁵ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1904, p. 3.

⁷⁶ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 200.

⁷⁷ ORLANDI. p. 56.

atividade a qual estava vinculado o objetivo editorial da folha, ou seja, o comércio, atendendo os anseios dos caixeiros. Nesta linha, a inserção do Brasil no mercado mundial fora um dos “benefícios” fundamentais trazido a partir dos “descobrimientos” e, diante da pergunta: “Que vieram fazer através dos mares tormentosos as caravelas comandadas por esse fidalgo lusitano?” – respondia-se: “Vieram estender os domínios e o comércio de Portugal, vieram alargar o cenário em que se devia exhibir, crescer, frutificar a civilização transbordando”; ficando, enfim, para o Brasil “aberto o novo e grande capítulo da história do comércio universal”⁷⁸.

Dessa maneira, o periódico rio-grandino declarava que, “justíssimo, pois, sob o ponto de vista cívico, é o júbilo em que vibram, hoje, todos os brasileiros, menos justo não é, de certo, o orgulho particular da classe caixeiral patricia”, a qual recordava na data do “descobrimento”, a “ascensão vitoriosa e gerais benefícios consequentes que vêm fazendo no Brasil, através desse longo período de tempo, estas duas poderosas forças econômicas das nações que são as industriais e o comércio”. Para o jornal, “Mercúrio antes que Minerva, é o verdadeiro deus da civilização”, tendo sido “ele quem guiou as caravelas lusitanas até às costas virgens do Brasil” e “quem, mais tarde guiou os bandeirantes até aos sertões bravios do interior ignoto” e, finalmente, teria sido “o maior determinante do grande acontecimento nacional de 7 de Setembro”. De acordo com sua linha editorial, a folha destacava que todos os avanços da comunidade brasileira constituíam-se em “glórias” devidas ao comércio e que o

⁷⁸ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1915, p. 3.

tornavam “credor do nosso respeito e da nossa admiração”, sendo “justo que a façamos lembradas nos dias que assinalam os nossos fatos históricos de maior vulto”⁷⁹.

Assim, através de suas páginas, *A Lucta* reproduzia as formas de “fazer história” de então, refletindo uma fase historiográfica na qual a figura do historiador era ainda difusa no conjunto da intelectualidade em geral e a própria história aparecia ainda confundida como mais uma prática literária. Nesse quadro, o “descobrimento” aparece como a data que demarcava o alvorecer brasileiro, com a sua inserção no mundo civilizado e, principalmente, na ordem econômica mundial, com a sua função específica na divisão internacional do trabalho. As comemorações do quarto centenário apareciam, desta maneira, como mais uma possibilidade de manifestar-se o ufanismo nacional, diante daquela data cívica. Constituíam-se os quatro séculos da “descoberta” na excelente oportunidade de propagar um ideal patriótico e reverenciar as “grandezas” da “civilização brasileira”, a qual deveria seguir na seara em direção ao progresso, desde que dentro dos limites da ordem.

⁷⁹ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1915, p. 3. Nesse sentido de enaltecer as atividades comerciais como fundamentais aos progressos da humanidade, o jornal vem também ao encontro de uma ideia defendida por Césaire Cantu ao referir-se aos contatos entre as comunidades humanas: “O que, por certo, contribuiu poderosamente para os progressos científicos, foi a aproximação dos povos, facilitada pelas armas, pelas letras e pelo comércio; aproximação representada na ordem física pela pilha voltaica, na qual, tanto que os dois corpos se põem em contato, desenvolvem uma nova força, tão capaz de produzir as vagarosas cristalizações cotidianas como de operar a súbita transformação de rochas enormes”. CANTU, 1956. p. 110.

A folha dos caixeiros associava esse enaltecimento aquela data cívica brasileira com as próprias comemorações do aniversário da criação do Clube Caixeiral, de modo que patriotismo e filiação profissional, segundo esta concepção, deveriam caminhar lado a lado. Nesse sentido, o jornal exclamava: “Quatro séculos na vida de um povo é como o lucidar de uma luz entre as miríades das que compõem o esplendor diáfano da Via Láctea; é como uma gota de água no oceano interminável do tempo”; e, nesse quadro, “a América, por ser o continente mais novo, esforça-se para manter-se nesta luta de despertar à velha Europa o facho do progresso”, em um quadro pelo qual “o Brasil tem sem dúvida que trabalhar para ser os da vanguarda nesse prélio imenso e incessante do homem sobre a superfície da terra”⁸⁰ e, porque não, também sobre os seus mares⁸¹.

⁸⁰ A LUCTA. Rio Grande, 3 maio 1906, p. 1.

⁸¹ Publicado originalmente nos Anais do Seminário Internacional Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 165-174.

CERVANTES EM CARICATURAS: A
REVISTA ILUSTRADO-HUMORÍSTICA
BRASILEIRA *D. QUIXOTE*

A obra do espanhol Miguel de Cervantes deitou raízes na conjuntura mundial, vindo a transformar os protagonistas do livro *Dom Quixote* em figuras conhecidas universalmente. Nessa linha, o alcance e a aclamação em relação aos seus escritos, bem como o entusiasmo e o consenso quase universal podem ser verificados a partir do avultadíssimo número de edições que ao longo do tempo foi divulgada⁸². Ele foi um escritor de formação renascentista, inspirado no modo clássico e, nessa direção, se realizou como estilista e crítico. Dessa maneira, como o mais renascentista de todo o Renascimento, veio a conceber um livro destinado a ser um modelo em seu gênero, na forma de uma novela escrita conforme as exigências estéticas e históricas de seu tempo, refletindo-as em todos os tempos⁸³.

Nessa linha, o trabalho de Cervantes permaneceu intacto desde sua criação até a contemporaneidade, tornando-se uma obra imortal, sem ter perdido o seu senso de oportunidade e continuando a agitar as inteligências, através de seus símbolos, e, como uma mina profunda, cada vez que o tempo flui, mais se descobrem filões novos de ouro⁸⁴. Seus escritos deram origem a um símbolo verdadeiro e profundo, com toda a força etimológica e tradicional do vocábulo expresso no título da obra, além de ter servido de inspiração a uma

⁸² PAÇO, Antonio Jansen do. Posfácio. In: CATÁLOGO da Exposição Cervantina. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1905. p. 153-154.

⁸³ MONTSERRAT, Santiago. *Interpretacion historica del Quijote e outros ensaios*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1956. p. 78-82.

⁸⁴ BRASILIANO, Rúbio. *Quixote e Quixotes* (conferência). Erechim: Associação Erechinense de Estudantes, 1955. p. 11.

abundantíssima iconografia quixotesca, com a recorrente presença de Dom Quixote e Sancho Pança, personagens que imantaram com tanto entusiasmado ardor a imaginação do artistas⁸⁵. De acordo com tal perspectiva, Dom Quixote não morreu, senão em corpo mas em alma, vindo a remoçar os ideais que defendera nas terras exauridas do Mundo Velho, e ressurgindo recorrentemente o seu espírito renovado e embelezado, enriquecido e robustecido⁸⁶.

O protagonista da obra do escritor espanhol traz em si uma sátira ao leitor crédulo, ou seja, procurou antes zombar do leitor que acreditava piamente nas façanhas estapafúrdias dos heróis de cavalaria do que ridicularizar estes últimos, ou melhor, o gênero, em um quadro pelo qual, sendo cômico, o personagem não chega a ser propriamente ridículo, transparecendo daí a verdadeira intenção de Cervantes, o qual provocou o riso à custa das loucuras e dos ridículos humanos⁸⁷. Dessa maneira, Dom Quixote carrega consigo sua arrebatadora vocação cômica, seu desejo de confrontar a realidade e sonho e seu mágico talento para descrever com precisão os seres humanos⁸⁸. Seu livro atingiu o bronze da eternidade e lançou a sua estridente gargalhada,

⁸⁵ BADANELLI, Pedro. *Tras la morfologia de Don Quijote*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1947. p. 18, 24 e 26.

⁸⁶ GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. *A América e a sucessão de D. Quixote*. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1943.p. 23-24.

⁸⁷ BROCA, José Brito. Introdução. In: CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. lxxviii e xciv.

⁸⁸ AGUILAR, Agustín Sánchez. Apresentação. In: *Era uma vez Dom Quixote*. São Paulo: Global, 2005. p. 7.

provocando o riso perante as ideias inúteis, esgotadas e inócuas através da melancólica, evanescente e tragicômica silhueta de seu protagonista⁸⁹.

Em seus escritos, Cervantes espalhou um riso formidável e, por três séculos, tal riso deu, como um ciclone, a volta do planeta, tornando-se um romance imortal, traduzido em todas as línguas e em quase todos os dialetos que se falam na superfície do planeta, de modo que a humanidade tem podido ler, com entusiasmo, as aventuras do engenhoso fidalgo e do seu gracioso escudeiro. O livro constitui uma sátira feroz e dolorosa que amaldiçoou a baixaza da condição humana. O escritor conseguiu arrancar do cérebro uma figura animada, viva palpitante, humana, de maneira que a ficção se transmudar em realidade, e fica vivendo sobre os homens e entre eles, não somente em um mundo físico, acessível aos nossos sentidos, mas também em um mundo moral, tão verdadeiro como o outro, povoado de criaturas, cuja existência é revelada por um singular e misterioso sentido poético, que cada homem possui, mais ou menos apurado, e cuja análise escapa à fisiologia⁹⁰.

O trabalho do espanhol constitui uma fina e dissimulada sátira de várias pessoas muito conhecidas e importantes, sem revelar nem manifestar pelo mais leve indício nenhuma delas. Diante disso, estabeleceu uma crítica elaborada com grande discricção, com a qual deu fama e reputação ao *Quixote*, despertando a curiosidade do público, pois todos quiseram lê-lo, procurando descobrir na sua

⁸⁹ PEREZ, José. *A psicologia social do Quixote*. São Paulo: Moderna, 1936. p. 45.

⁹⁰ BILAC, Olavo. *Conferências literárias*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1906. p. 135, 140 e 147.

leitura os objetos de sua sátira⁹¹. Sua obra correu o mundo em diferentes formas de expressão, como cinema, teatro, balé, quadros, esculturas, quadrinhos e sites, que contam e recontam a história do cavaleiro magricela, que enfrentava os fortes e defendia os fracos, fazendo o leitor rir, sorrir e pensar. Como um misto de caricatura e de ideal, homem ao mesmo tempo doido e sonhador, Dom Quixote encantou e divertiu a todos⁹². Nesse quadro, o personagem Dom Quixote tornou-se um tema de expressões artísticas em muito distintos ramos da arte, algumas delas chamadas belas artes, nas artes aplicadas e nas artes populares, vindo a tornar-se uma obra pletórica de conteúdo, multifacetada e transcendental, que colocou em destaque uma figura de irrisão, comicidade e diversão, que viria a servir como reiterada temática das artes⁹³, como no caso da arte caricatural.

De acordo com tal perspectiva, Dom Quixote serviria como inspiração para uma importante publicação ilustrado-humorística que circulou no Brasil na virada do século XIX ao XX. A revista *D. Quixote* foi editada no Rio de Janeiro, entre 1895 e 1903 e era obra de Ângelo Agostini, um prócer da arte caricatural no contexto brasileiro. Tal caricaturista teve papel relevante ao levar sua arte para a imprensa periódica, lançando vários periódicos, o mais importante deles a

⁹¹ SORIANO, Justo García & MORALES, Justo García. Breve guia para o leitor do Quixote. In: CERVANTES, Miguel de Cervantes. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda., 1960. p. 47.

⁹² LAJOLO, Marisa. Dom Quixote. In: CARRASCO, Walcyr. *Dom Quixote*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2012. p. 11-12.

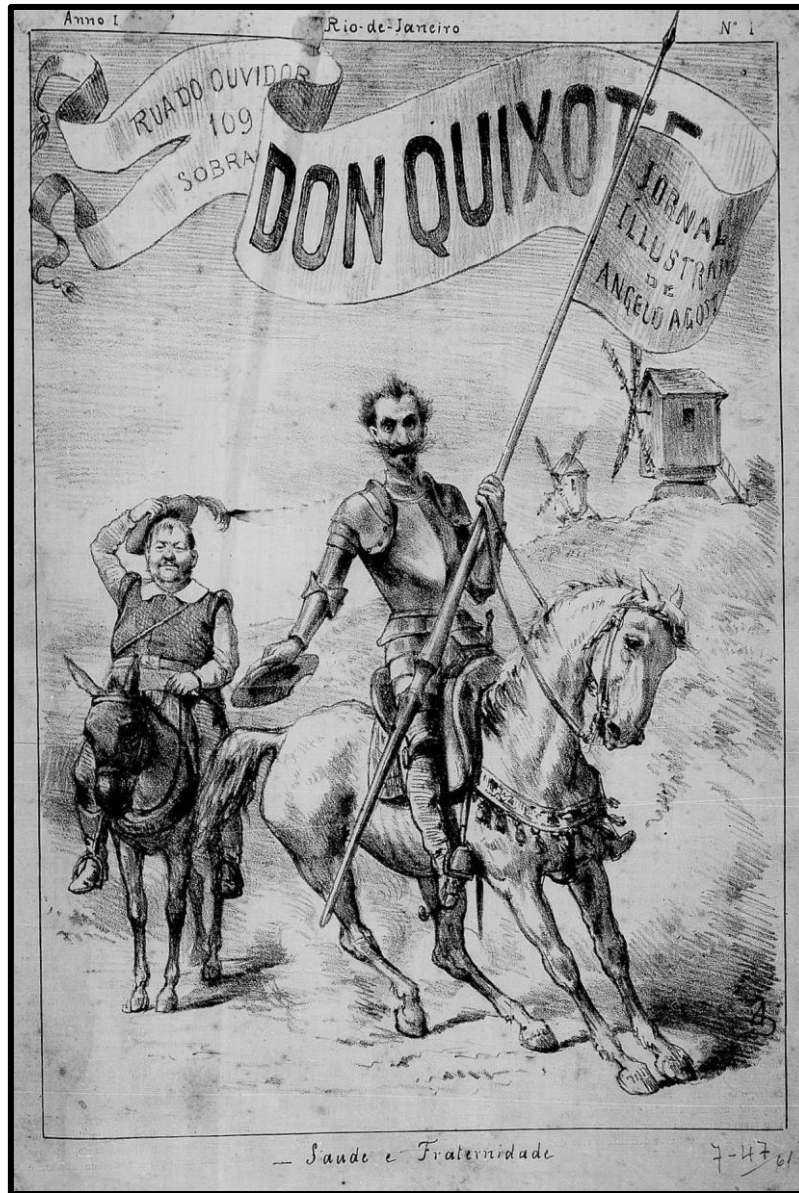
⁹³ GARCIDUEÑAS, José Rojas. *Presencias de Don Quijote em las artes de México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1968. p. 5 e 175-176.

Revista Ilustrada, a partir da qual desempenhou importante papel no movimento abolicionista e na expansão do ideário republicano. Tendo passado algum tempo na Europa, Agostini não acompanhou a transição para a República e, ao retornar, encontrou a *Revista Ilustrada* orientada por uma postura de amplo apoio aos novos governantes. Sem querer afastar-se do espírito crítico que orientou sua atuação, e que não deixava de ser a seiva da imprensa caricata⁹⁴, Ângelo Agostini veio a fundar o semanário *D. Quixote*. Em sua nova revista, a inspiração cervantina não se limitou ao título do periódico, uma vez que D. Quixote e Sancho Pança passaram a constituir a representação gráfica da redação do hebdomadário, atuando como protagonistas em suas páginas, ao interagir com os episódios retratados caricaturalmente pela publicação naquele final de Oitocentos e início de Novecentos. Este estudo tem por escopo identificar tais representações ao longo de 1895, o primeiro ano de circulação da folha semanal ilustrada carioca.

⁹⁴ Sobre o periodismo ilustrado-humorístico brasileiro, ver: FLEIUSS, Max. In: A caricatura no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, tomo 80.; LAGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.; SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.; e WERNECK, Humberto. *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

Na primeira capa, que servia como apresentação do semanário, já apareciam os dois personagens, D. Quixote em seu cavalo e Sancho Pança na mula, com aquele ostentando na lança a flâmula com o título do periódico e o informe que se tratava de um “jornal ilustrado de Ângelo Agostini”. Ambos descobriam a cabeça para cumprimentar o público, desejando “Saúde e fraternidade”, enquanto, ao fundo, se faziam também presentes os indefectíveis moinhos de vento. O editorial que introduzia aos leitores o conteúdo programático da publicação já trazia na abertura a universalidade da obra do escritor espanhol e fazia várias referências aos seus protagonistas⁹⁵:

⁹⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 23 jan. 1895.



OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS

É universalmente conhecida a obra monumental de D. Miguel de Cervantes e, por isso, nos julgamos dispensados de dizer o que foi o herói famoso, cujo nome lhe serve e nos serve de título.

A pouco e pouco os nossos leitores e o público terão ensejo de perceber que este nosso *D. Quixote*, já pelo nome, já pelo seu caráter esquisito, tem muita afinidade e até mesmo algum parentesco com o decantado e engenhoso fidalgo de La Mancha.

Embora o tempo seja outro e o decurso de séculos desse lugar a progressos admiráveis, na ciência, na arte, na política, em todos os ramos, enfim, do saber humano, o certo é que neste *fin de siècle* ainda se sofre muito, ainda se é vítima de um sem número de prejuízos morais e de inqualificáveis abusos, praticados quase sempre pelos fortes, ou que supõem sê-lo, contra os fracos, que são, na maioria dos casos, os que não têm consciência da sua força.

Apesar de se haver derramado rios de sangue humano pela afirmação da supremacia do direito sobre a força, e não obstante a civilização da nossa época, há uma tendência fatal para adotar, e dar-lhe foros de legitimidade, o tremendo axioma do férreo Bismarck: – *A força antes do direito*.

Pois bem: com o pensamento na sua Dulcinéia, que é esta pátria brasileira, tão bela e tão forte, o *Dom Quixote*, que hora se apresenta, está resolvido e pronto a quebrar muitas lanças pelo seu grande ideal, que é: – *Mais civilização, mais progresso, mais humanidade*.

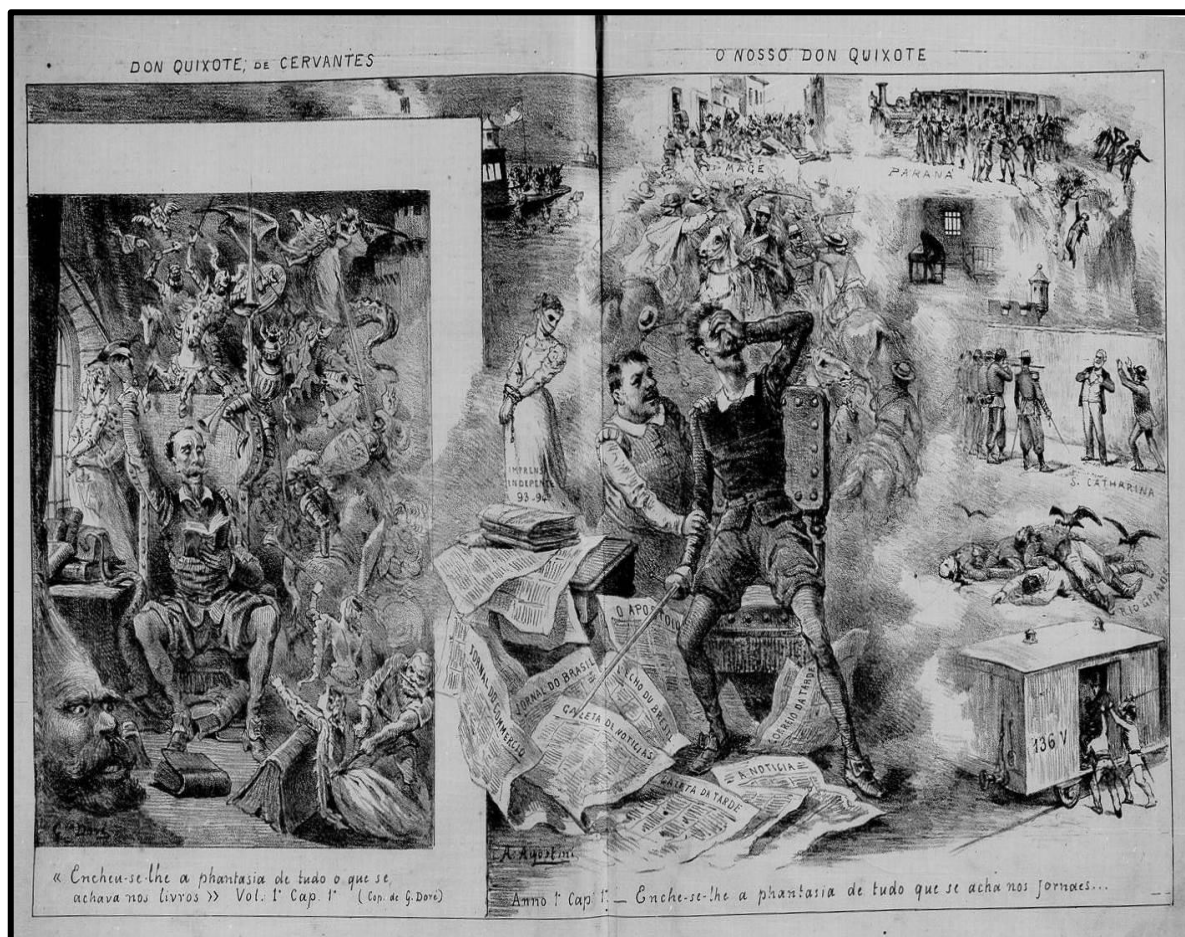
Se, na realização deste programa, encontrar *D. Quixote* as decepções que assoberbaram o seu incomparável homônimo, as afrontará intemerato e prosseguirá avante – tendo o cuidado porém, de prestar mais atenção ao seu fiel escudeiro, o precioso Sancho Pança, que o acompanhará, indefectível, em toda a penosa jornada, que o avisará de todos os perigos iminentes, e lhe dará sempre a nota realista, a nota prática, a nota filosófica dos acontecimentos.

Ainda em sua primeira edição, o hebdomadário traçava um paralelo entre a inspiração de Cervantes em sua escritura, embasada na fantasia dos livros, ao passo que, no Brasil, D. Quixote, consolado por Sancho Pança, se via em desespero diante das notícias trazidas pelos jornais, mostrando a imprensa

acorrentada e amordaçada e os males da guerra civil nos três estados sul-brasileiros. Já em outro conjunto caricatural, Sancho Pança amolava o fio da espada e da lança de seu “patrão”, bem como acendia uma vela para Deus e outra para o diabo, no sentido de enfrentar os acontecimentos que marcavam o país naquele momento. Ao final, os dois personagens, carregando nas cores da ironia, se diziam tranquilos com a ação policial no sentido de empreenderem um passeio, para em seguida demonstrarem não estar tão seguros assim⁹⁶.

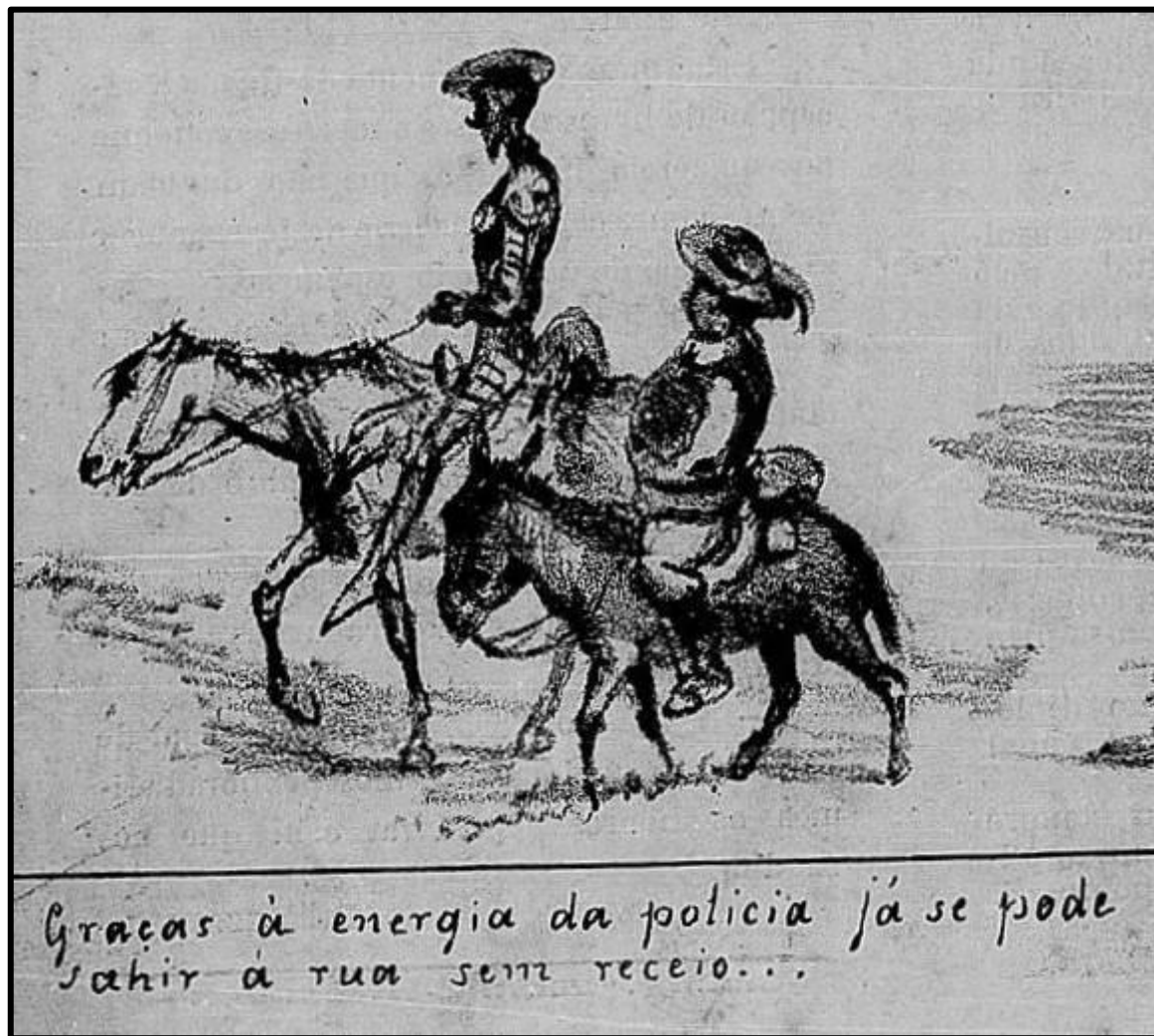
⁹⁶ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 23 jan. 1895.

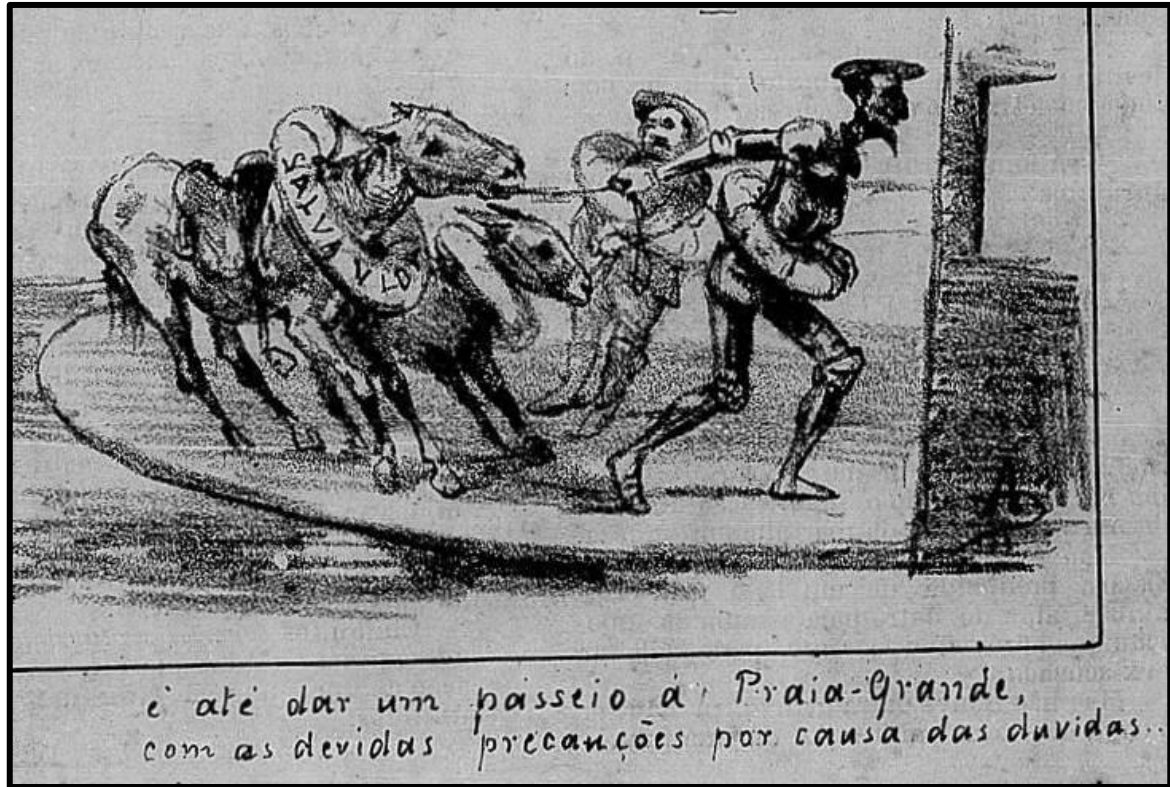
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS









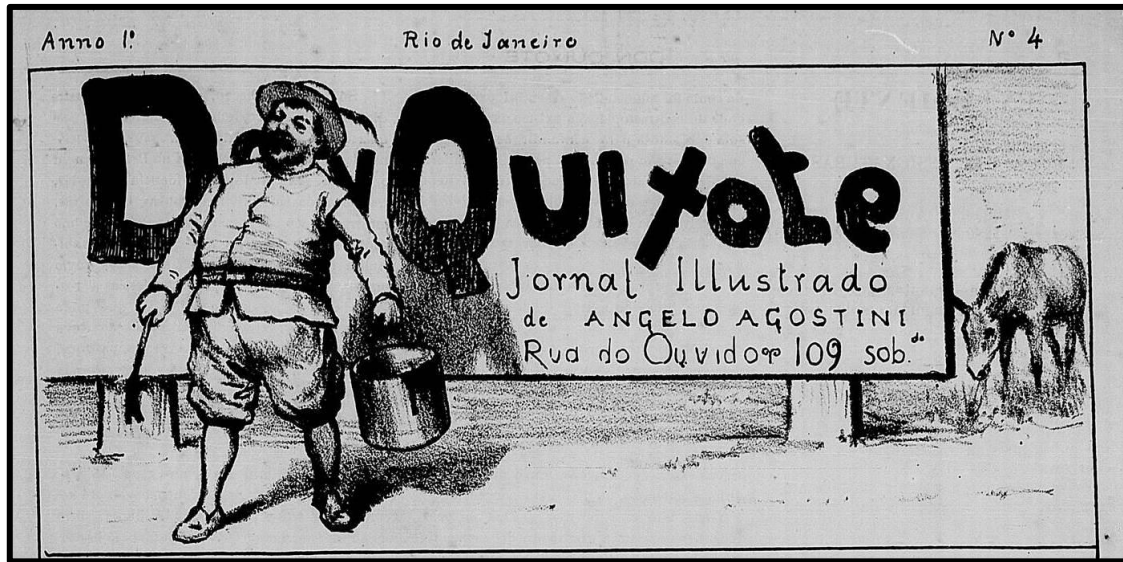


Em seu novo periódico, ao longo das primeiras edições, Ângelo Agostini brincou com o frontispício do semanário, trazendo variações que viriam a compor uma historieta. Ao contrário da maioria dos jornais que buscavam fixar um cabeçalho como marca registrada imutável ou pouco mutável e mesmo tendo em vista o afanoso trabalho da arte litográfica, a partir do qual seria mais fácil a simples repetição do frontispício, o artista optou pelas transformações, de

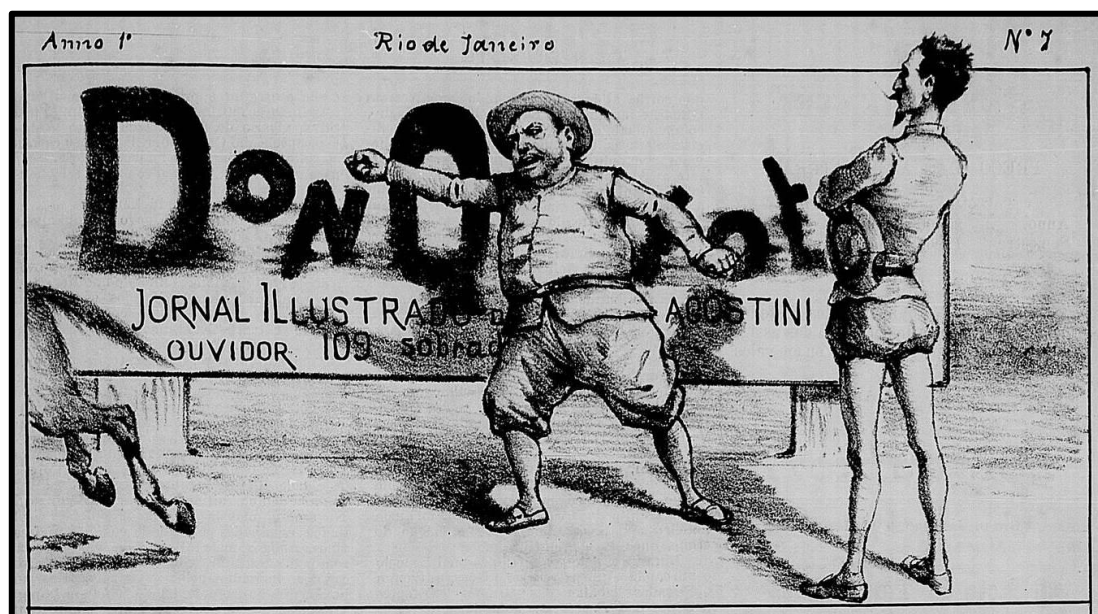
modo a contribuir com o caráter jocoso da publicação. Dessa maneira, Sancho Pança aparecia cuidando de pintar o letreiro que trazia o título do semanário, prosseguindo em sua azáfama nos números seguintes, até completar a tarefa. Em seguida, o escudeiro buscava apresentar o trabalho realizado ao seu “patrão”, mas sua montaria, o burro Rucio, resolvia se esfregar no letreiro, borrando o título e resultando em pesada reprimenda por parte de D. Quixote, a qual era repassada para Rucio, vindo Rocinante a também participar da cena, desferindo um coice que destruiu a tabuleta. Diante do desastre, Sancho Pança aparecia desolado, vindo a trocar a tábua por uma faixa, até que pudesse lançar mão mais uma vez da madeira e recomeçasse o trabalho de pintura, mas, quando estava por terminá-lo se descuidava e derrubava a lata de tinta na cabeça de seu chefe, em desenho no qual o cabeçalho interagira com a gravura da capa. Indignado com o ocorrido, D. Quixote escalava os móveis para chegar até o frontispício, pondo-se em perseguição ao seu auxiliar, para revidar, rodeando várias vezes a tabuleta. Na próxima edição, os dois protagonistas desapareciam e o letreiro era destruído a golpes de tacapes por vários indígenas, figuras que serviam para designar os integrantes do jacobinismo – que se opunham ao periódico, e, diante desse novo desastre, a opção foi a de substituir a placa de madeira pela faixa de pano, com ambos preparando-se para enfrentar os “selvagens”, encerrando-se a historieta expressa ao longo de praticamente um semestre de diferentes cabeçalhos⁹⁷.

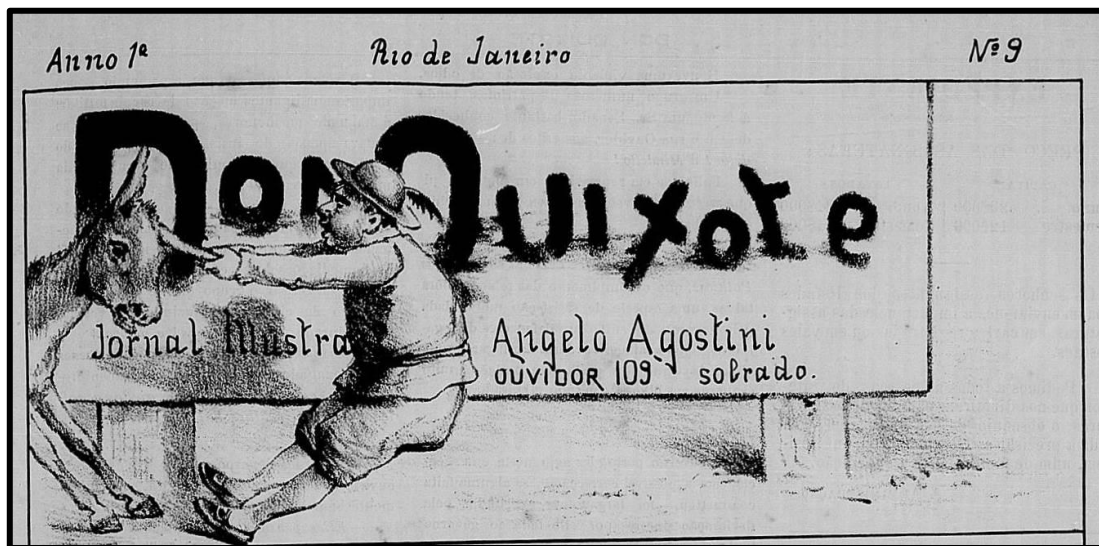
⁹⁷ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 2 fev., 9 fev., 16 fev., 23 fev., 2 mar., 9 mar., 16 mar., 23 mar., 30 mar., 6 abr., 13 abr., 20 abr., 27 abr., 4 maio, 11 maio, 18 maio, 25 maio, 1º jun., 8 jun., 15 jun., 22 jun., 29 jun., 13 jul. e 27 jul. 1895.



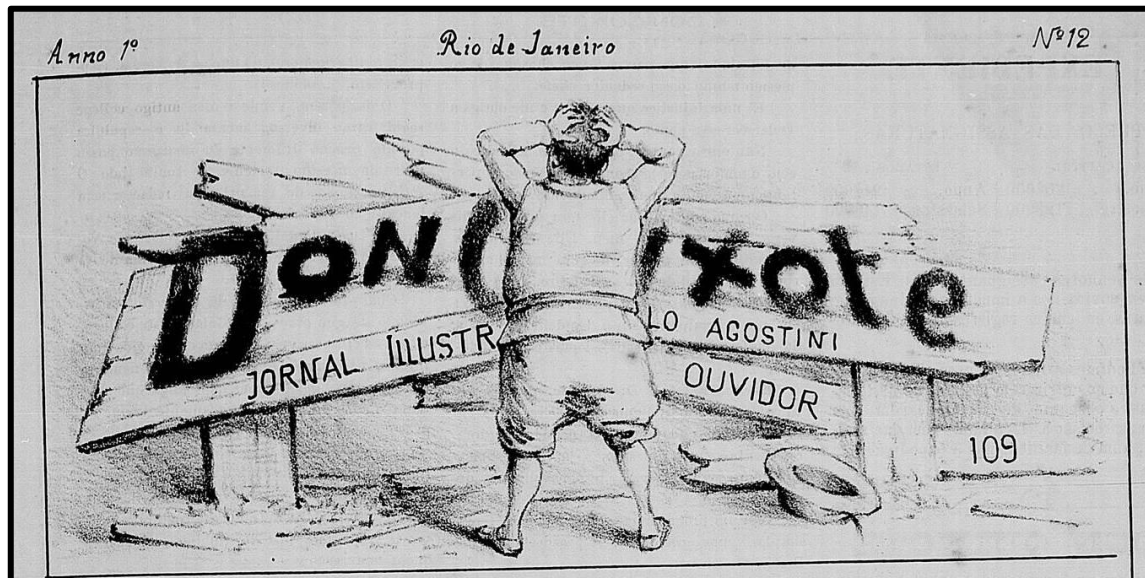
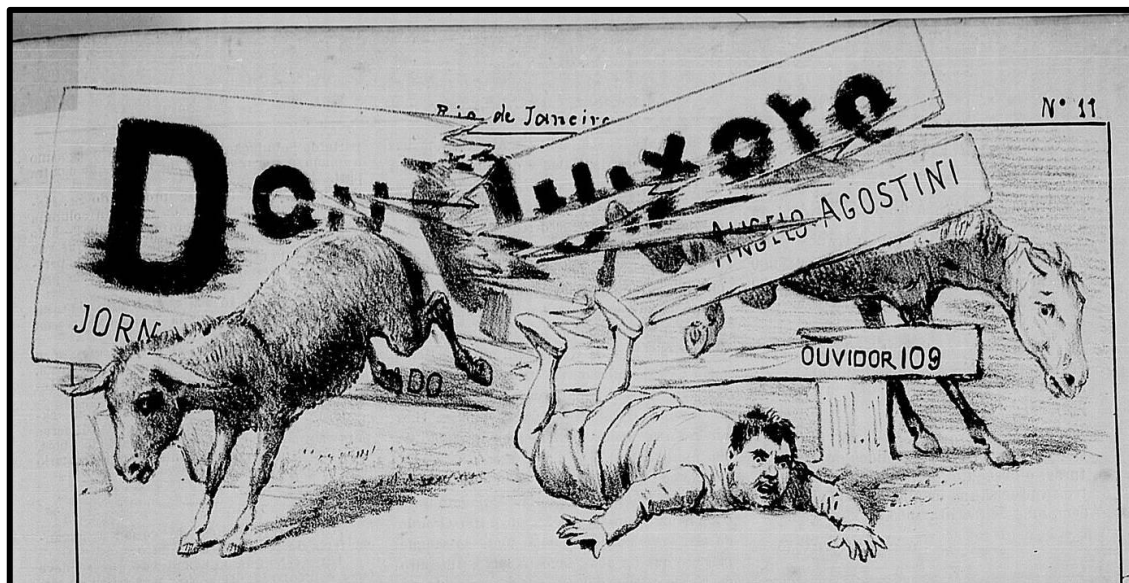


OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS



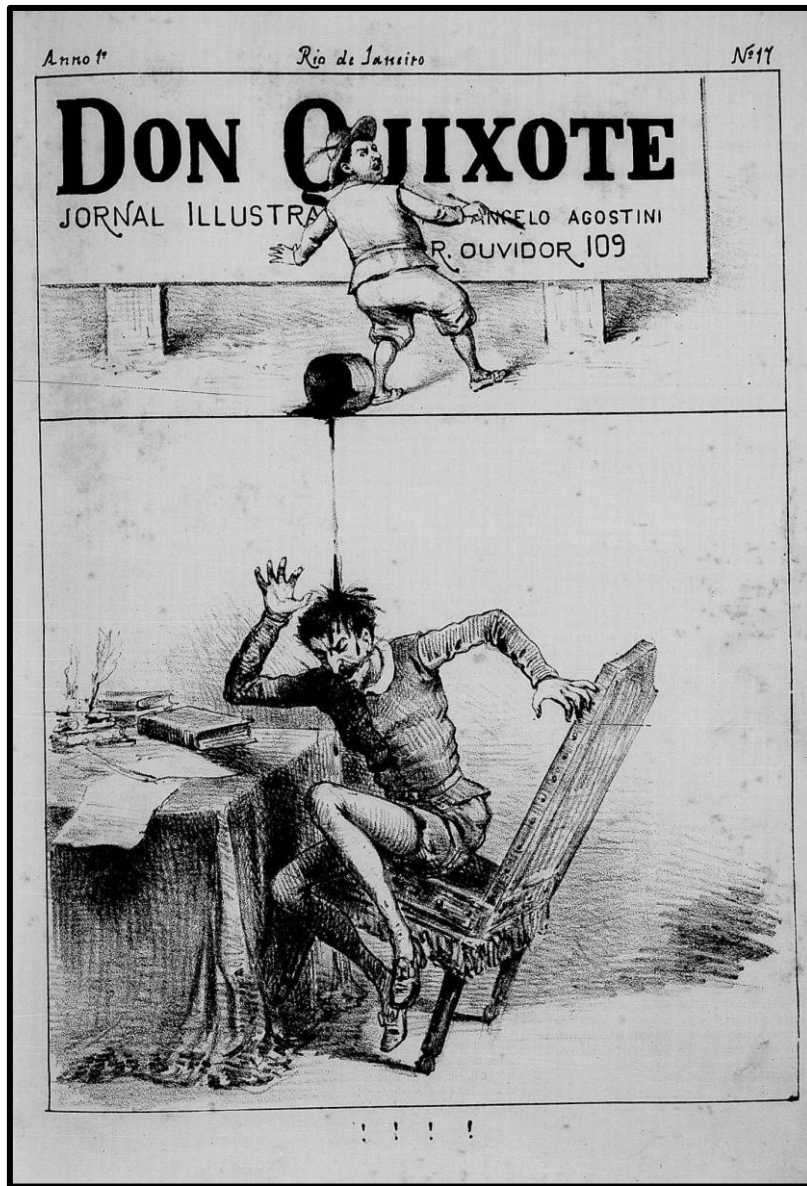


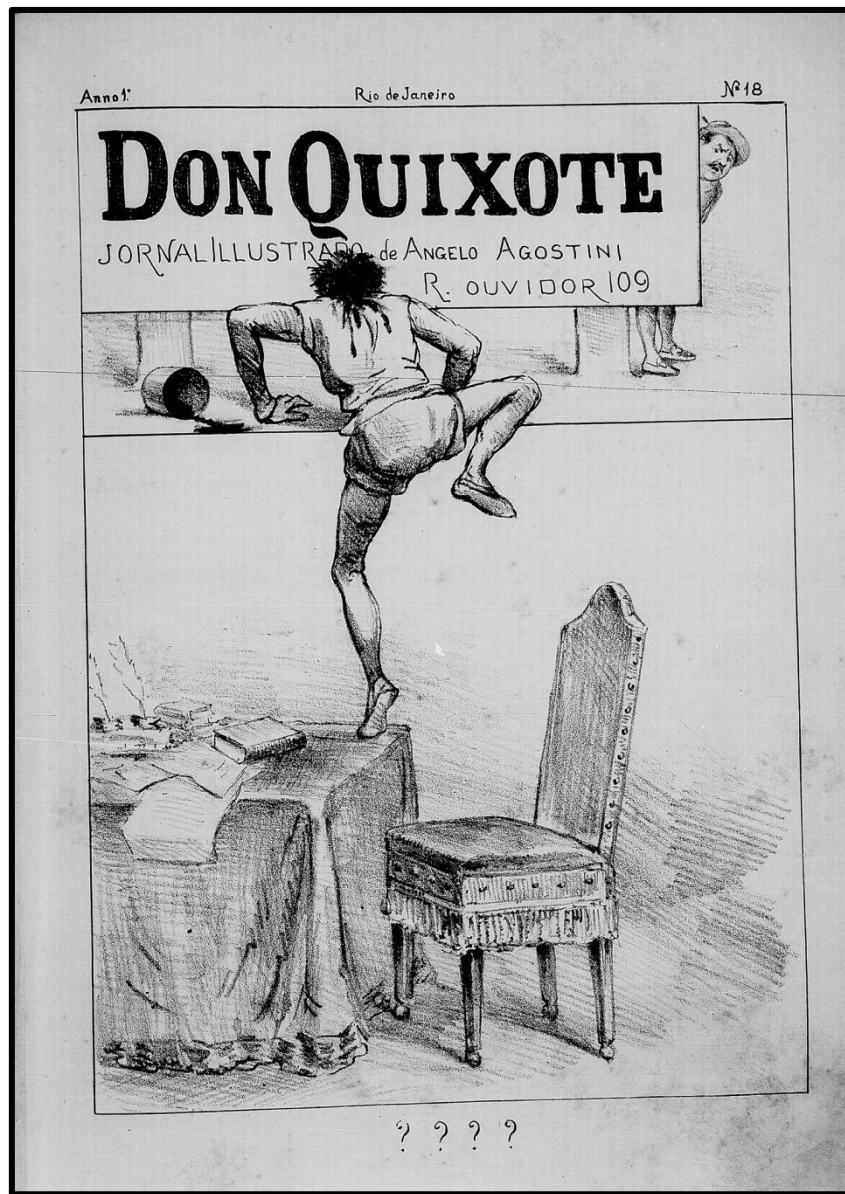
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS



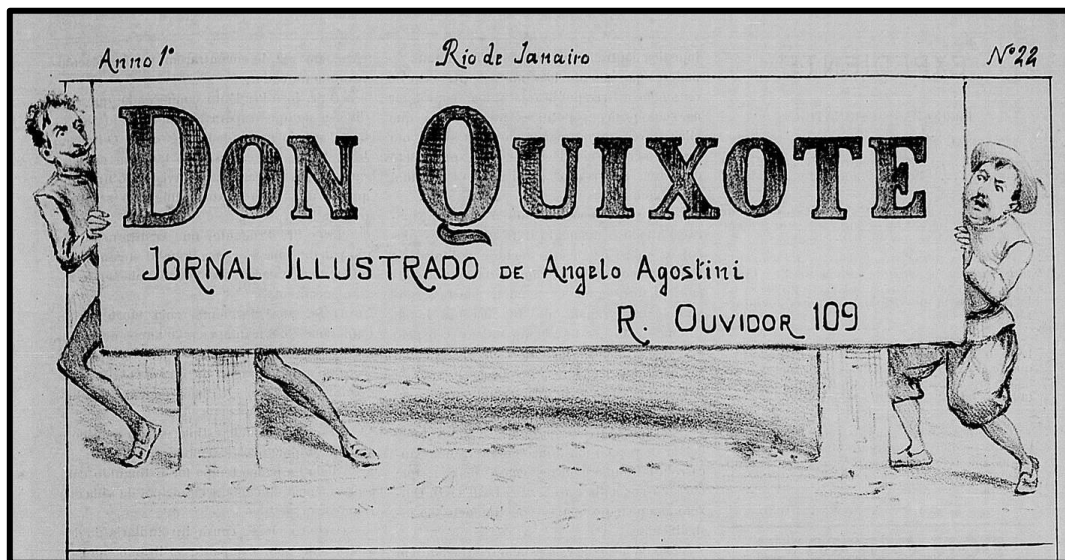
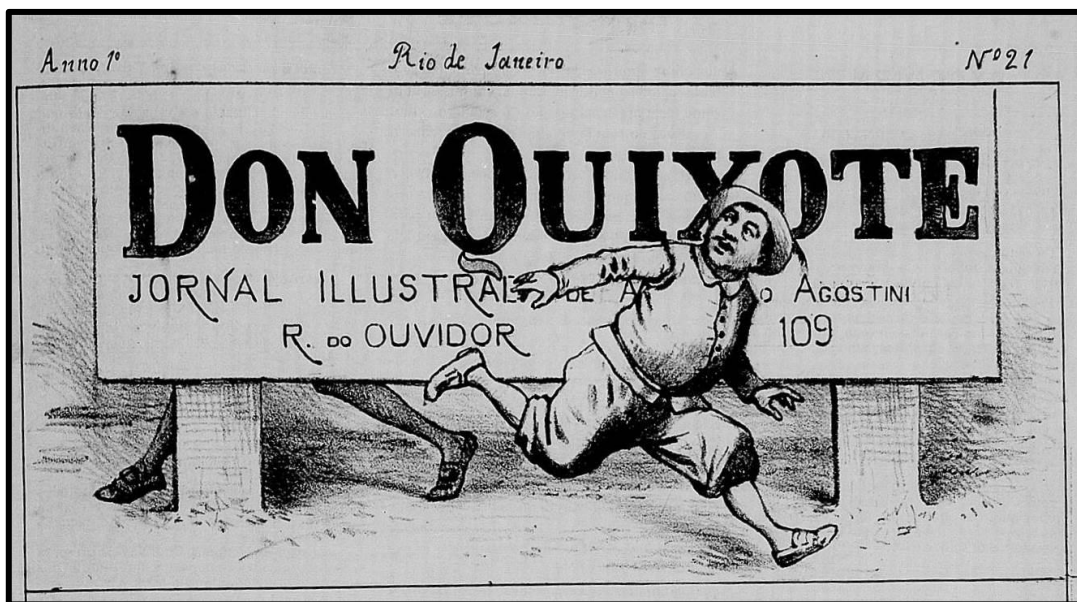


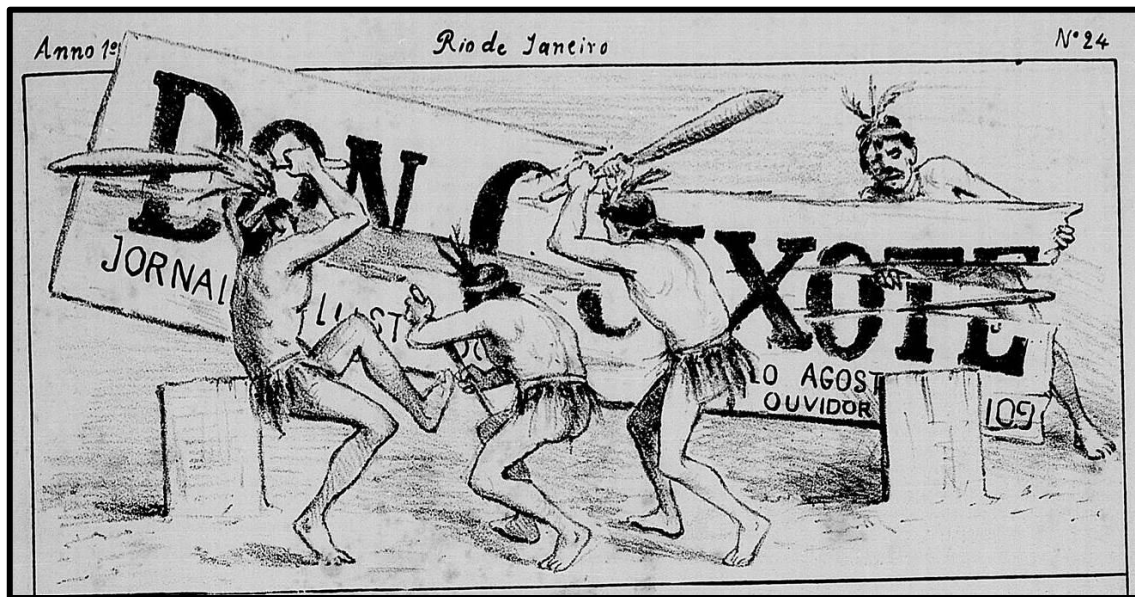






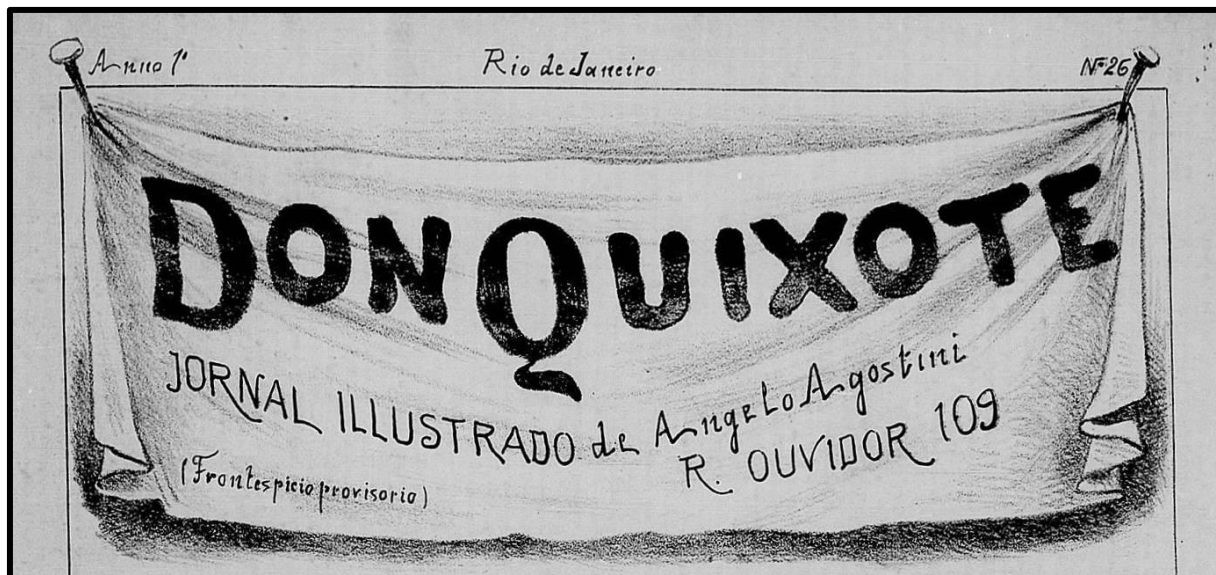






OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





Como representações da redação do periódico, os dois protagonistas do livro de Cervantes por diversas vezes apareciam esquadrinhando as notícias divulgadas por meio da imprensa, como foi o caso de uma que se referia à declaração do ex-Presidente Floriano Peixoto, que poderia contribuir com o agravamento da delicada situação pela qual passava o país. Na mesma oportunidade era relatada uma incerteza em relação ao noticiário de dois jornais quanto à presença ou não de uma epidemia⁹⁸. Nas manifestações encomiásticas da publicação, os dois personagens também se faziam presentes, como foi o

⁹⁸ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 2 fev. 1895.

caso da homenagem ao Presidente norte-americano Grover Cleveland⁹⁹, que dera ganho de causa para o Brasil em questão de litígio de fronteiras com a Argentina, em um tributo que se estendeu aos membros do governo brasileiro. Mas não eram só elogios, de modo que a atuação deles também serviu para a realização da crítica, como aquelas destinadas a Júlio de Castilhos, governante do Rio Grande do Sul, que era acusado de prejudicar o processo de pacificação em seu Estado¹⁰⁰.

⁹⁹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 9 fev. 1895.

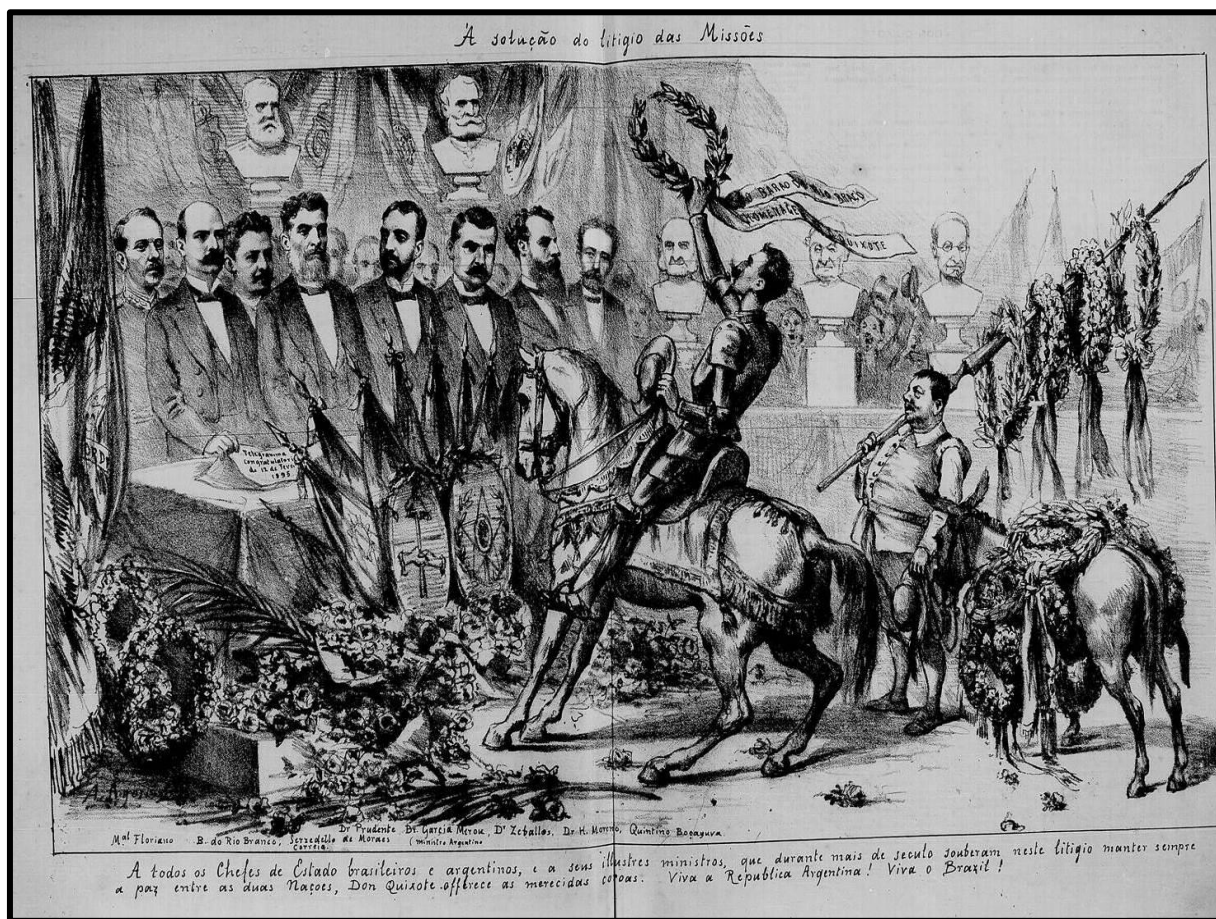
¹⁰⁰ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 16 fev. 1895.







OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS



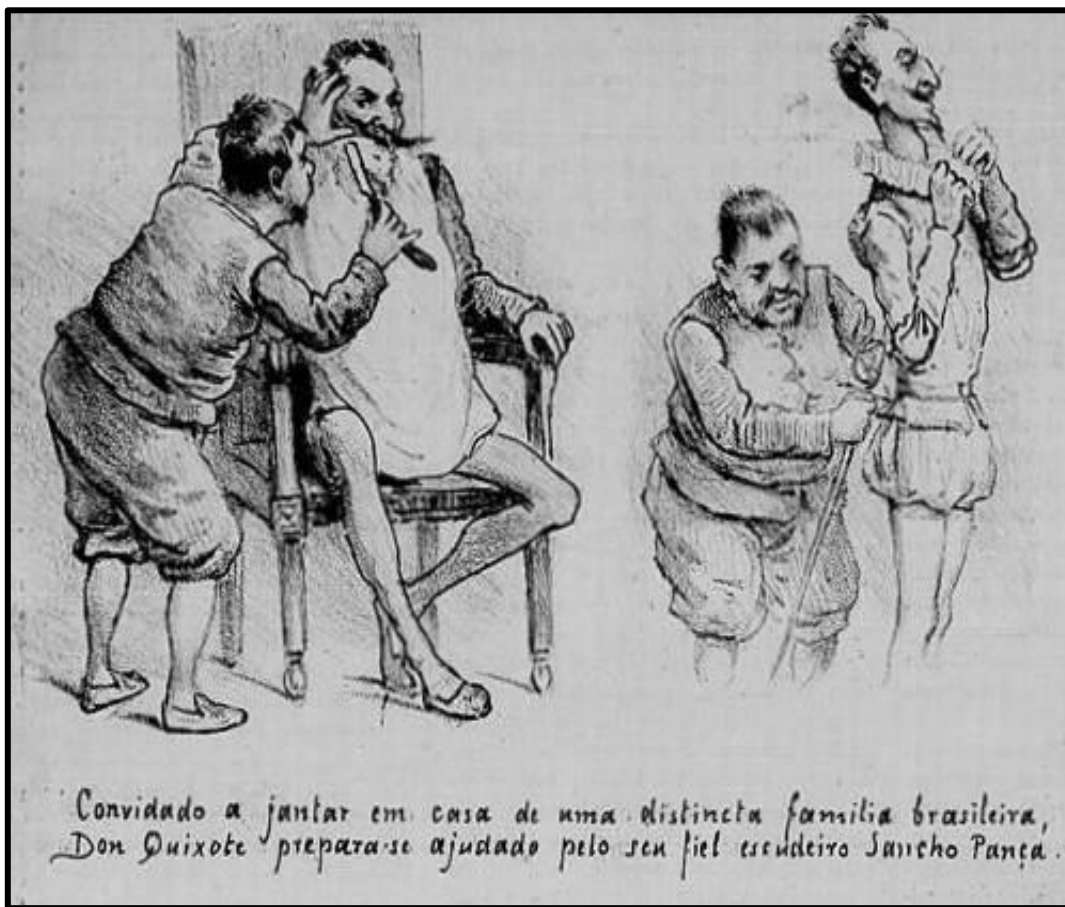


Ainda sobre o tenso clima de conflagração bélica que atingia o Brasil, em plenas festividades carnavalescas, sob uma chuva de serpentinas e confetes, Quixote e Sancho observavam aquele momento como um lenitivo frente às péssimas notícias. Em outra cena, o escudeiro ajudava o patrão a arrumar-se, pois fora convidado para um jantar da alta classe carioca, apesar dos percalços do transporte no caminho, a atividade vinha ocorrendo com normalidade, até que se iniciou o debate sobre os temas políticos, resultando em desavenças e confusão¹⁰¹. Em outra oportunidade, eles apareciam a cumprimentar uma alegoria feminina, que simbolizava a chegada de um novo integrante da imprensa. Levando em conta as efemérides do dia, os personagens prestavam uma homenagem ao Duque de Caxias, mormente no que tange ao papel que o mesmo tivera na pacificação do Rio Grande do Sul por ocasião da Revolução Farroupilha, e, levando em conta a continuidade da Revolução Federalista, ambos decidem galopar em direção ao sul do país¹⁰².

¹⁰¹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 23 fev. 1895.

¹⁰² D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 2 mar. 1895.



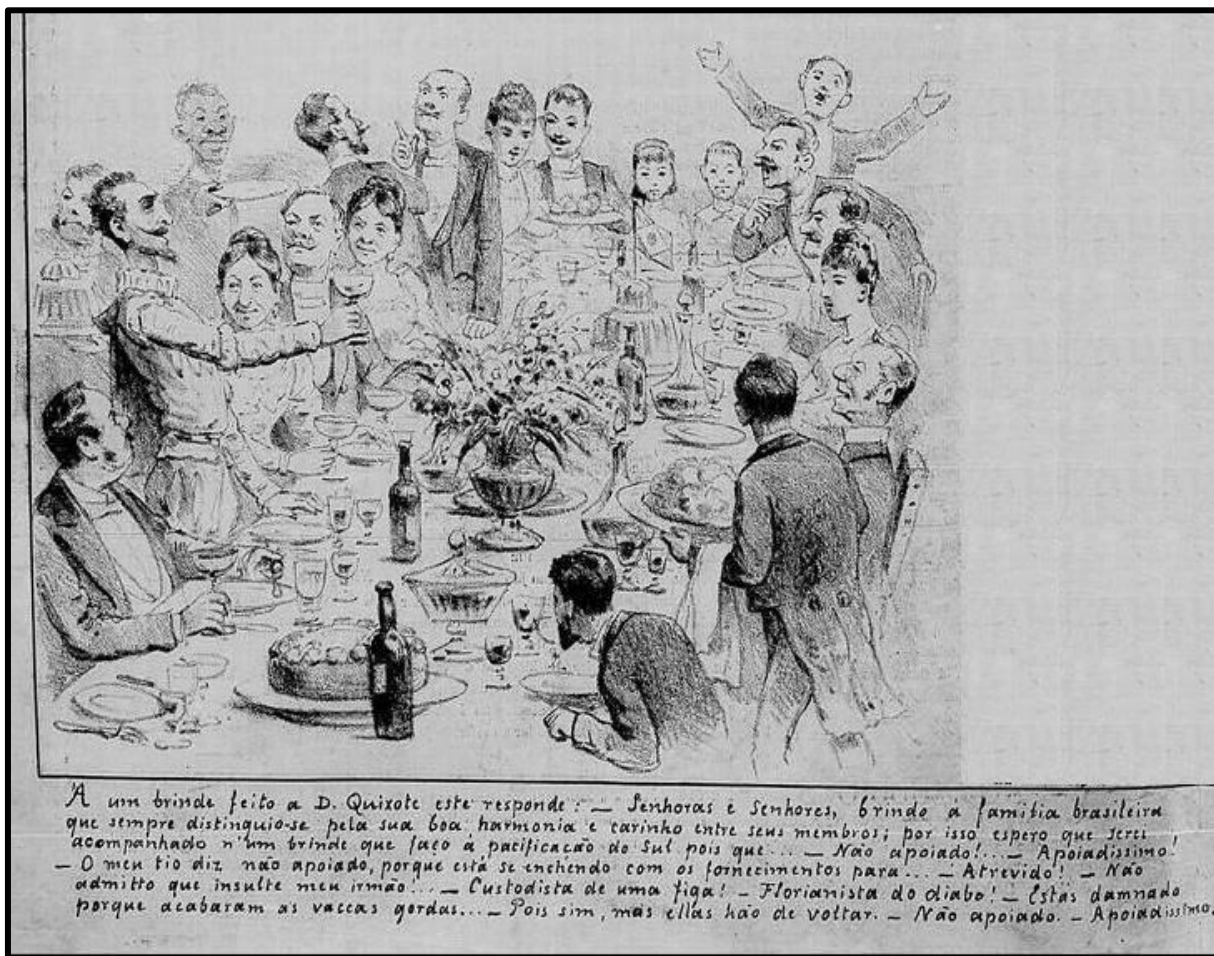


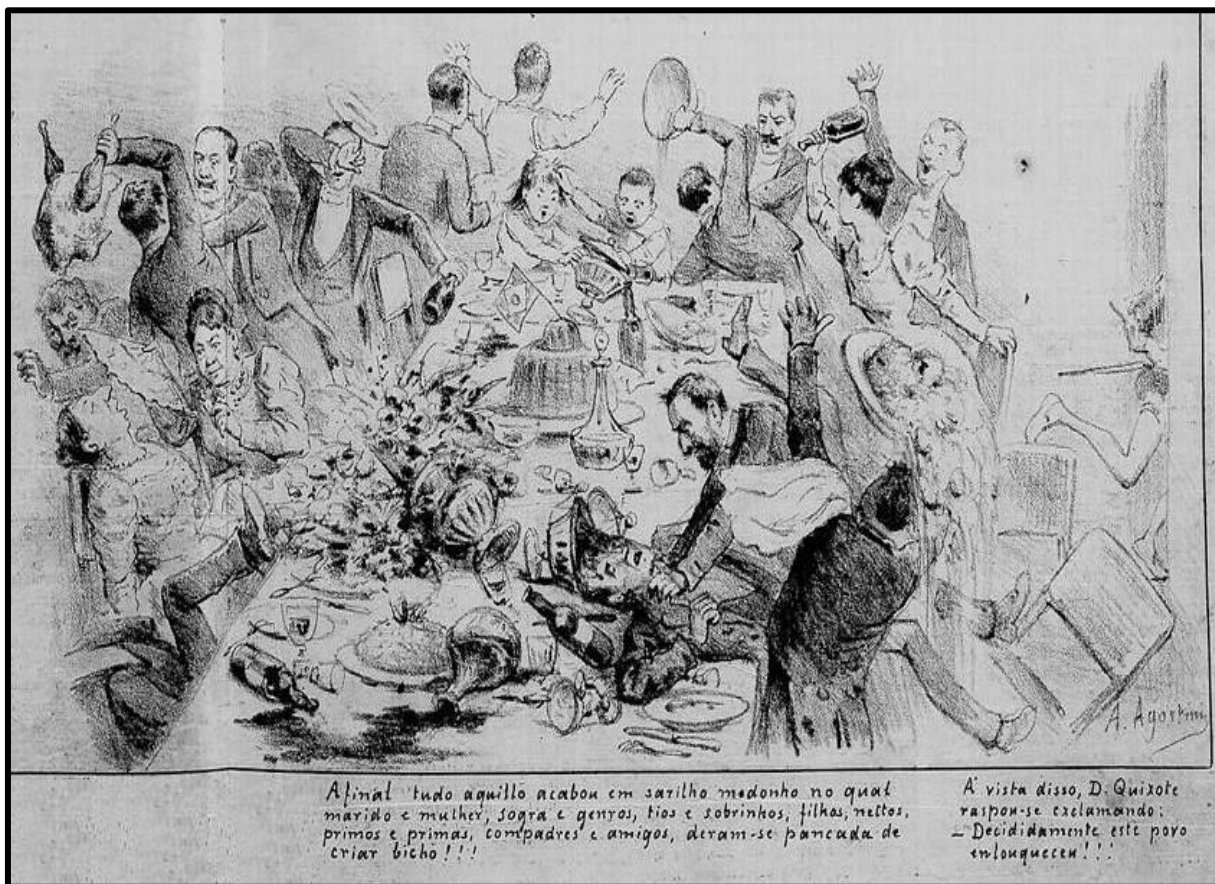






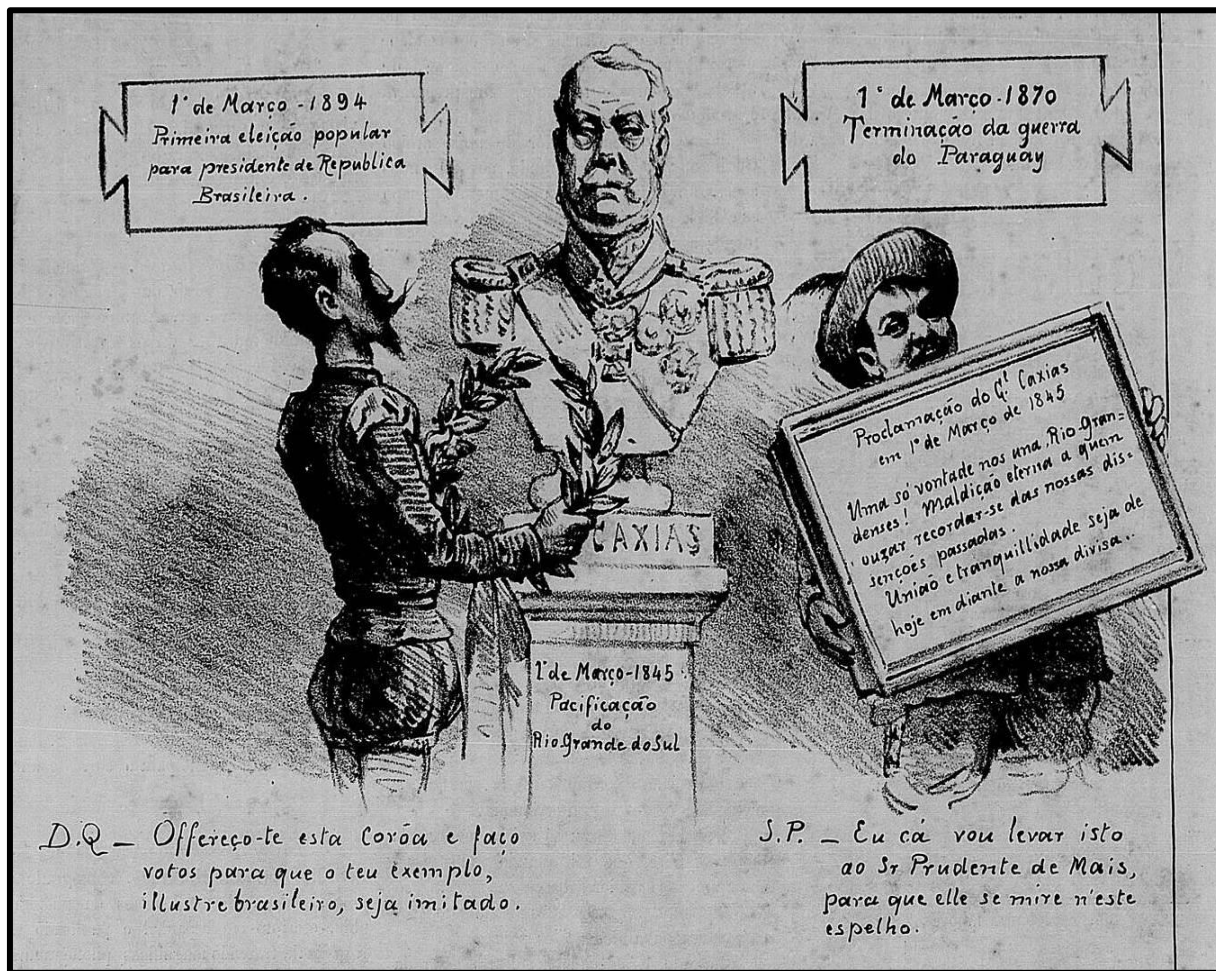
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





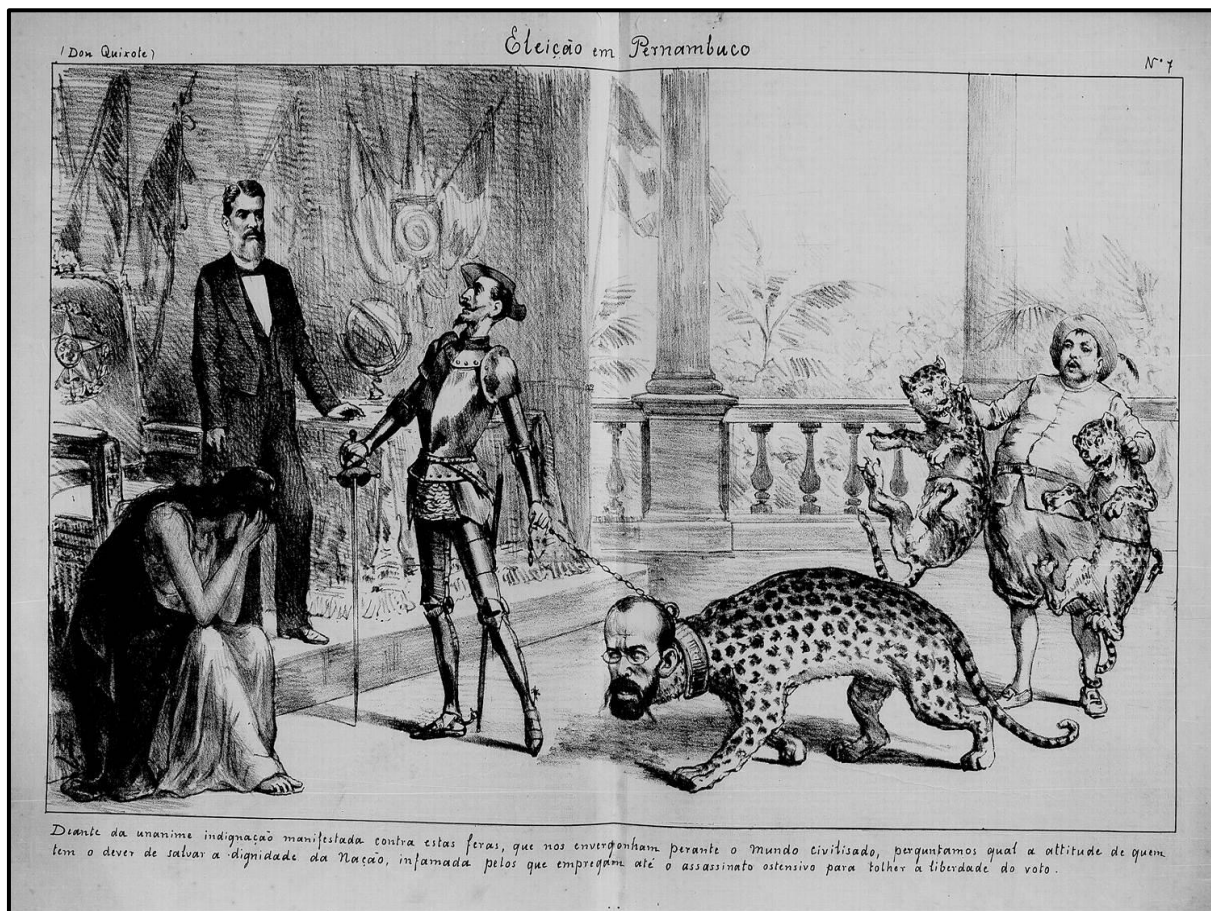


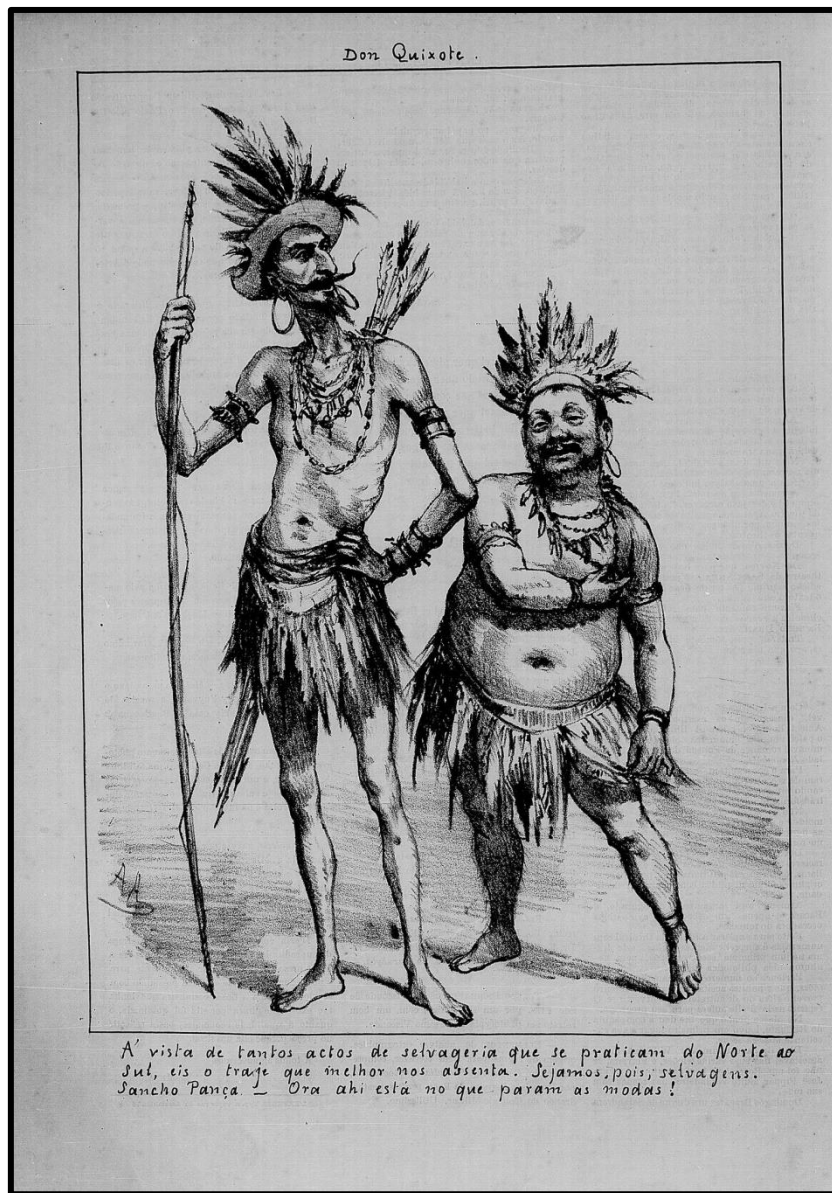
Cumprindo o papel moralizador que muitas vezes a imprensa ilustrado-humorística atribuía a si mesma, D. Quixote e Sancho Pança se encarregavam de levar ao Presidente feras felinas – representando políticos – que estariam prejudicando os destinos da República, como demonstrava o desespero de uma chorosa dama republicana – alegoria da forma de governo – que também compunha a cena. Com base no escárnio, eles apareciam travestidos de indígenas de modo a acompanhar os “atos de selvageria” que estariam a tomar conta do Brasil¹⁰³. Uma nova caricatura trazia os personagens que observavam de soslaio as dificuldades enfrentadas pelo Presidente da República, perante a situação de crise enfrentada, que ficava expressa por meio da vestimenta que ele trajava. Em tom de cobrança, na frente de uma estátua do Presidente, a mulher-república tirava seu barrete frígio, demarcando que a liberdade que ele simbolizava não estaria valendo para o Brasil e reclamava quanto à falta de providências mais incisivas para a pacificação no sul do país, enquanto Quixote e Sancho, observando no alto da cena, cochichavam que ela não atingiria seu intento por estar conversando com um figura inanimada. Tendo em vista mais problemas que estouravam no nordeste, os dois protagonistas tinham de desistir de sua viagem à região sulina, retornando para o Rio de Janeiro¹⁰⁴.

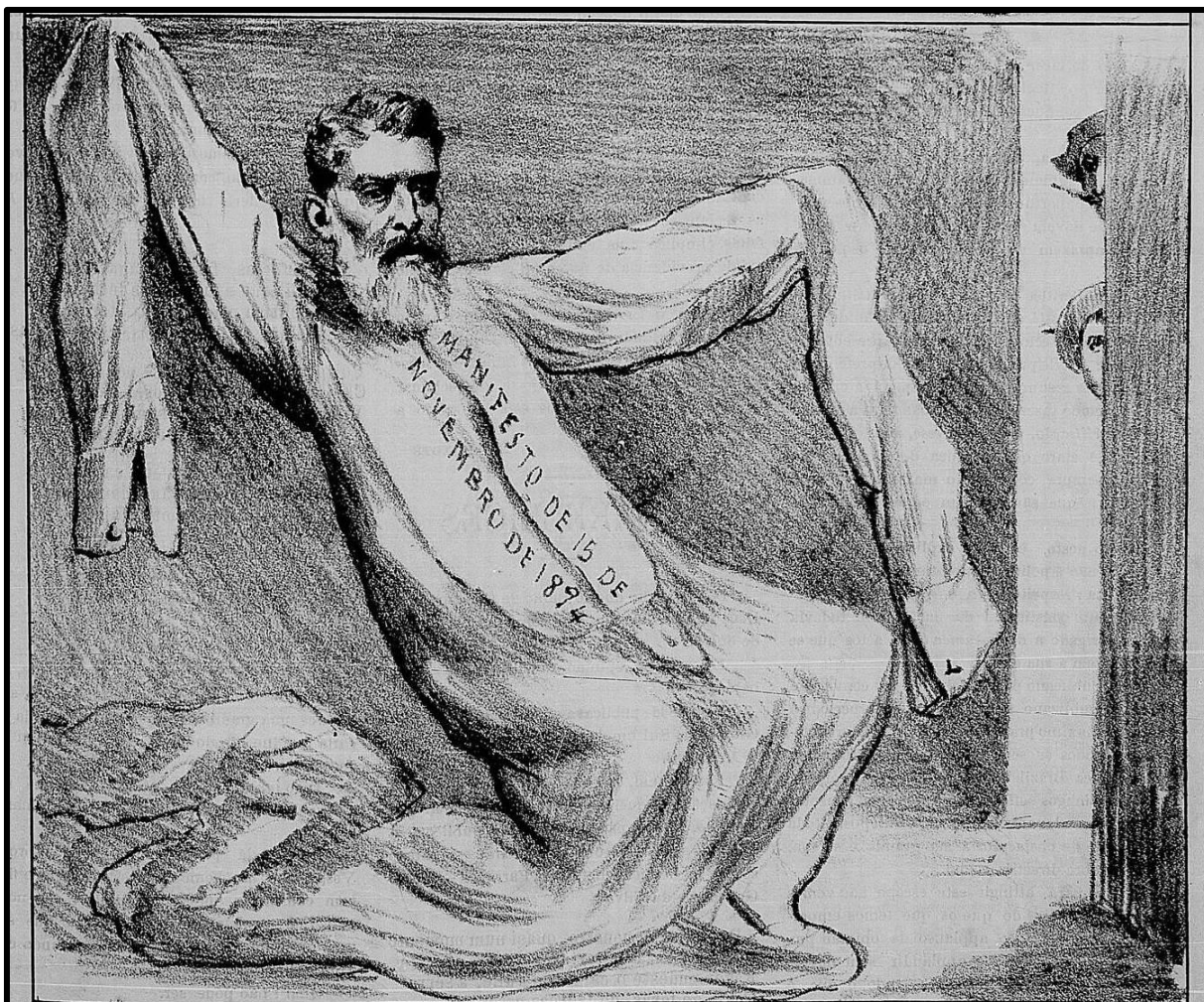
¹⁰³ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 9 mar. 1895.

¹⁰⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 16 mar. 1895.

OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS







- D. Q. — Boa vontade terá elle de satisfazer a Opinião publica mas
O tal manifesto não será uma tunica de Nessus? ...

S. P. Quat o quê? aquillo é camisa de 11 varas





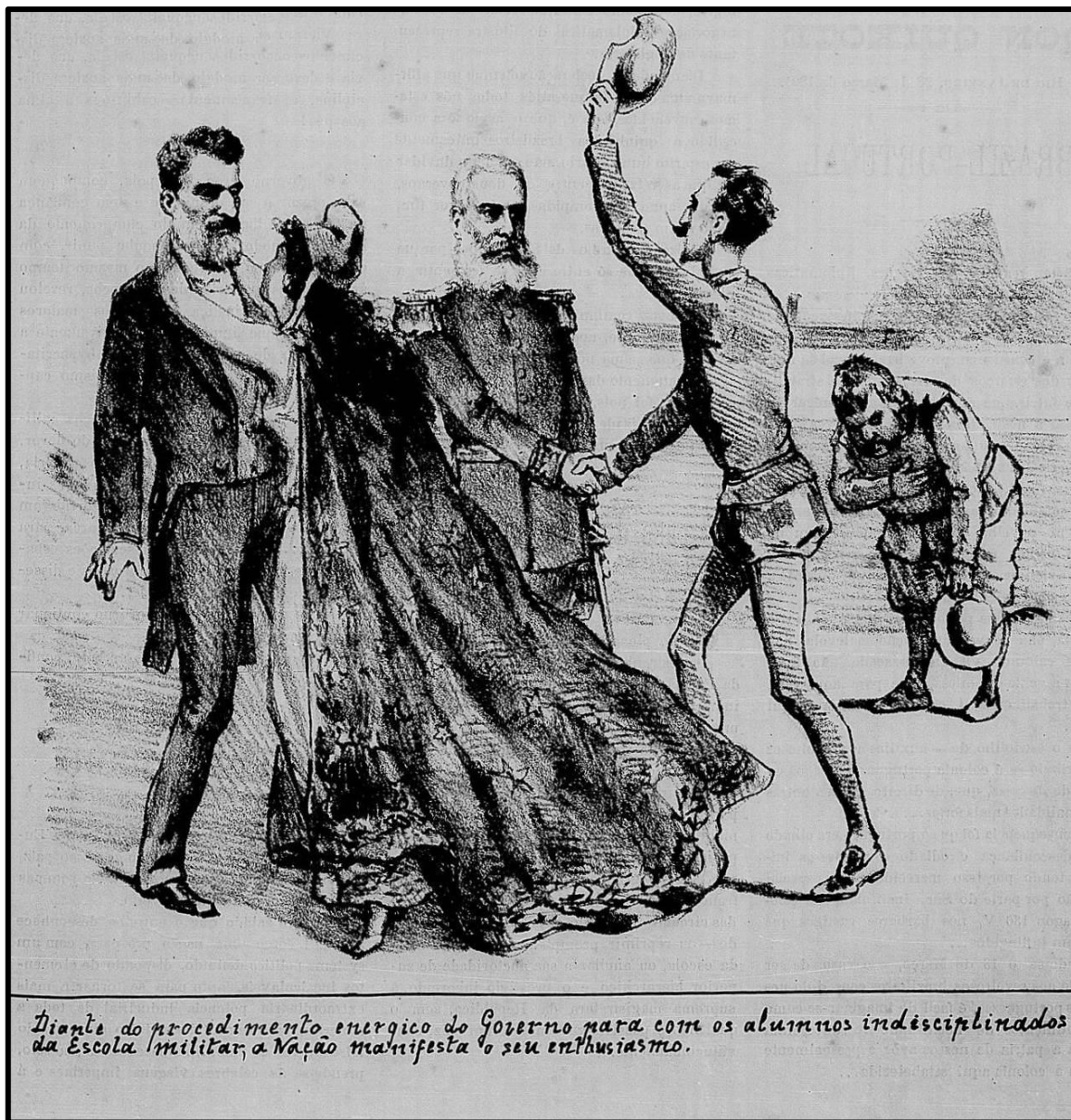
Mas não era só de críticas que se moldavam as relações entre as duas figuras e o governo, que chegou a ser, junto da dama republicana, cumprimentado pelo “procedimento enérgico” que adotara, coibindo uma ação insubordinada na Escola Militar e, levando em conta o mesmo caso, Sancho Pança, ao ler um jornal, discordava do colega por estar agindo em prol daqueles insubordinados¹⁰⁵. Ainda levando em conta a agitação que tomava conta do país, os dois protagonistas mediam as consequências de adentrarem no interior de um vulcão. As dificuldades que assolavam o país apareciam também como causadoras também de um “vulcão” na cabeça de Dom Quixote, enquanto Sancho conversava com outro representante da imprensa carioca e preocupava-se com as notícias chegadas do sul¹⁰⁶. Dando continuidade à historieta iniciada na edição anterior, D. Quixote matinha o plano de entrar na escuridão da montanha vulcânica, negando-se o seu escudeiro a fazer o mesmo, permanecendo à borda, junto de suas respectivas montarias e preferindo viver às claras, ao evitar envolver-se com a escuridão que caracterizaria a política nacional¹⁰⁷. Mais adiante, por ocasião da efeméride relacionada ao personagem da Inconfidência Mineira, se dava o inusitado encontro de Sancho Pança com Tiradentes, estando este desiludido com os caminhos que a República brasileira vinha seguindo, notadamente em referência ao radicalismo do movimento jacobino¹⁰⁸

¹⁰⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 23 mar. 1895.

¹⁰⁶ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 30 mar. 1895.

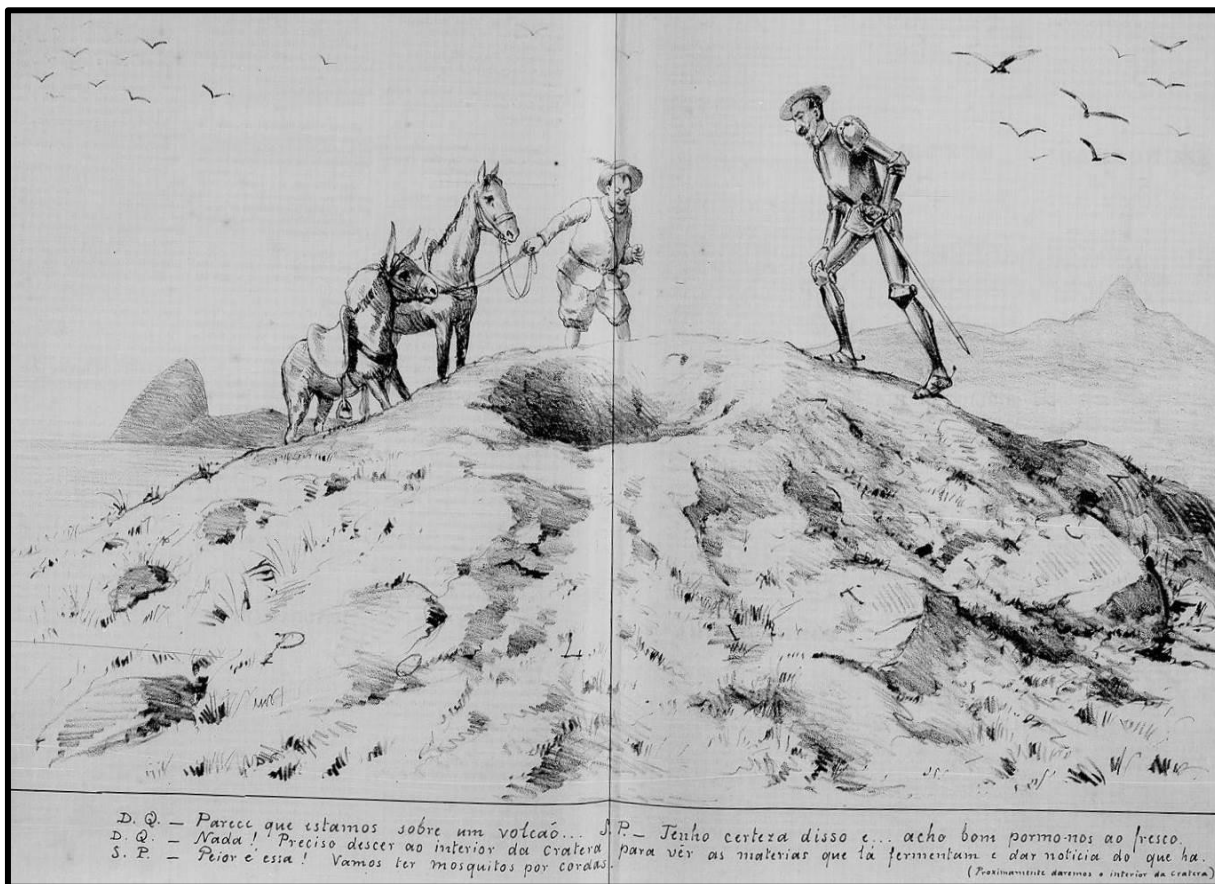
¹⁰⁷ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 6 abr. 1895.

¹⁰⁸ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 20 abr. 1895.



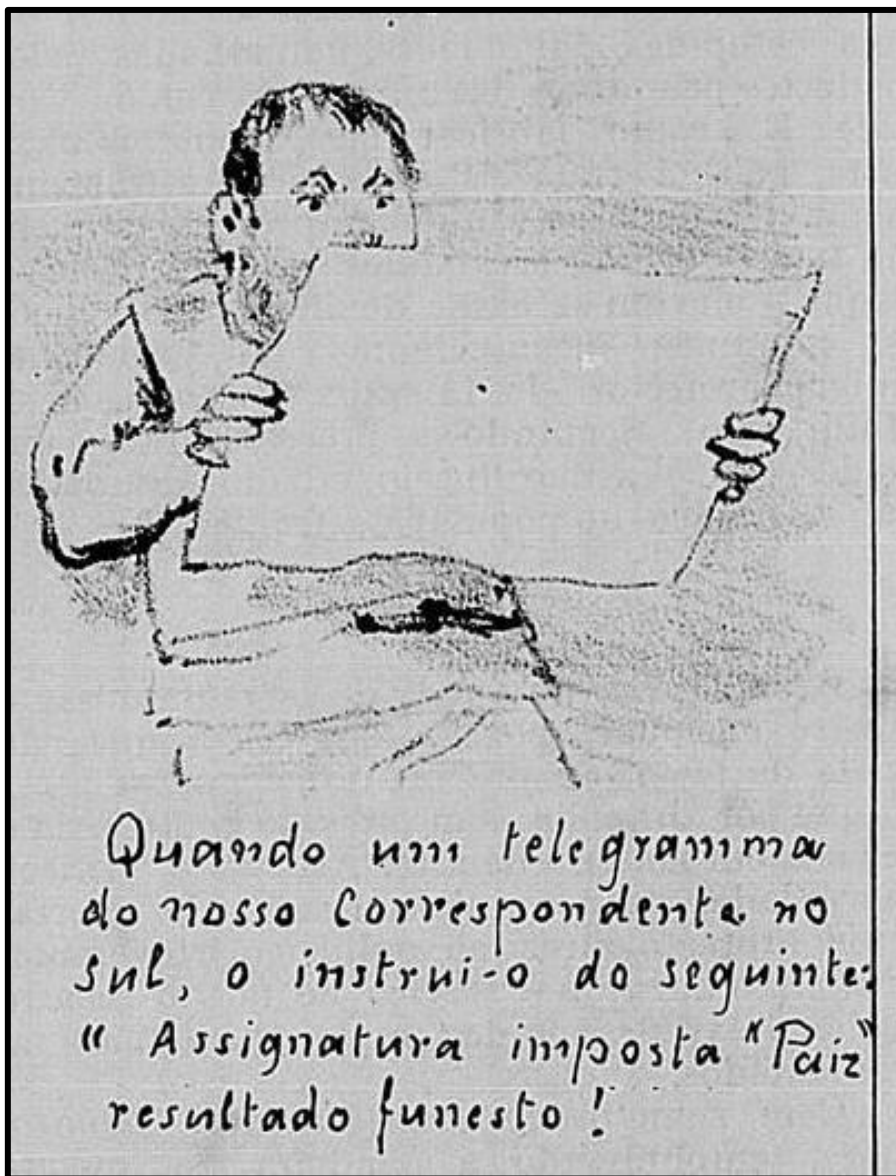


OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS

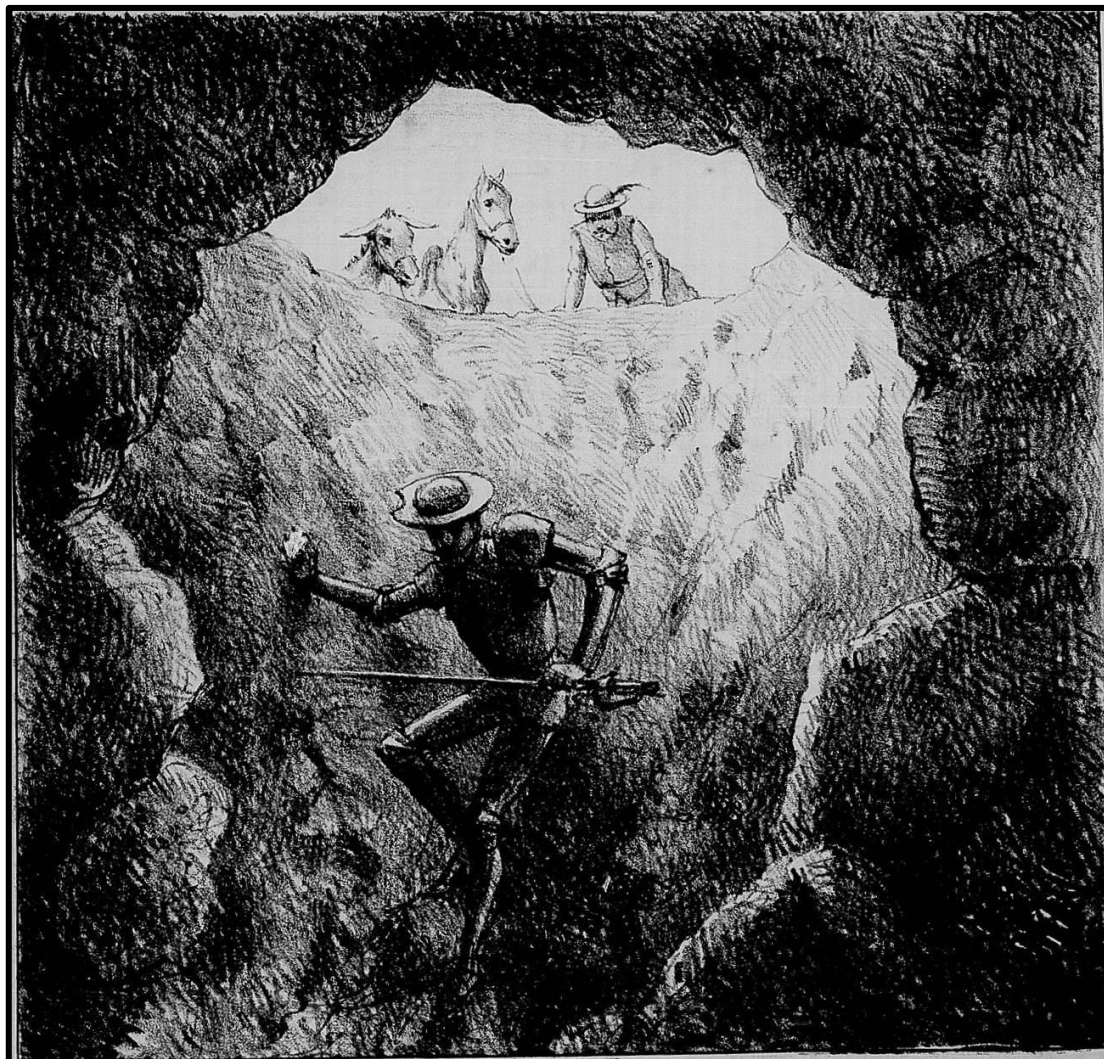




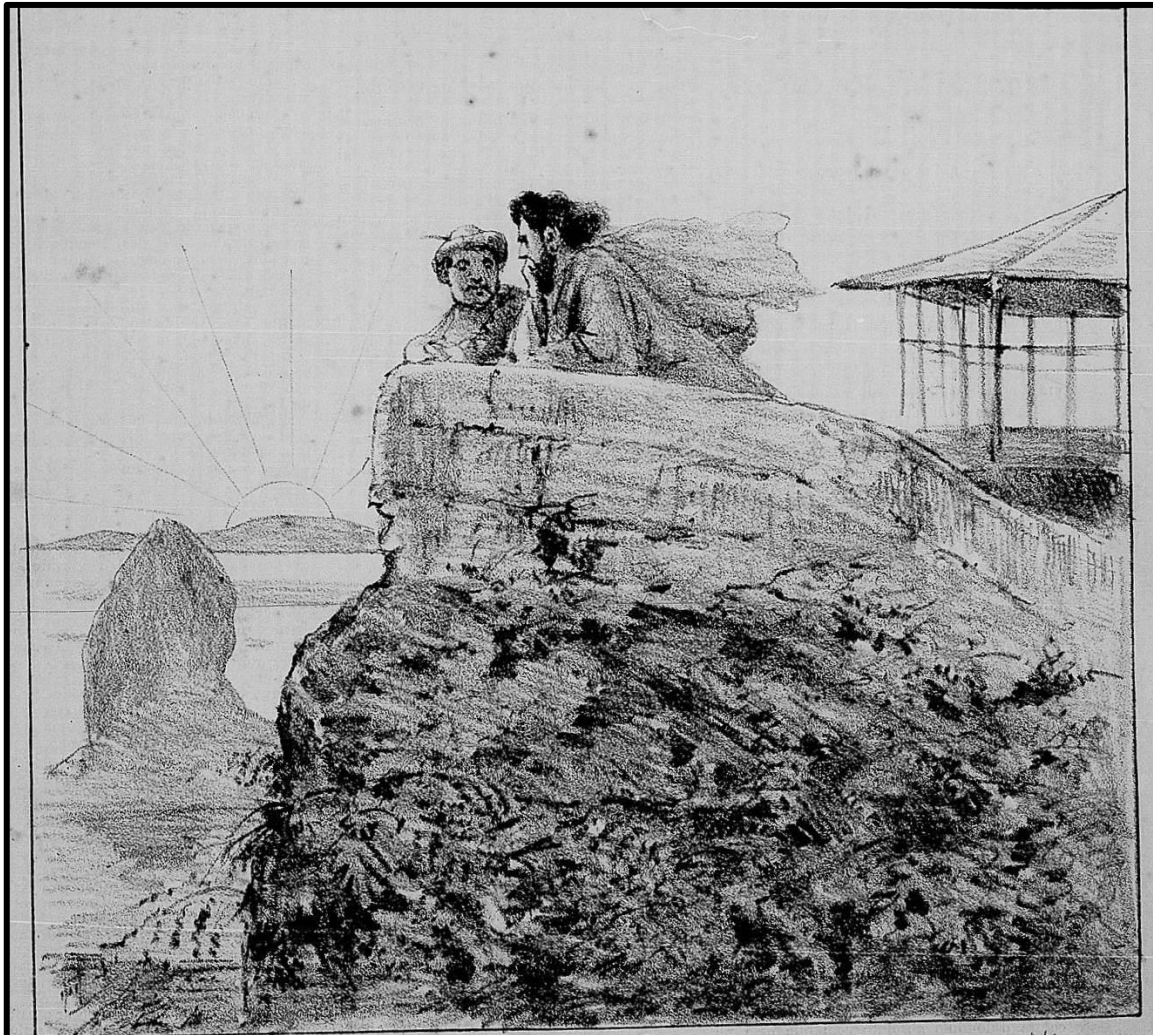




OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS



S. Pansa. — Lá vai o patrão descendo. Eu é que lá não vou. Fico guardando o Rossimante e o meu querido Russo. Nada conheço de mais escuro do que a actual politica, e eu gosto de viver as claras.



S. Pansa. — Estás triste, Tiradentes?... — Pudera! Não é esta a república que
hoi 103 annos eu sonhava!... S. Pansa. — Realmente, não valeu a pena deixares-te
enforcar para veres agora os taes jacubinos cambuquiranos tentarem dar com a Repu-
blica em pantaras

Frente à permanência da guerra no sul do país, foi imaginada uma insólita solução, ou seja, tal qual uma arca de Noé, o periódico sugeria uma extensão do popular jogo do bicho do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, o que traria uma confraternização entre os grupos em combate, os pica-paus governistas e os maragatos rebeldes. A folha não deixava de dar uma alfinetada do chefe político gaúcho Júlio de Castilhos, com o qual antagonizava, de modo que Sancho Pança destinaria especialmente para aquele um pato, apelido pejorativo pelo qual tal líder era conhecido¹⁰⁹. Passados alguns números, a historieta em torno do vulcão teria prosseguimento, com a saída de D. Quixote da caverna, dizendo que não repetiria a experiência e trazendo às costas um saco cujo conteúdo permanecia como um mistério para ser mais tarde revelado. Procedendo à leitura de um periódico que retornava, os dois protagonistas elogiavam a iniciativa, por se tratar de um projeto orientado por “verdadeiros republicanos”. Após repassar os acontecimentos da semana de norte a sul do país, Sancho aparecia amuado, concluindo com ironia que a anarquia não reinava no Brasil¹¹⁰. Enquanto o escudeiro tocava violão, o cavaleiro se mostrava em desespero pela situação política brasileira¹¹¹. Assim, na manutenção do teor crítico, D. Quixote e Sancho Pança observavam atentamente a diminuição da estatura política do Presidente da República¹¹².

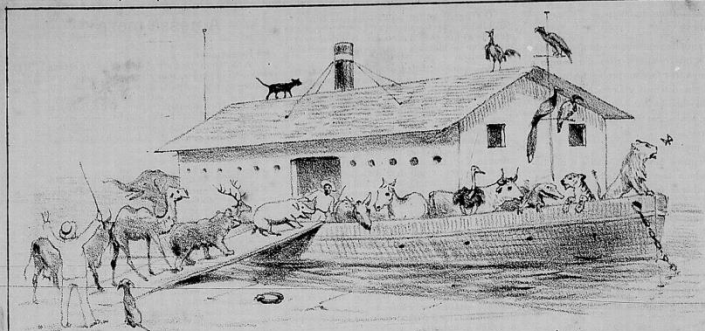
¹⁰⁹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 abr. 1895.

¹¹⁰ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 4 maio 1895.

¹¹¹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 11 maio 1895.

¹¹² D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 18 maio 1895.

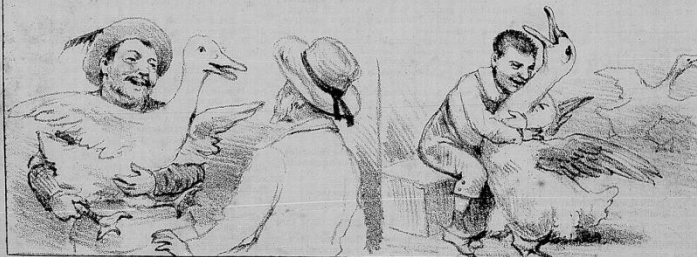
Solução pratica para acabar com a guerra do Rio Grande do sul



Embarque o Sr. Drummond, á semelhança de Noé, com toda a bicharia para a terra dos gauchos, que prestará um grande serviço á patria.



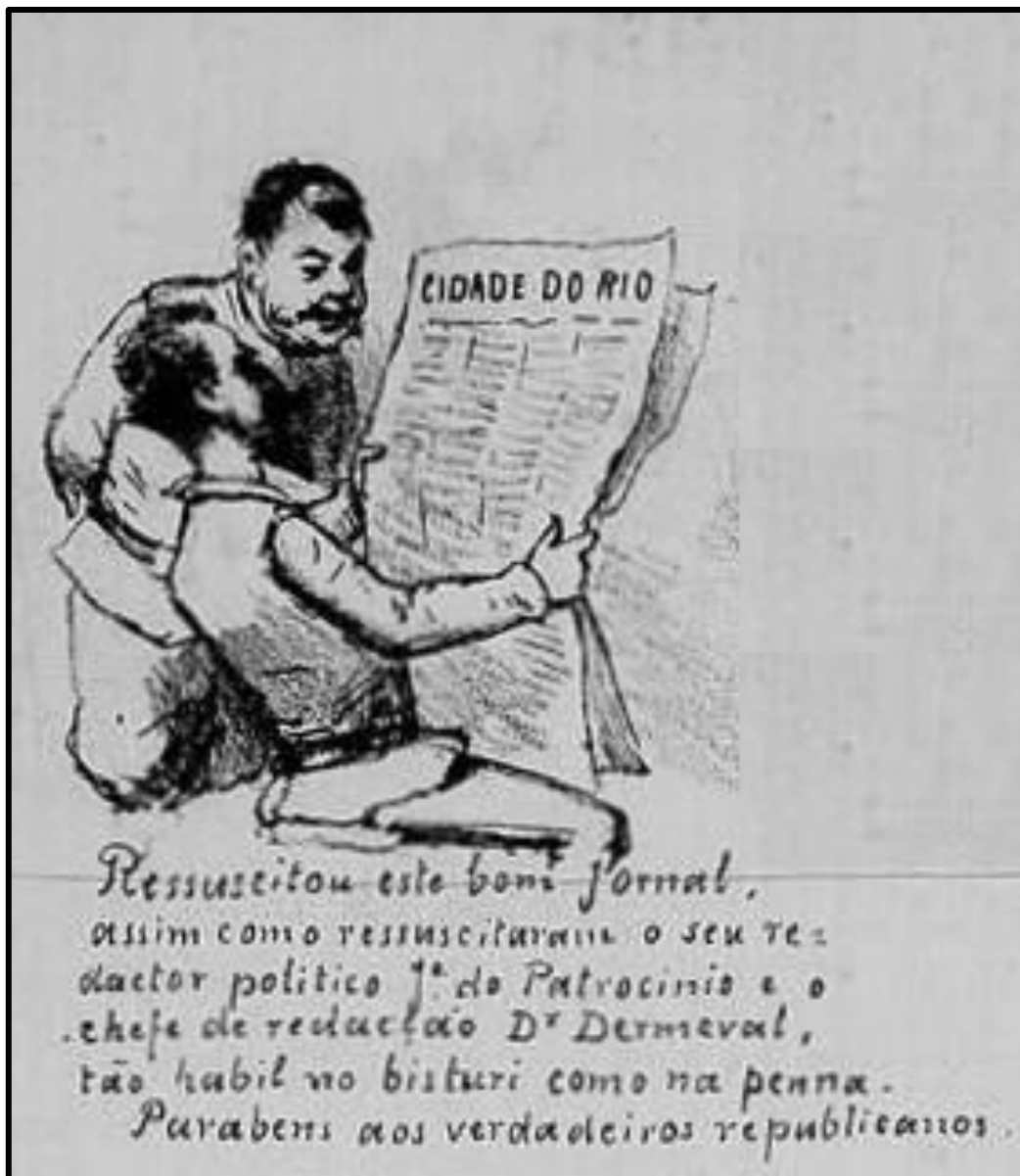
Estabelecendo lá a sua fogologia, não tardará que picapaus e matagatos, largando as armas, fraternissem no tal joguinho.



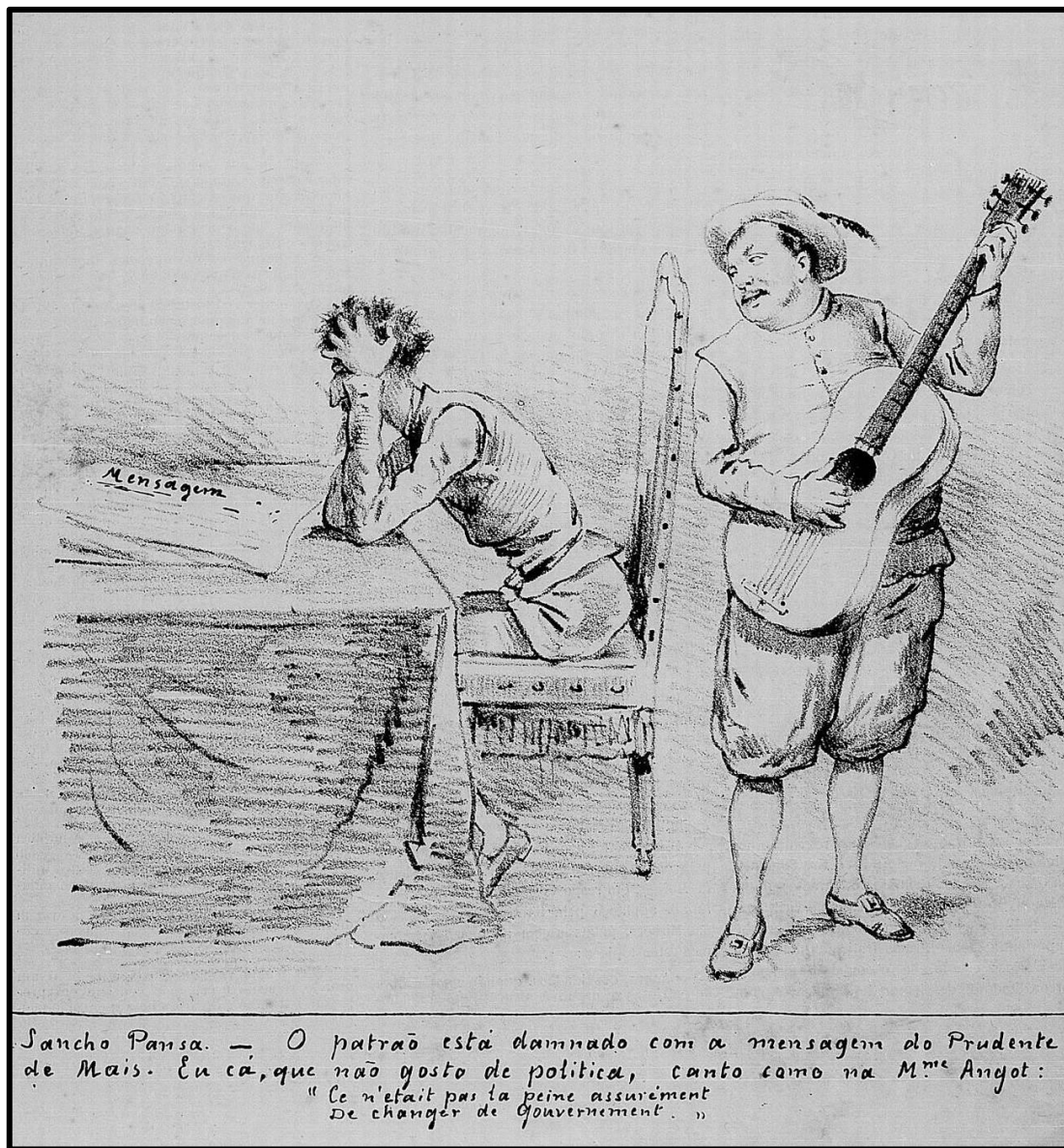
J. Pansa aproveitará o portador, para mimazear o presidente do Rio-Grande com esta ave.

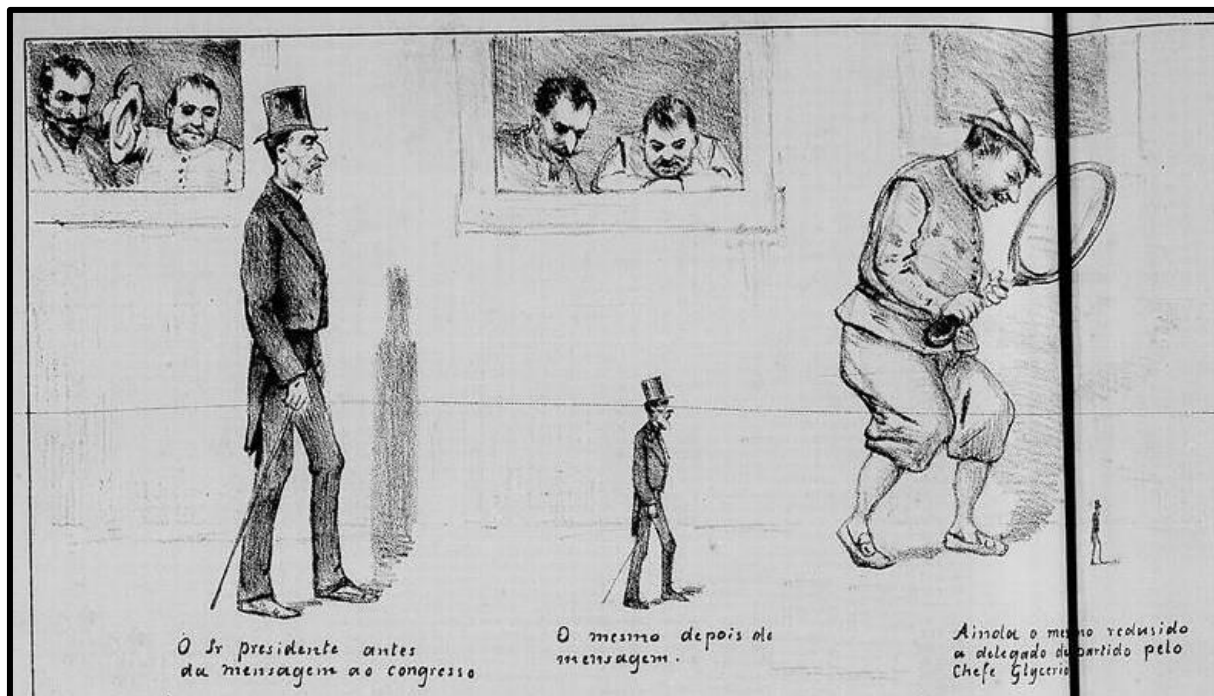
pois que ninguem lá ignora a paixão que o Sr. Castilhos, desde menino, nutre pelas patos.











Lembrando o papel que a *Revista Ilustrada* tivera em prol da causa abolicionista, os dois personagens homenageavam a efeméride que lembrava a Lei Áurea e a Princesa Isabel, bem como constatavam a necessidade da continuação do combate, agora para salvar a República¹¹³. O restabelecimento das relações diplomáticas luso-brasileiras foi saudado pela folha, com D. Quixote e Sancho Pança cumprimentando a chegada do embaixador português ao Rio de Janeiro, e desculpavam-se pelas ações lusófbas de parte do

¹¹³ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 18 maio 1895.

jacobinismo¹¹⁴. Em outra cena, Sancho Pança tecia críticas para com um colega de jornalismo, que não soubera se expressar acerca da liberdade de imprensa¹¹⁵. Entabulando conversa com a representação feminina da justiça, os dois protagonistas diziam compreender a incompatibilidade entre ela e alguns dos integrantes do Senado Federal. Com a dama republicana entristecida pela partida de soldados em direção à guerra no sul, eles traziam à presença do Presidente da República aquele que consideravam como o maior culpado pela continuidade do conflito bélico, ou seja, Júlio de Castilhos, que aparecia na ponta da lança de D. Quixote¹¹⁶. As manifestações críticas de ambos para com a vida política brasileira, expressas por meio de conversa, estava chegando aos extremos do asco. Em conversa com o próprio caricaturista, que se dizia impossibilitado de aparecer em público, o cavaleiro considerava que a solução poderia estar com o seu escudeiro, o qual, carregando nas cores do sarcasmo, optava por lançar uma cortina de fumaça, para que não aparecesse a situação real do país¹¹⁷. Eles surgiam ainda em outro cenário, consternados com a situação de saúde da mulher-república, ao apontarem para os erros médicos cometidos pelos homens públicos, que lhe aplicaram um tratamento com sanguessugas, identificadas com a guerra no Rio Grande do Sul¹¹⁸.

¹¹⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 25 maio 1895.

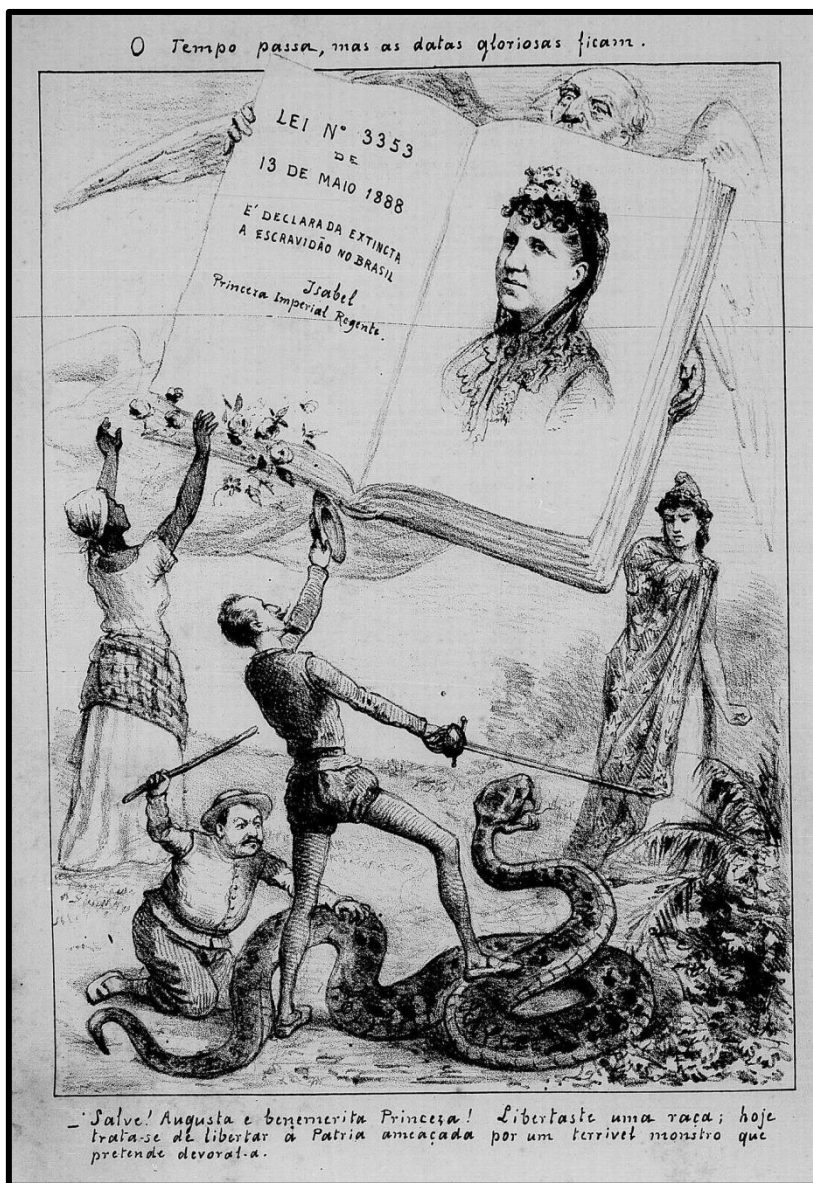
¹¹⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 1º jun. 1895.

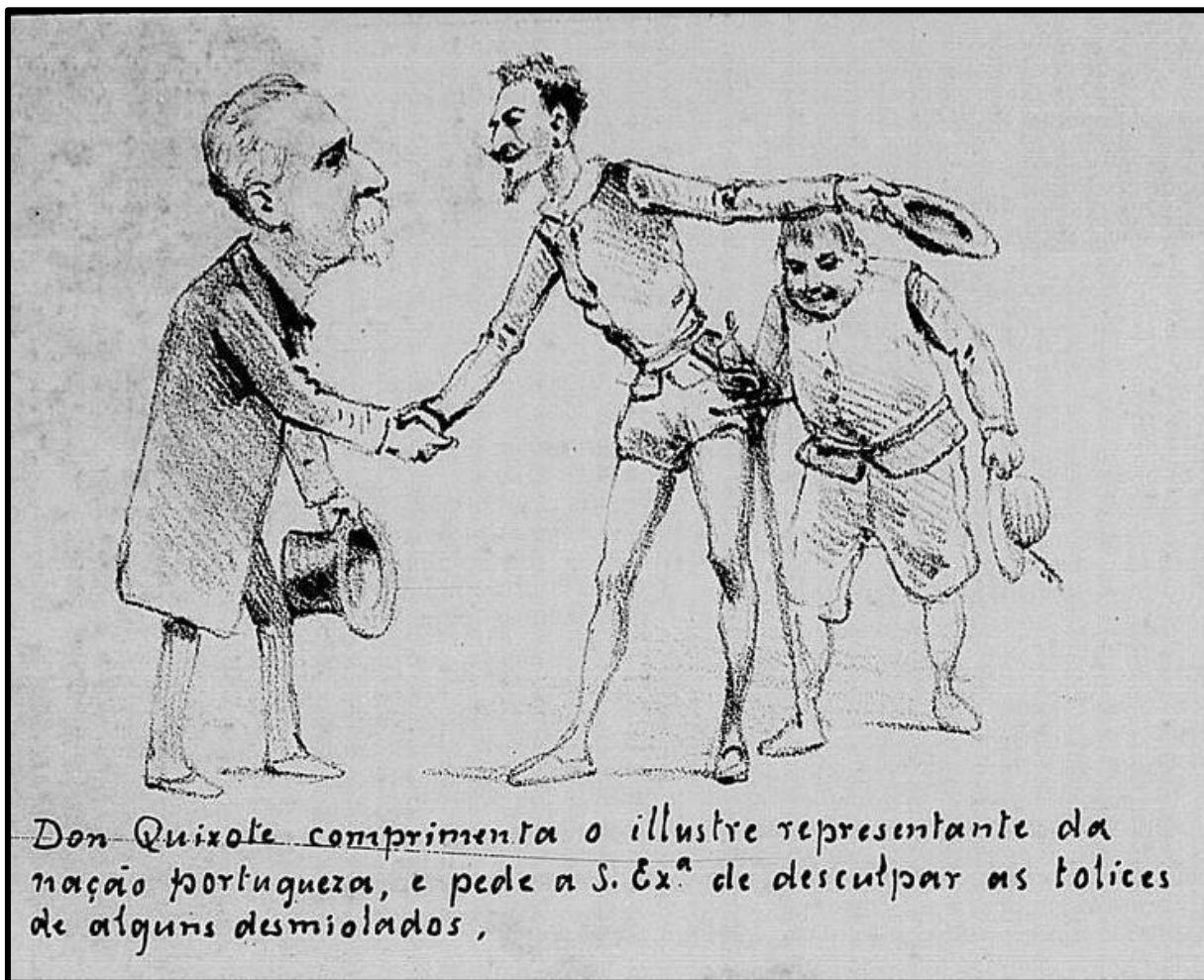
¹¹⁶ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 8 jun. 1895.

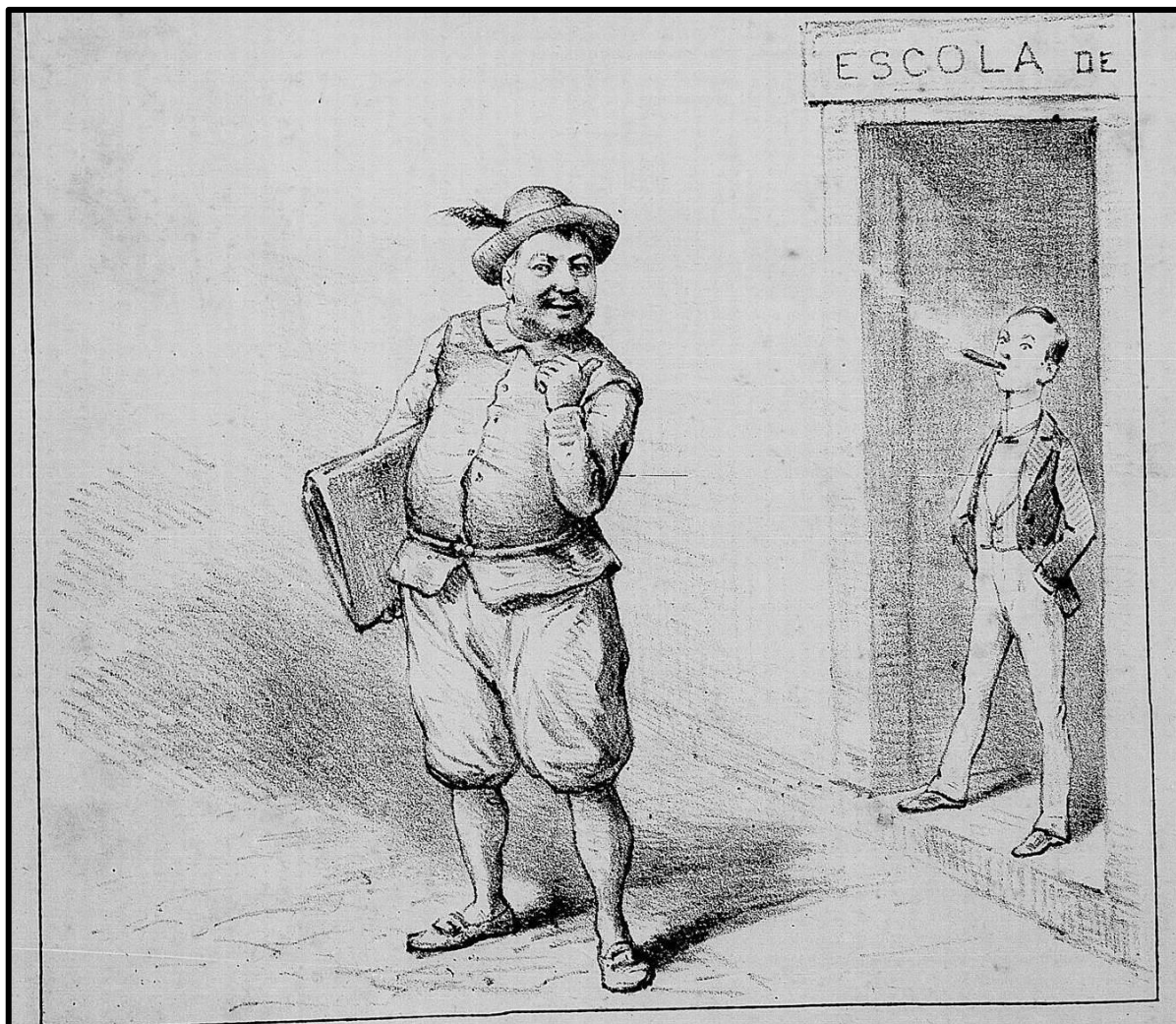
¹¹⁷ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 15 jun. 1895.

¹¹⁸ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 22 jun. 1895.

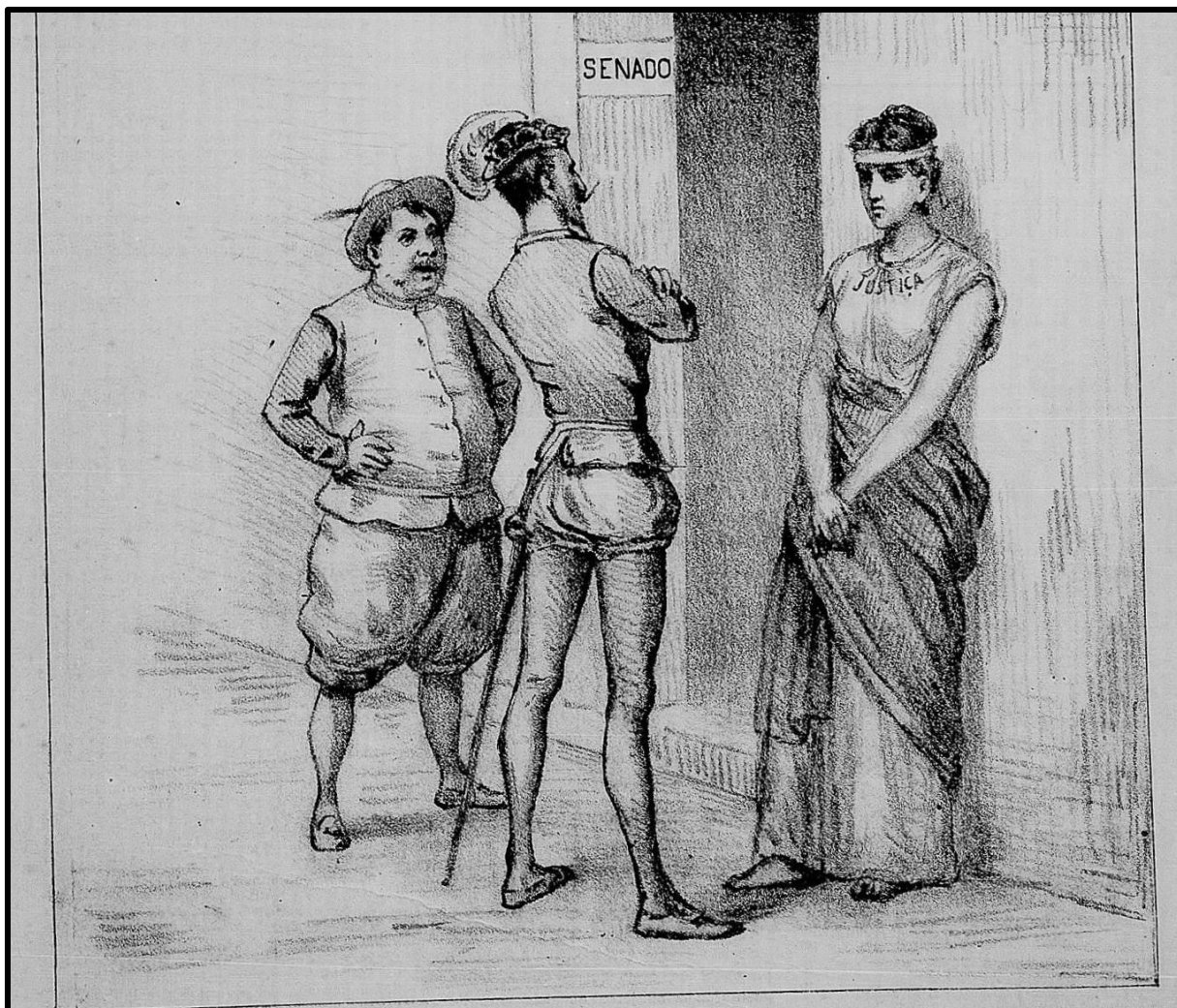
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





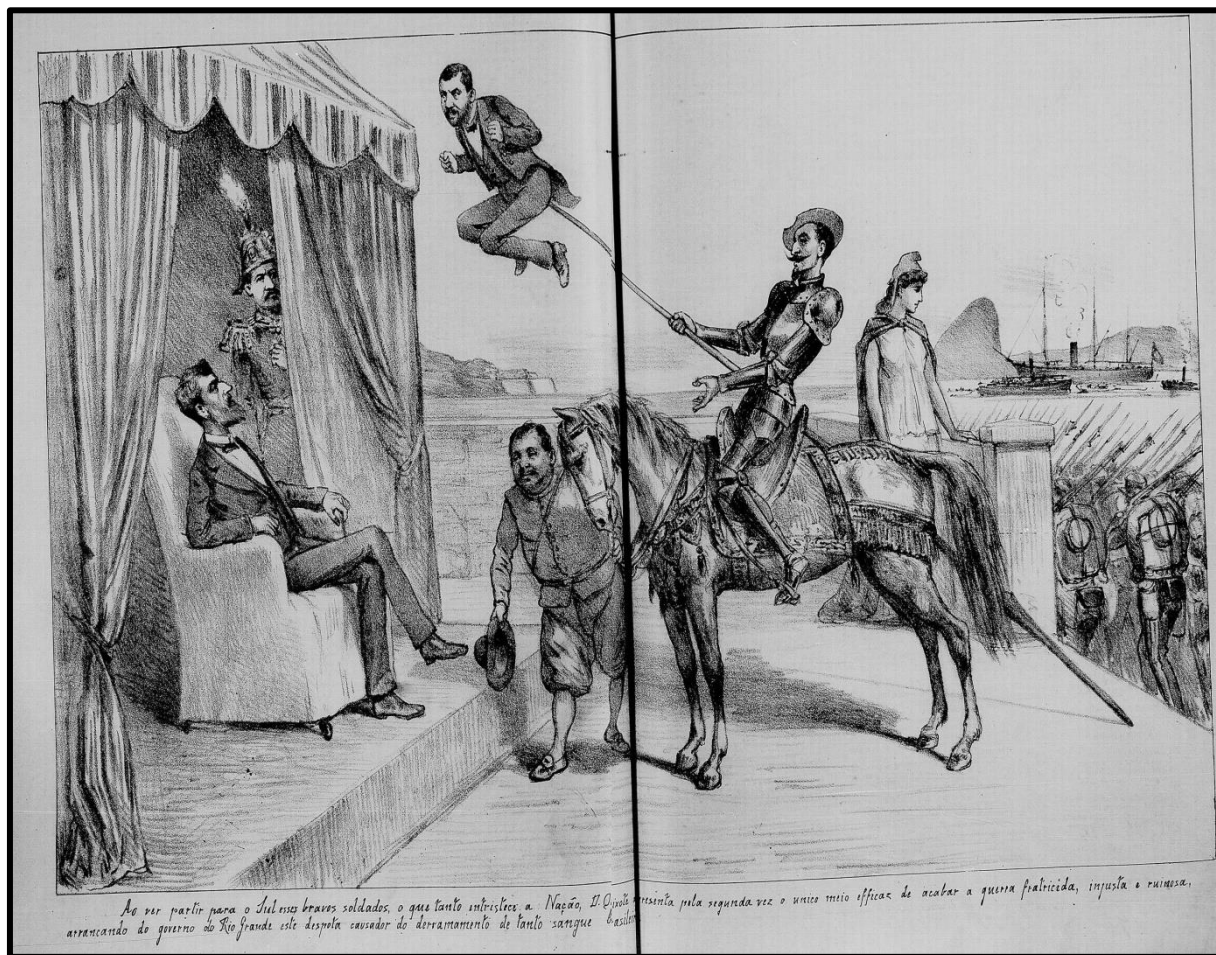


○ Collega d' "A Noticia" levou vaia academica, mas é porque elle não entende de liberdade de imprensa. Eu cá, quando tiver de tratar de assumptos escolares e outros, virei pedir licença a estes illustres senhores.



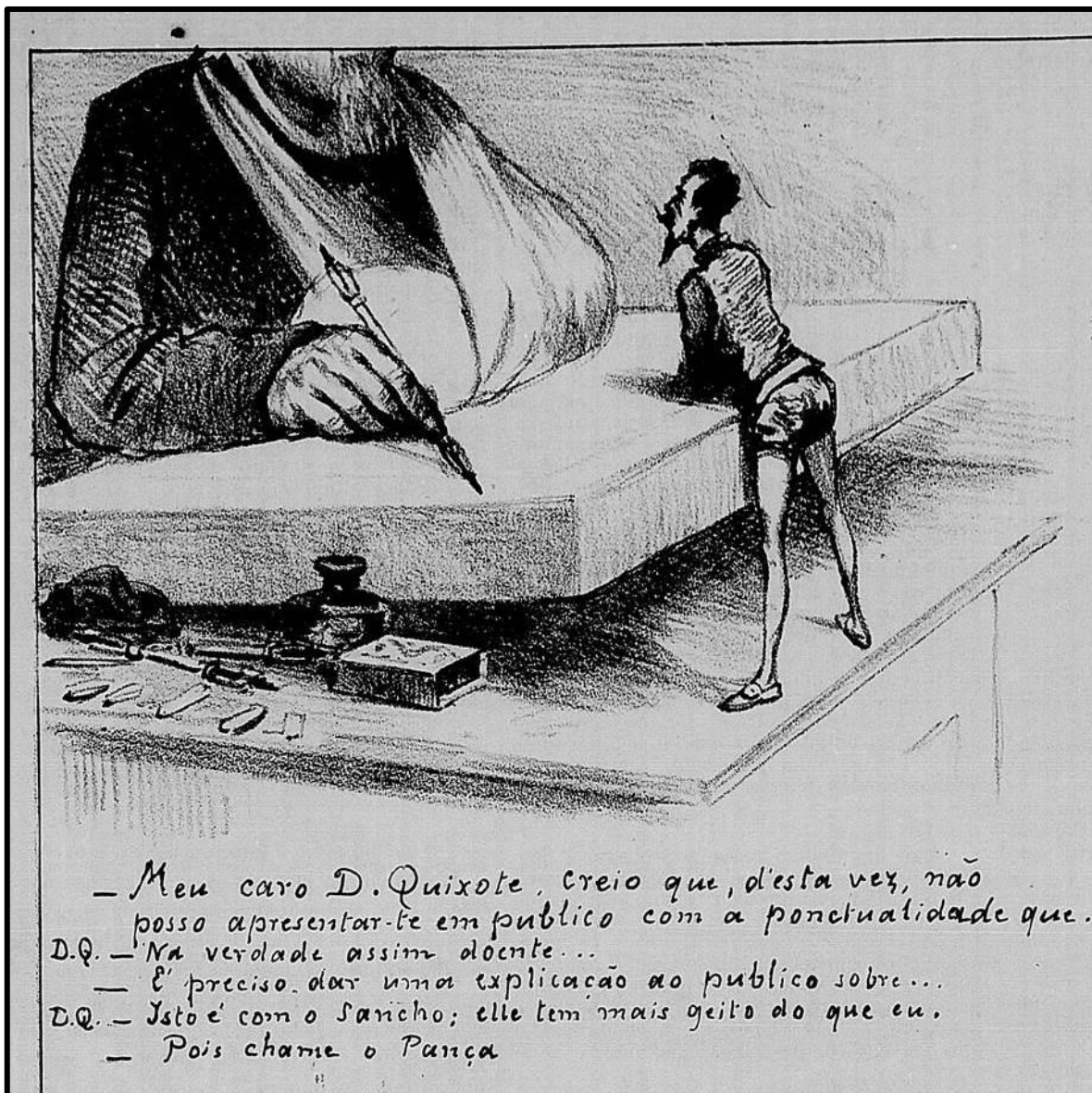
D. Quixote — Com que então...
Justiça — E' verdade, D. Quixote,.... Puzeram-me na rua...
D. Q. — Comprehando... A tua presença n'esta casa não convém a certos Sena-
dores...

OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS

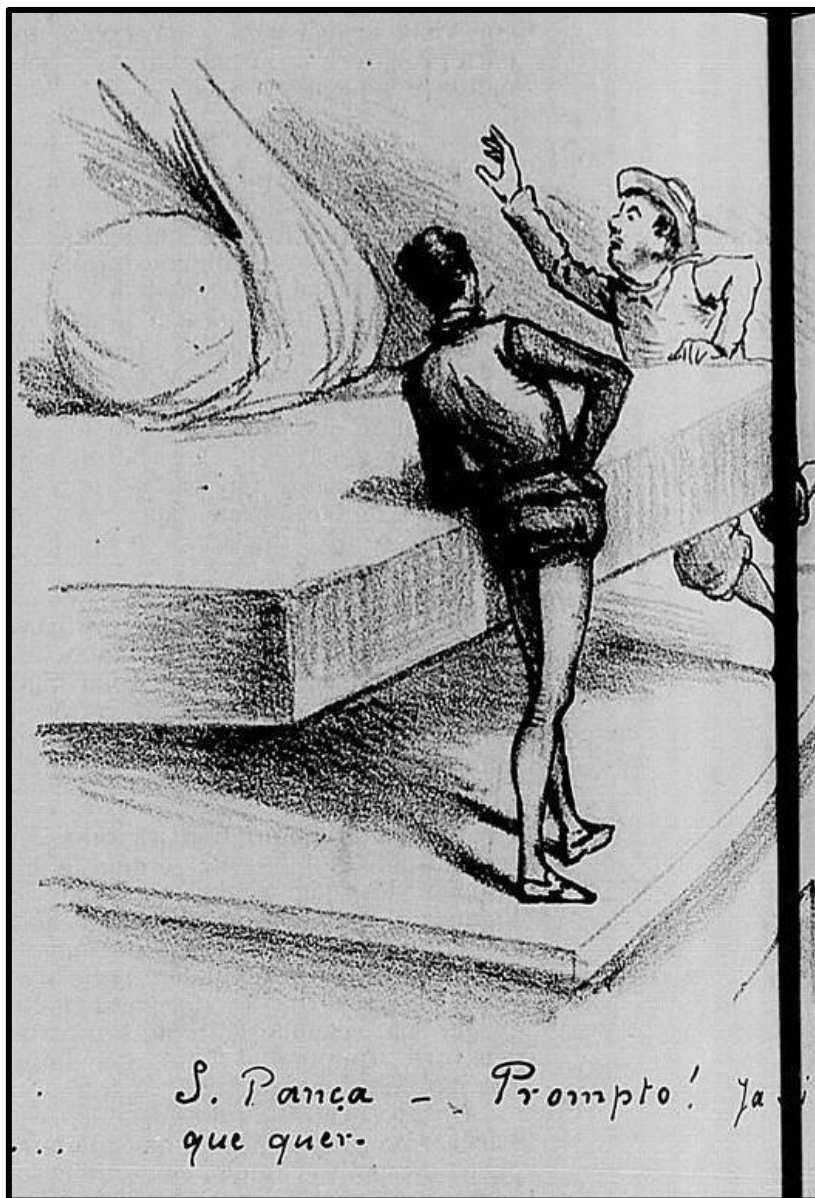




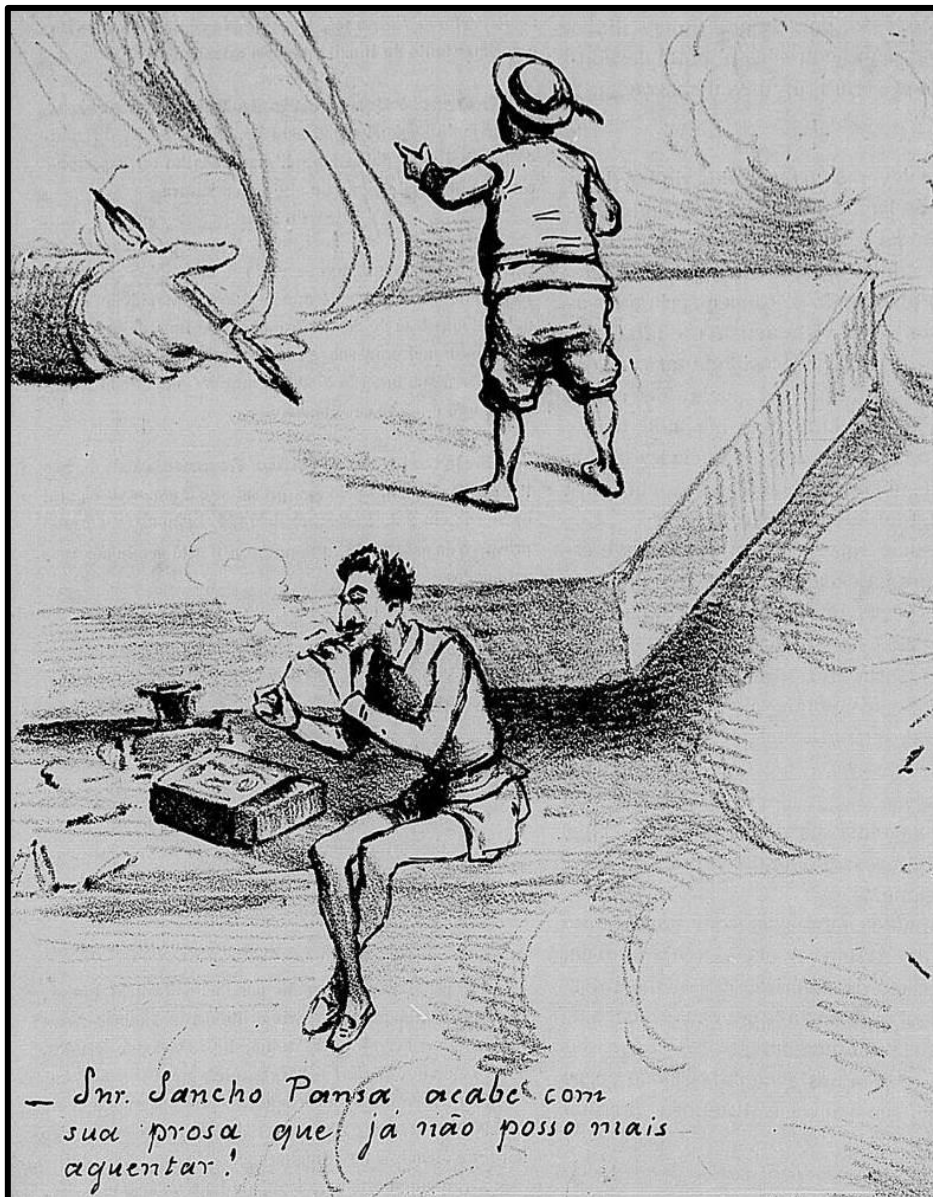
D. Quixote. — Sabes que mais Sancho? ... Depois da approvaçãõ dos actos do tal governo e de seus agentes sinto por esses politicos da maioria um verdadeiro ... nojo! S. P. Já não sei se estamos no Brasil ou na Costa d' Africa!

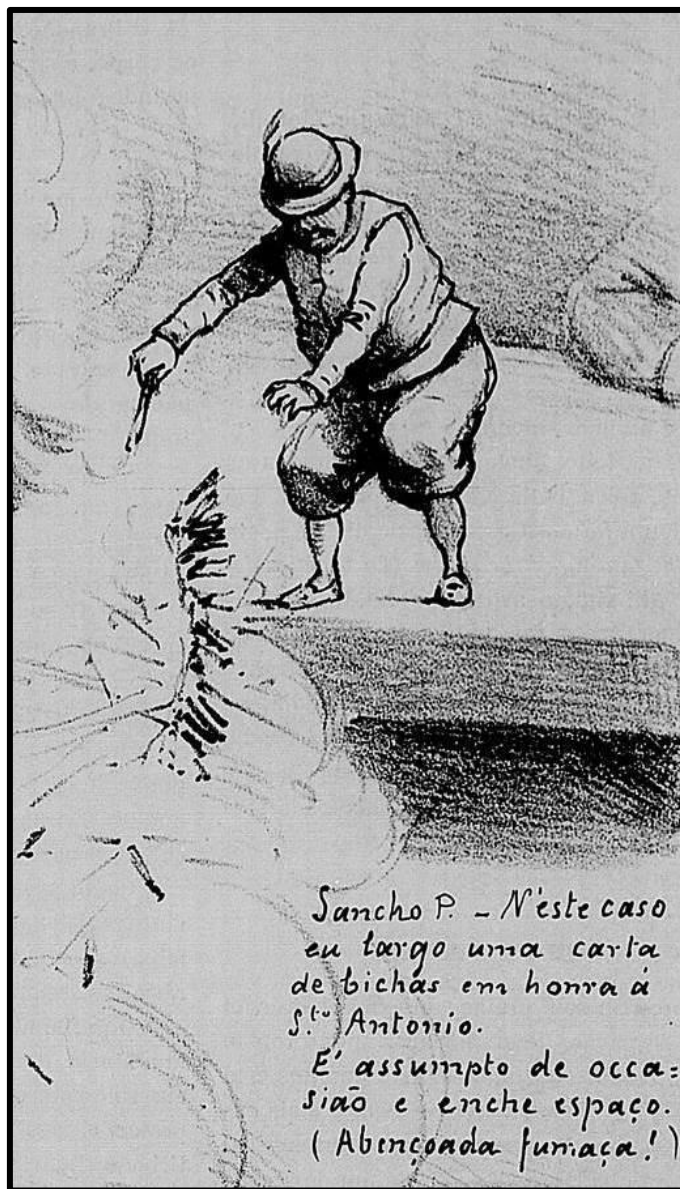


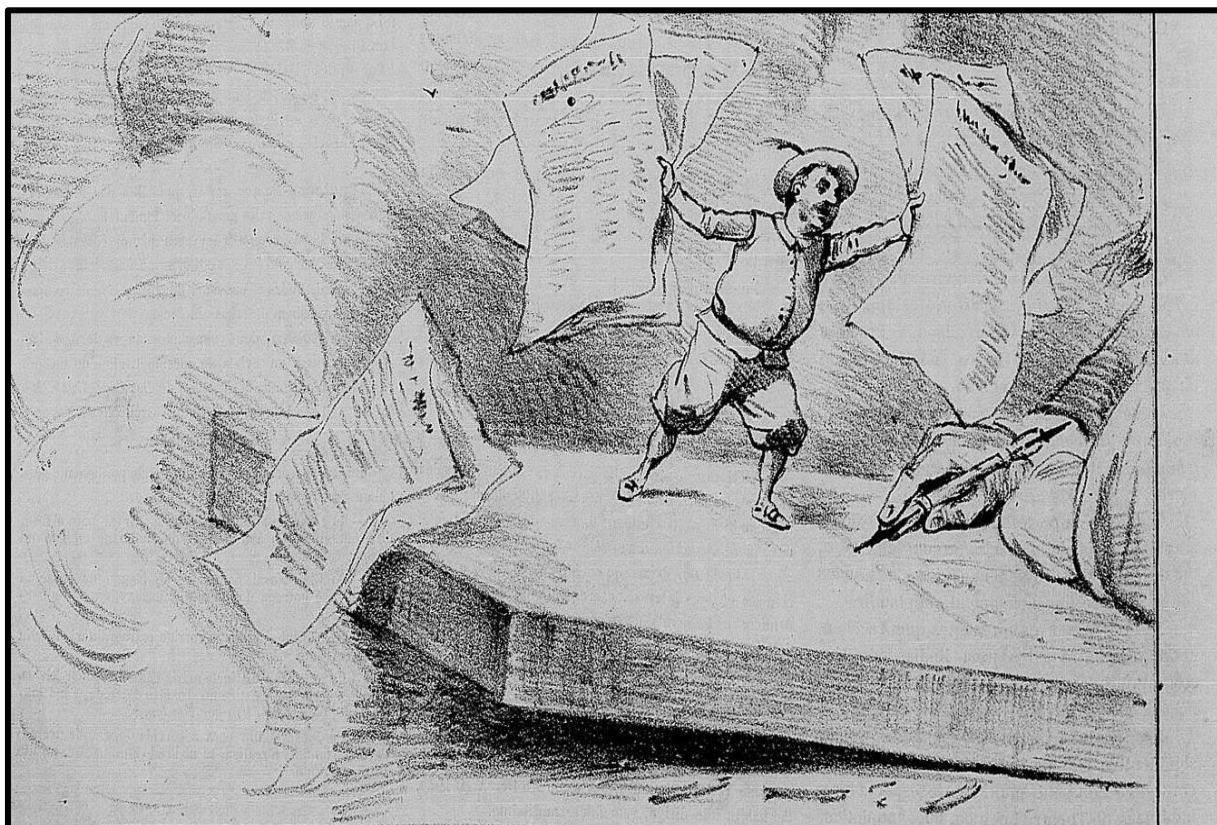
— Meu caro D. Quixote, creio que, d'esta vez, não
posso apresentar-te em publico com a punctualidade que.
D.Q. — Na verdade assim docente...
— É preciso dar uma explicação ao publico sobre...
D.Q. — Isto é com o Sancho; elle tem mais geito do que eu.
— Pois chame o Pança



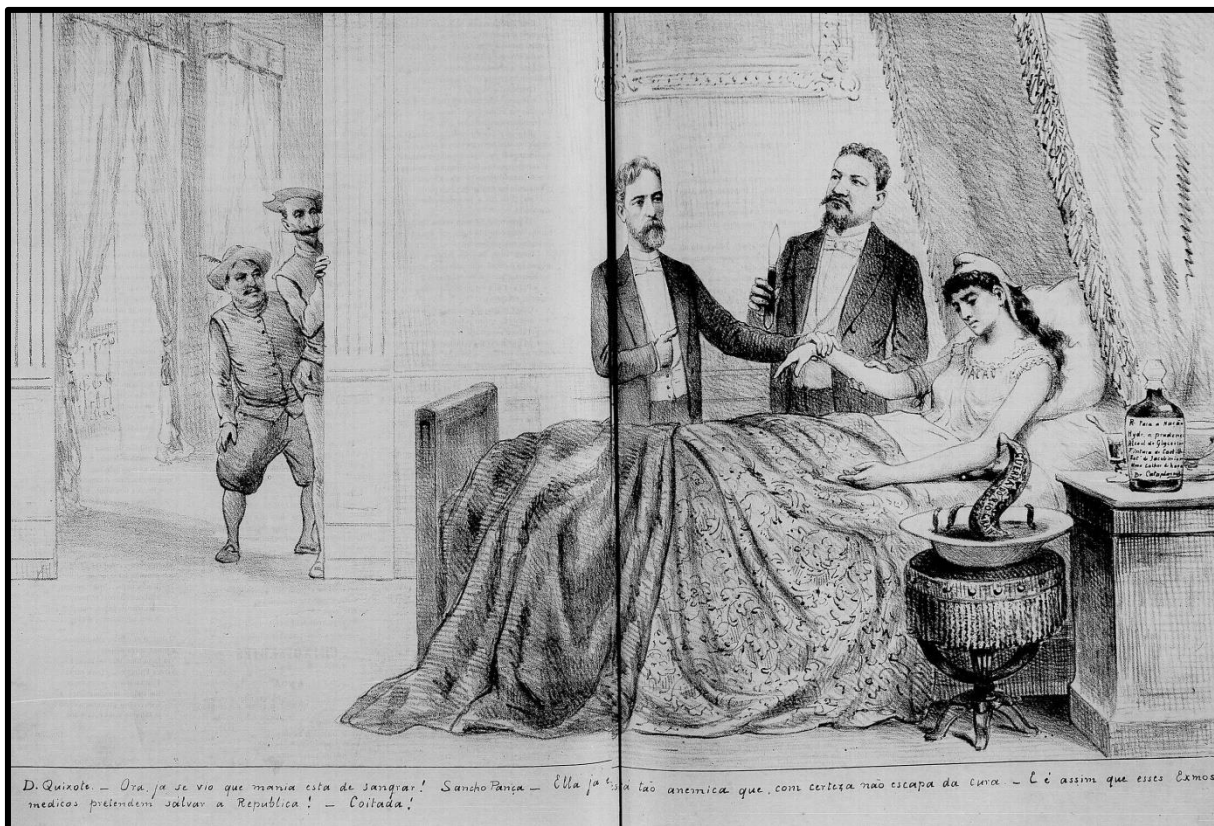








J. Pança — Não é possível deixar passar a importante noticia que se lê, hoje, em todos os jornaes. O Senado reconheceu perfeito o: Prefeito. por achal-o perfeito. (E com a prosa do Sarcho Pança terminamos felizmente este numero. Uff!!!



Mantendo-se nas funções de responsável pela arte caricatural, Sancho Pança apresentava a Dom Quixote a sua criação, que mostrava o indígena – tradicional representação do povo brasileiro – que definhava à medida que avançava o período republicano, até transformar-se em um esqueleto¹¹⁹. A

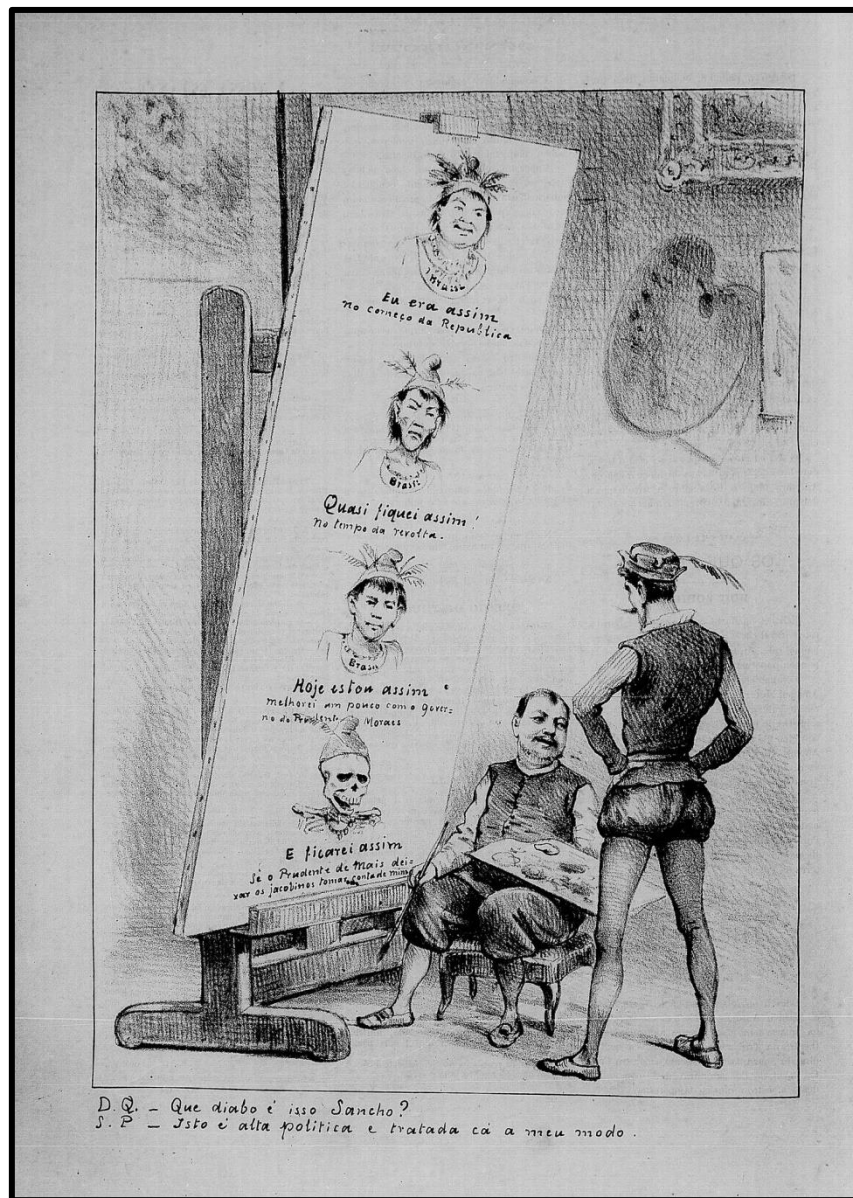
¹¹⁹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 22 jun. 1895.

desesperança permanecia, em cenário no qual ambos encontravam-se sobre um telhado observando um balão identificado com a República dos Estados Unidos do Brasil, imaginando que se ele continuasse desgovernado, ao invés de subir, inevitavelmente queimaria. A morte do revolucionário Saldanha da Gama foi tratada respeitosamente pelo Dom Quixote, que lastimava ver a mulher-república em desespero, ao passo que o Presidente cumprimentava os governistas sulinos e os jacobinos comemoravam¹²⁰. O antagonismo para com o jacobinismo por parte do semanário foi tão intenso, que os dois protagonistas chegaram a receber seus próprios caixões de parte de um representante de tal movimento, ao que agradeciam, sem deixar de dizer que não tinham pressa em receber tal presente. Diante de tal perspectiva, os personagens passavam a imaginar as diversas formas pelas quais poderiam vir a ser assassinados pelos jacobinos, em um conjunto caricatural no qual, ao fim, imaginavam uma vitória definitiva da causa republicana. Levando em conta a data alusiva à Revolução Francesa, o hebdomadário voltava a criticar Júlio de Castilhos, acusando-o de sustentar uma “bastilha da ambição”, que estaria levando ao morticínio no sul do país¹²¹.

¹²⁰ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 29 jun. 1895.

¹²¹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 13 jul. 1895.

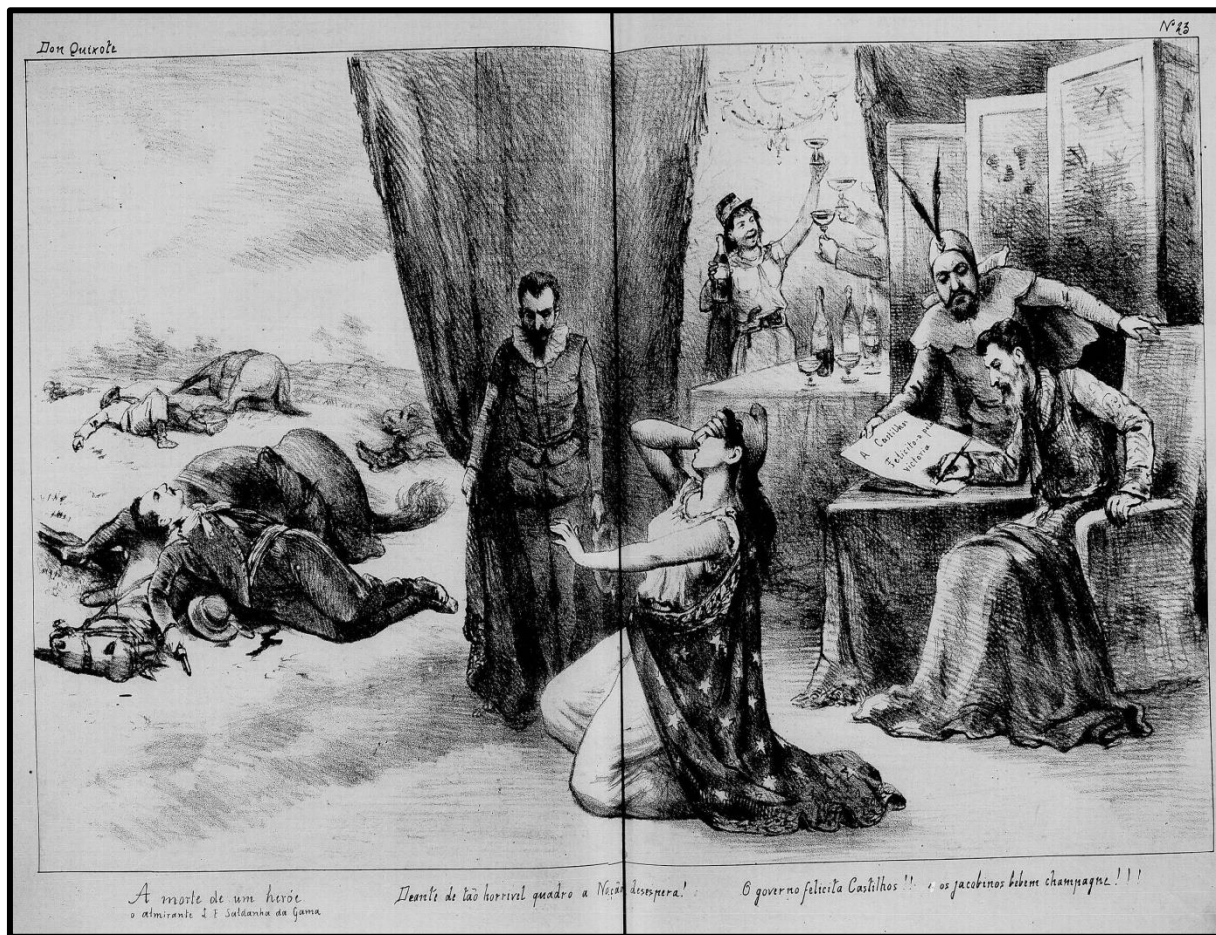
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS

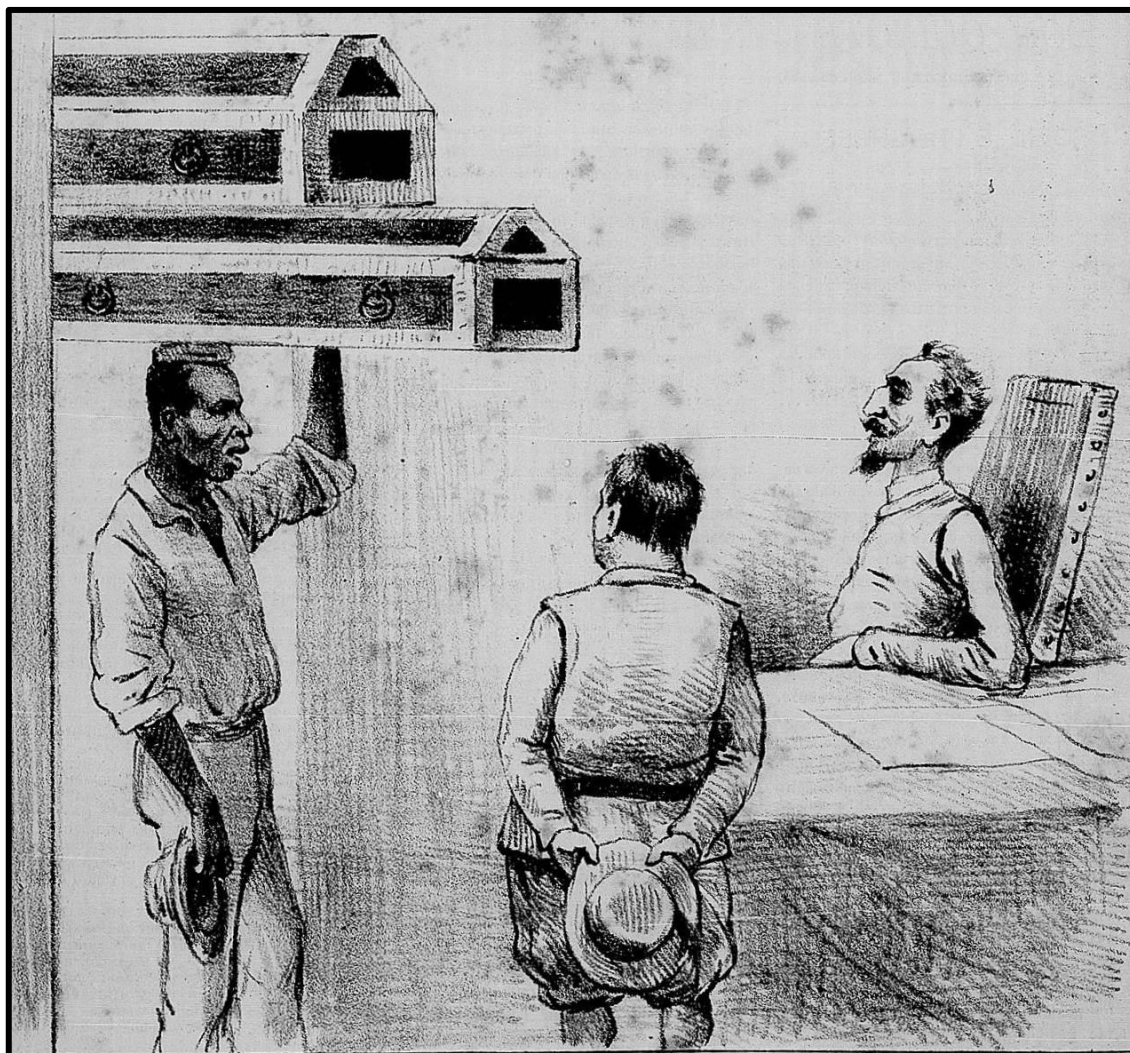




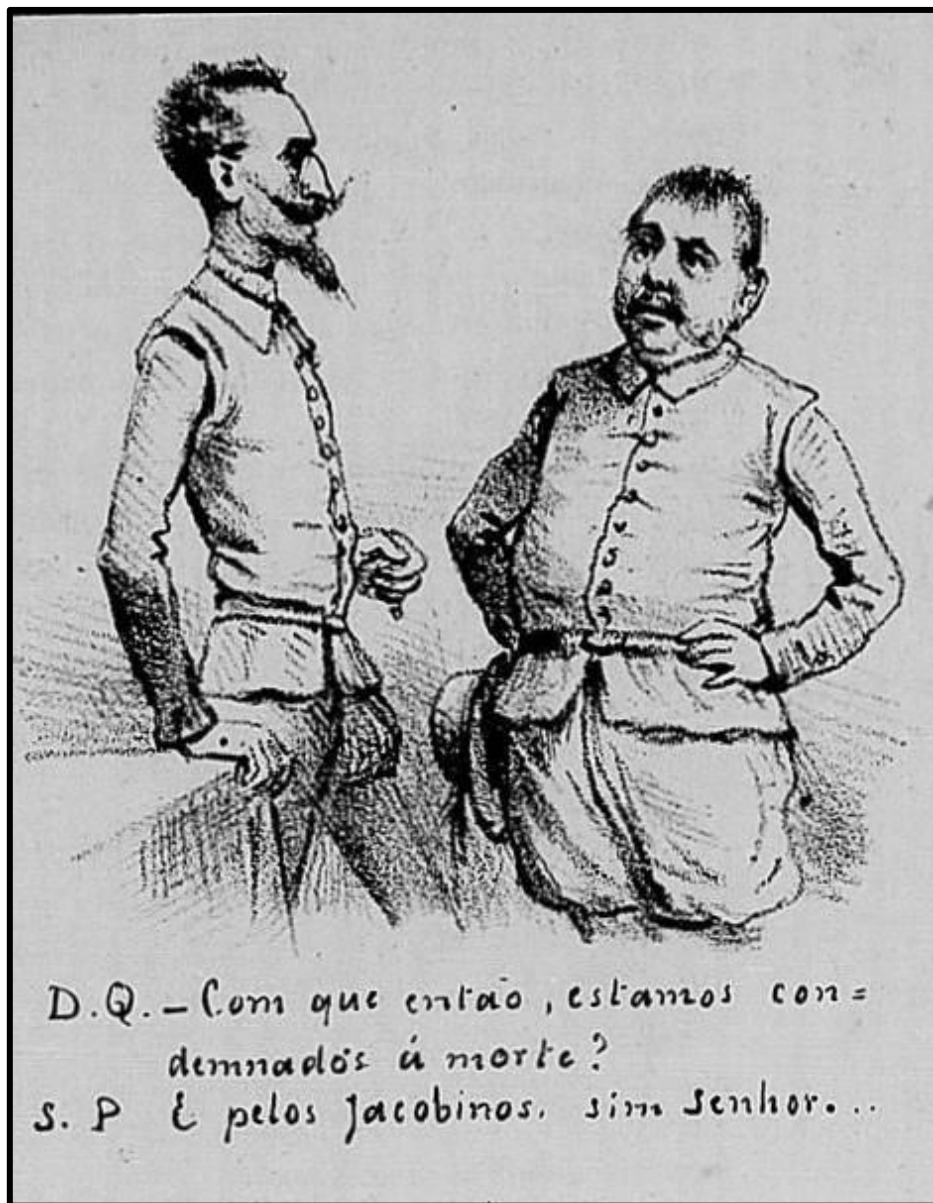
- Queimará ou não queimará? - Se elle continua a andar assim torto, elle queimará com certeza.

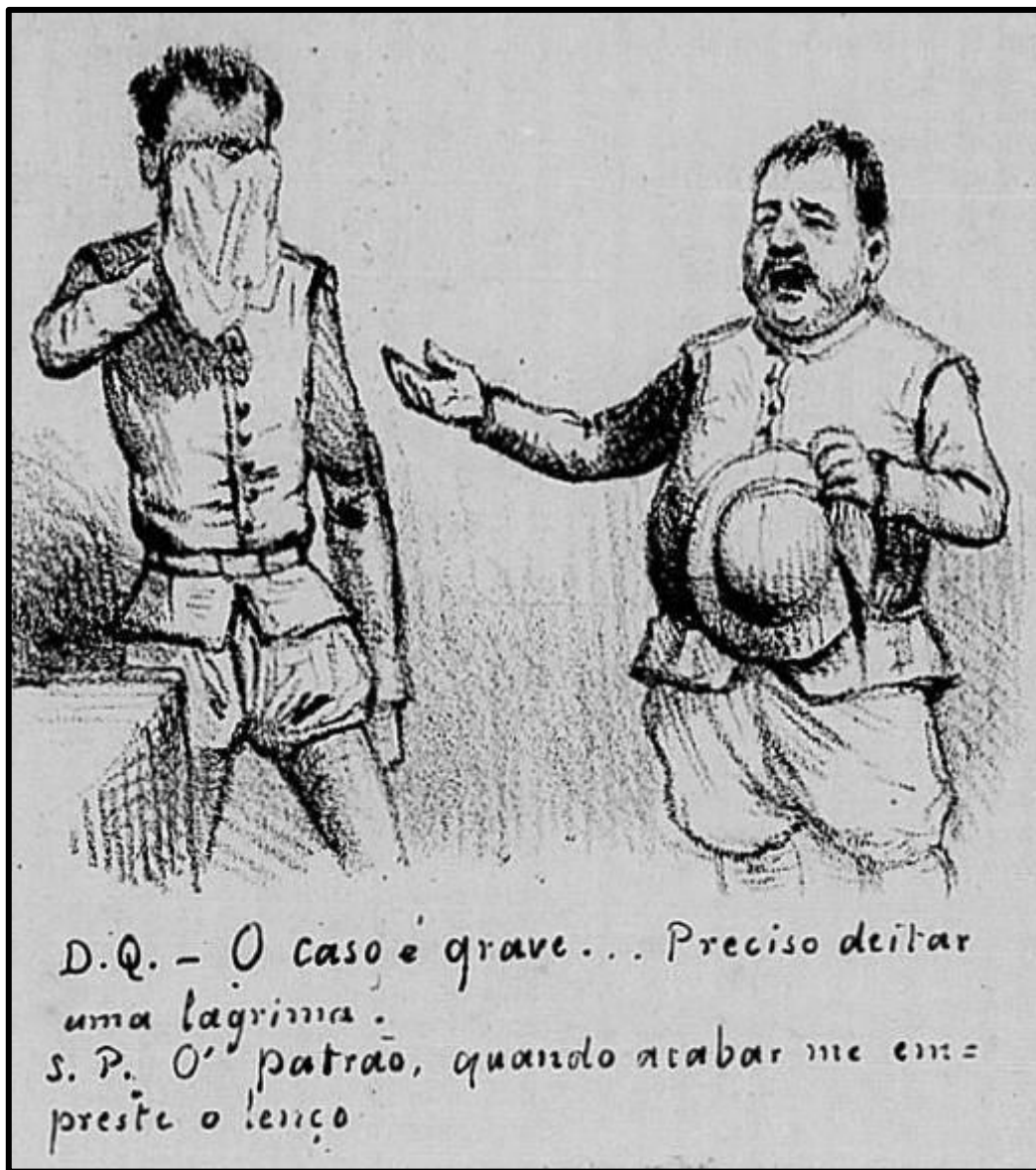
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS

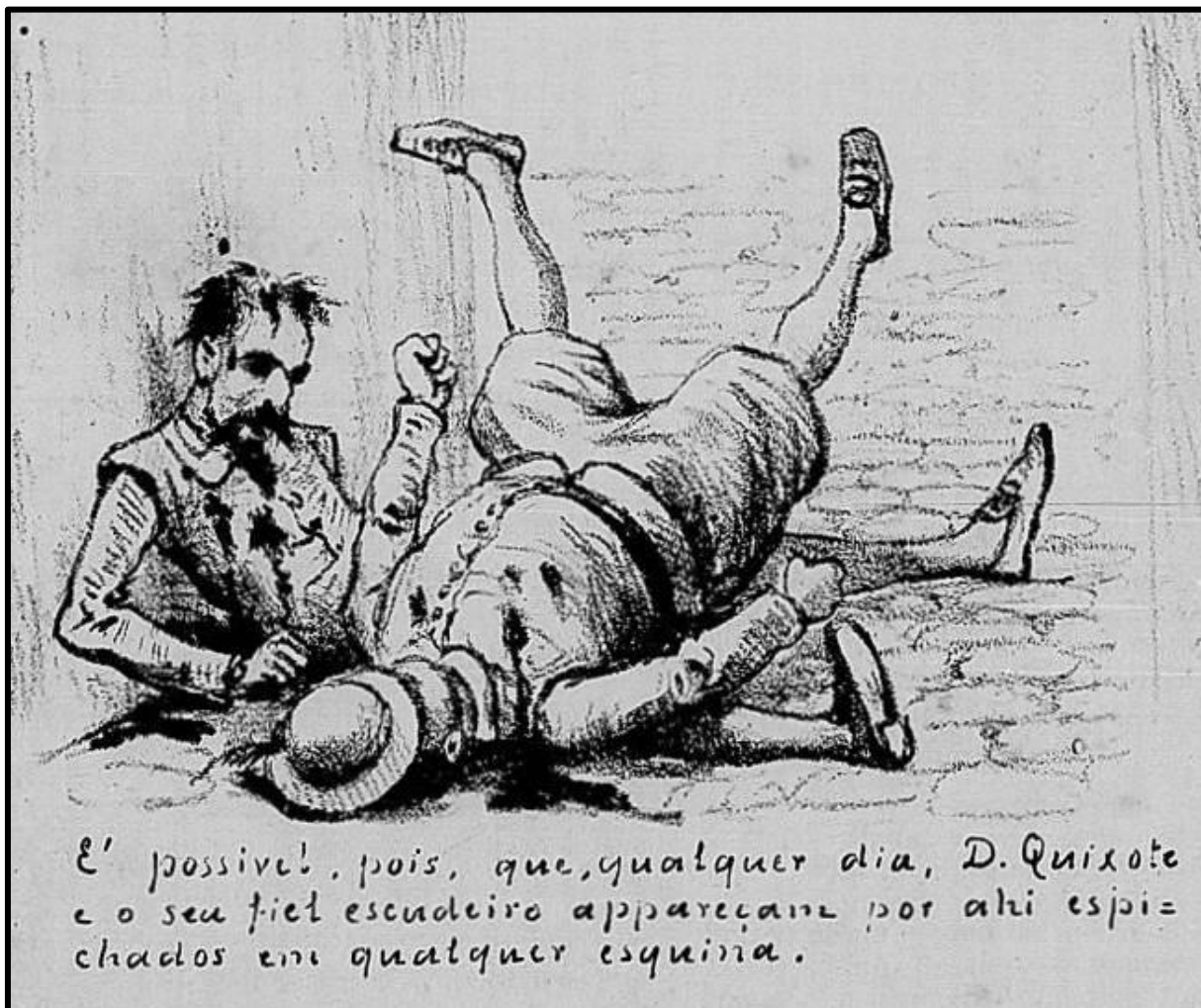




D. Quixote. — Que caixões são esses ?
— É para Don Chicote e Seu Pança, sim Siô. Seu Lé Cubino é quem manda.
Sancho Pança — Dize que ficamos muito obrigados, mas que não havia pressa.

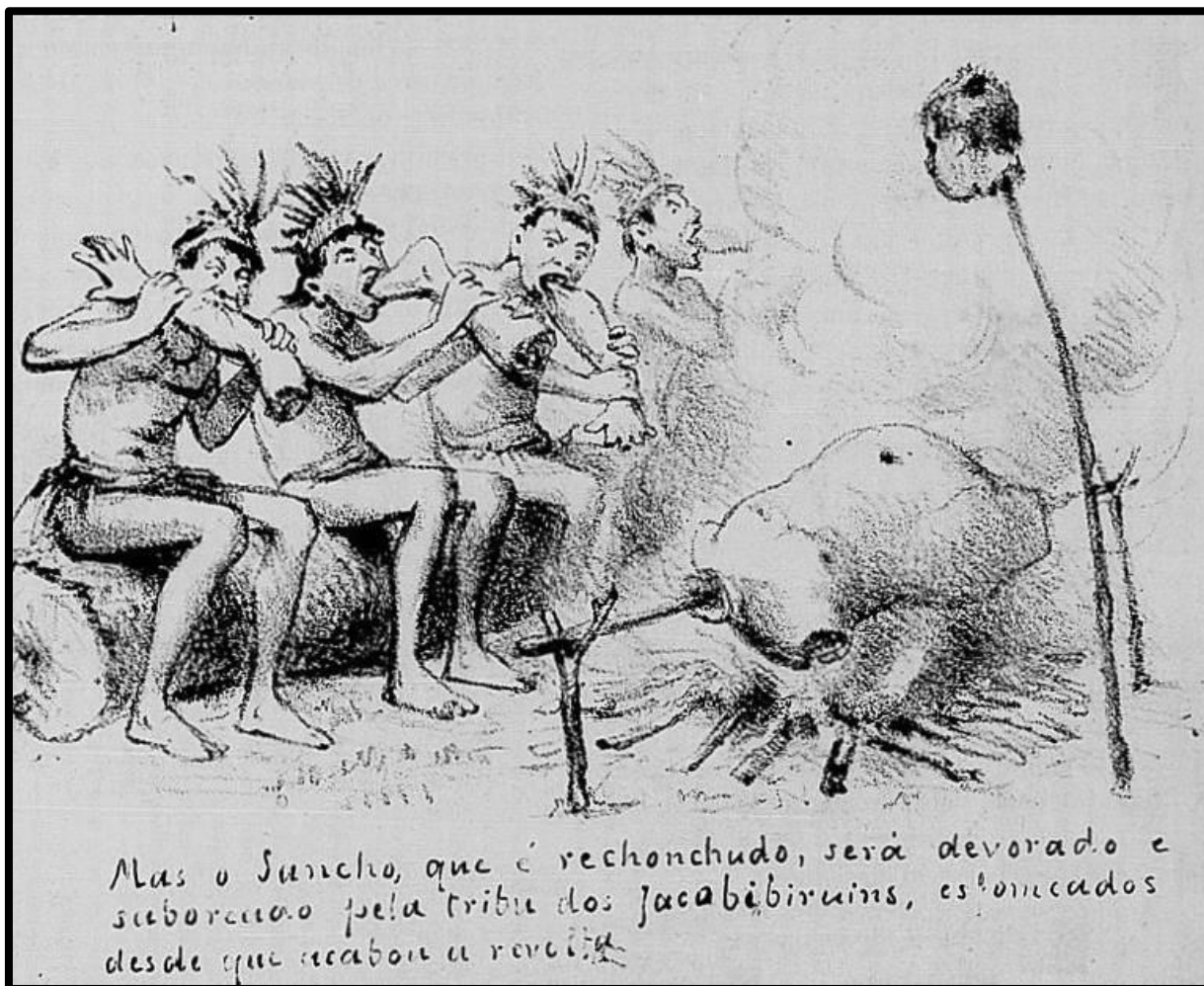






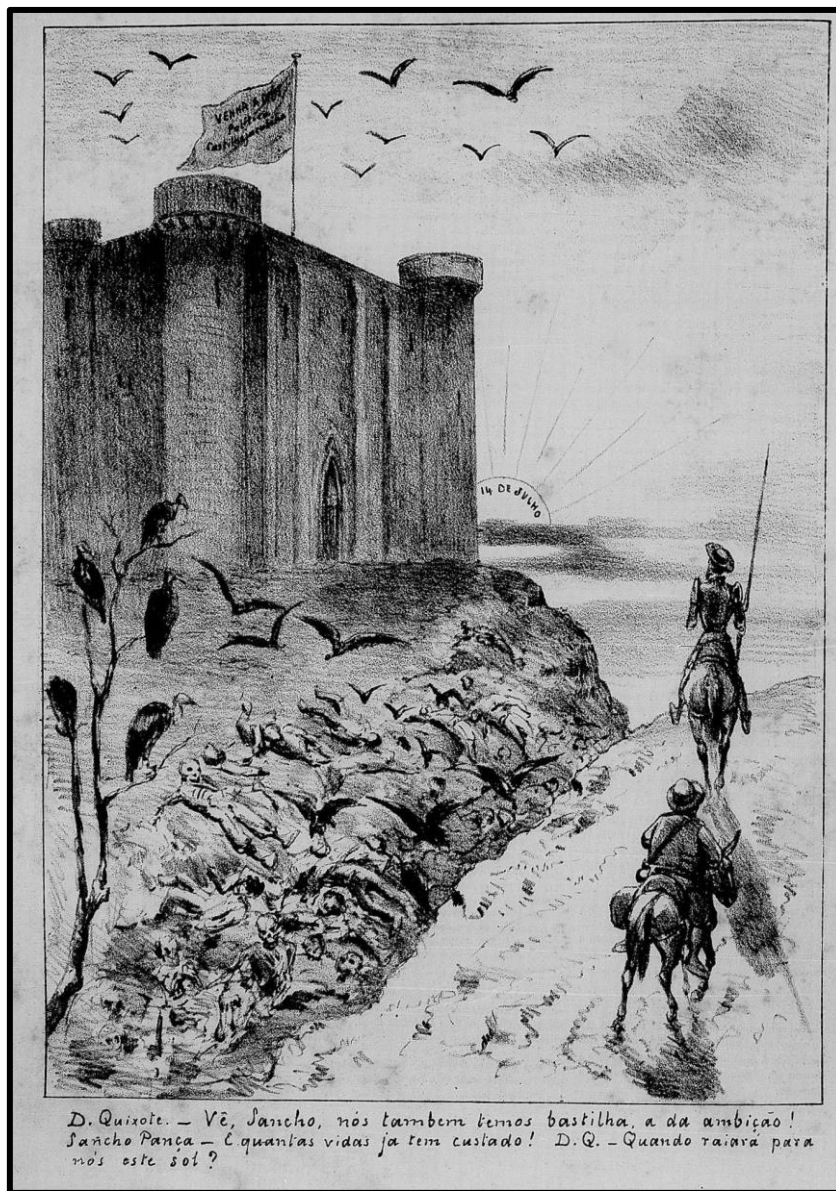








assim como Don Quixote, que o Sr. Prudente de Moraes
possa, desassombrada, conduzir a Republica no caminho
da paz e da ordem.



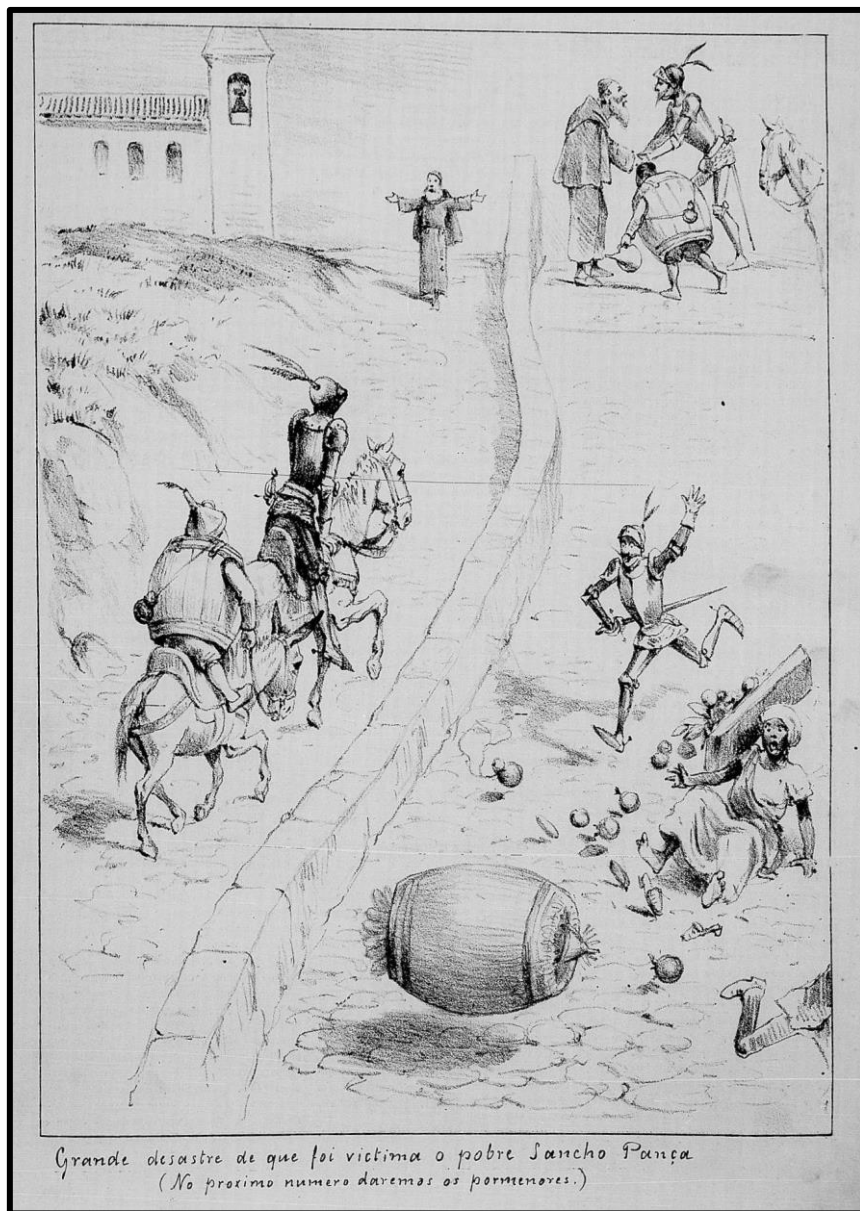
A temática do ataque dos jacobinos – chamados de “Zé Cubinos” pela revista – permanecia, tanto que os representantes da redação do periódico se prepararam, D. Quixote com sua armadura e Sancho Pança improvisando uma couraça por meio de uma barrica. Tais cuidados acabariam por trazer um acidente com o escudeiro em uma visita a um lugarejo, quando ele despencou por uma ribanceira, rolando em seu barril¹²². O resultado viria na edição seguinte, com Sancho aparecendo com a cabeça enfaixada e, por outro lado, trazendo uma série de armamentos consigo para um possível enfrentamento com a Inglaterra, com a qual havia uma disputa territorial em relação ao Brasil¹²³. Em outra caricatura, Sancho Pança entregava um ramalhete de flores ao responsável por outro jornal, ao completar vinte anos de existência, em desenho no qual prevalecia o chiste, a ironia e o deboche, uma vez que este se encontrava vestido de mulher, estratégia imagética bastante utilizada então para menoscar o retratado¹²⁴. Na busca constante pela pacificação no Rio Grande do Sul, Sancho conversava com seu patrão sobre levar ramos de oliveira – símbolo da paz – para que o Presidente da República agisse mais diretamente por tal intento pacificador, de modo que ele desse o melhor fim para tal oferta. A notícia da chegada da paz foi comemorada pelos personagens, que levantavam suas taças, preparando-se para tomar uma bebedeira celebrativa¹²⁵.

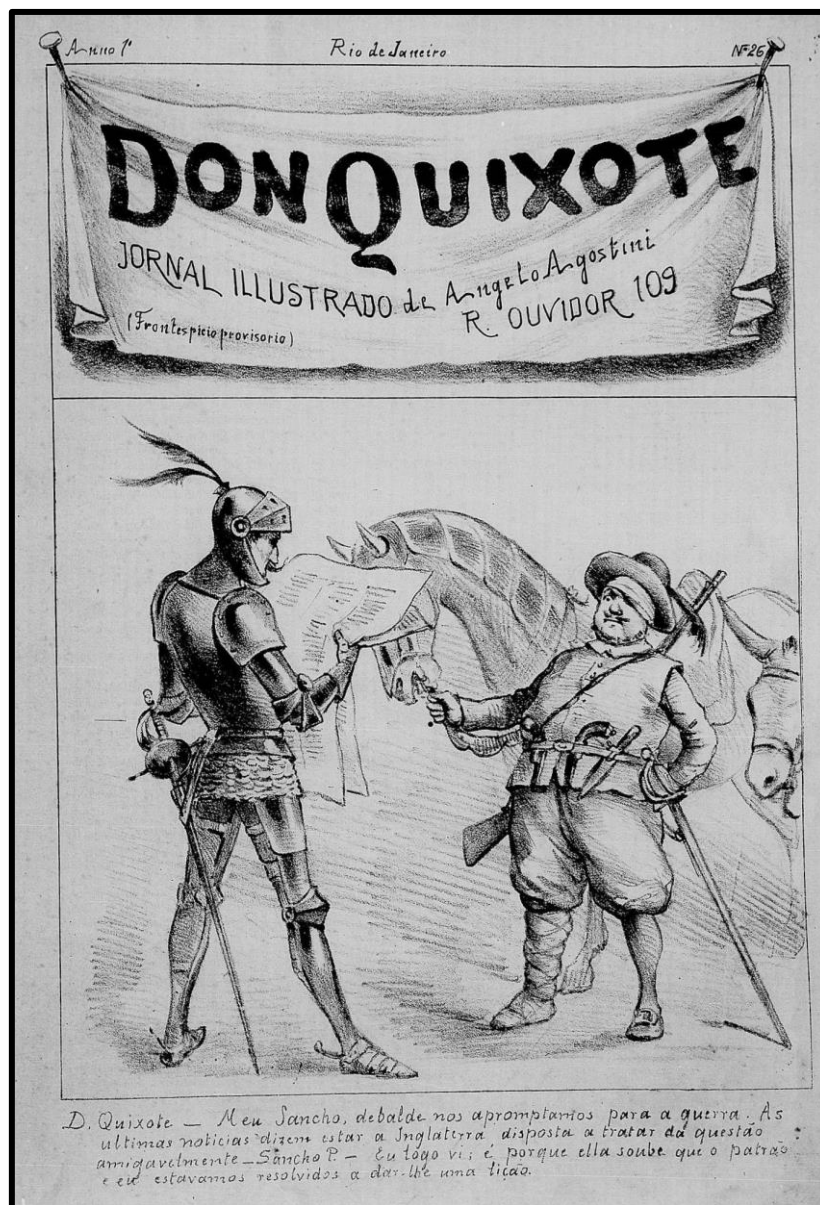
¹²² D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 20 jul. 1895.

¹²³ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 jul. 1895.

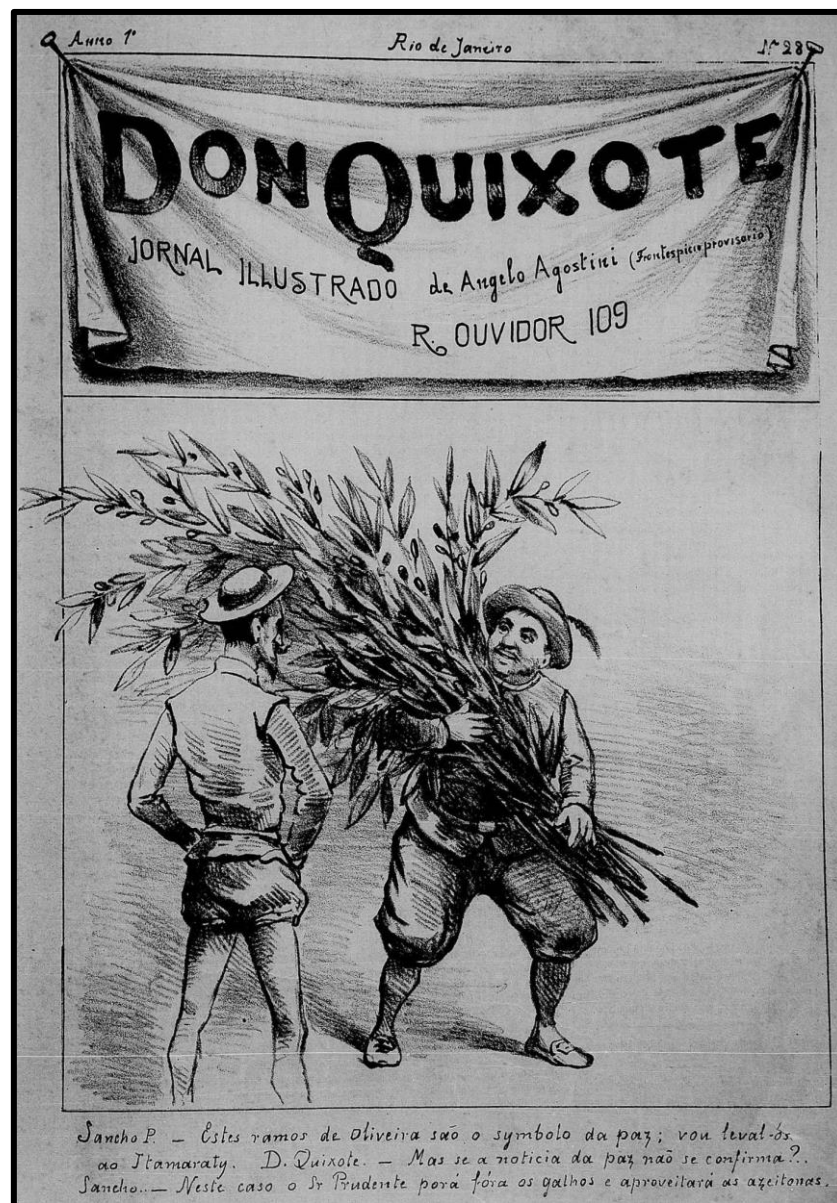
¹²⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 3 ago. 1895.

¹²⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 10 ago. 1895.









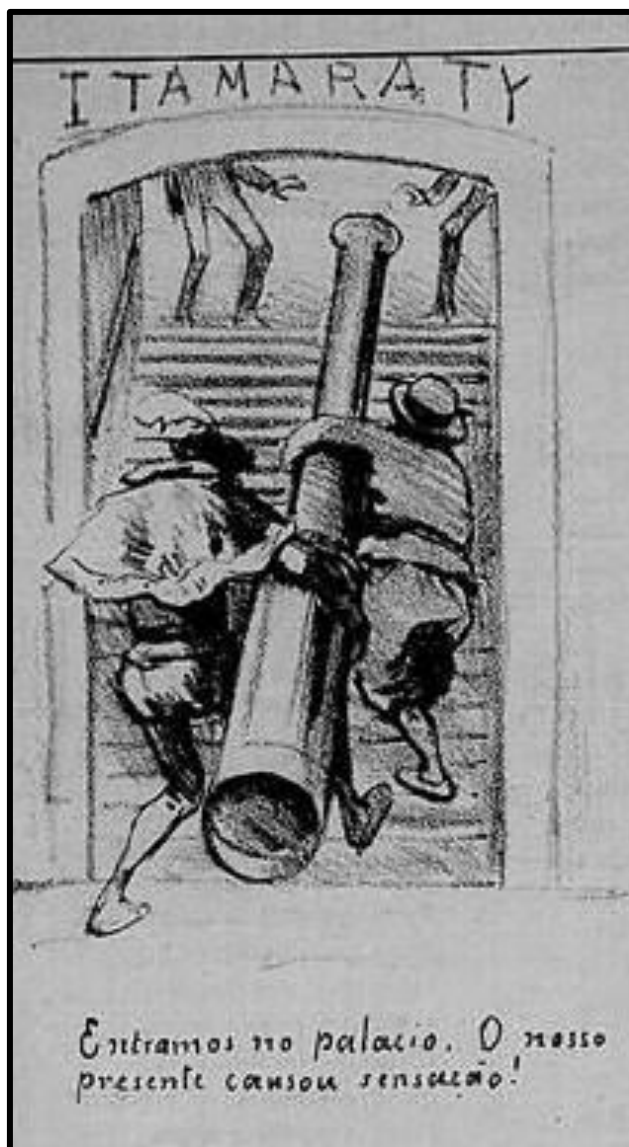


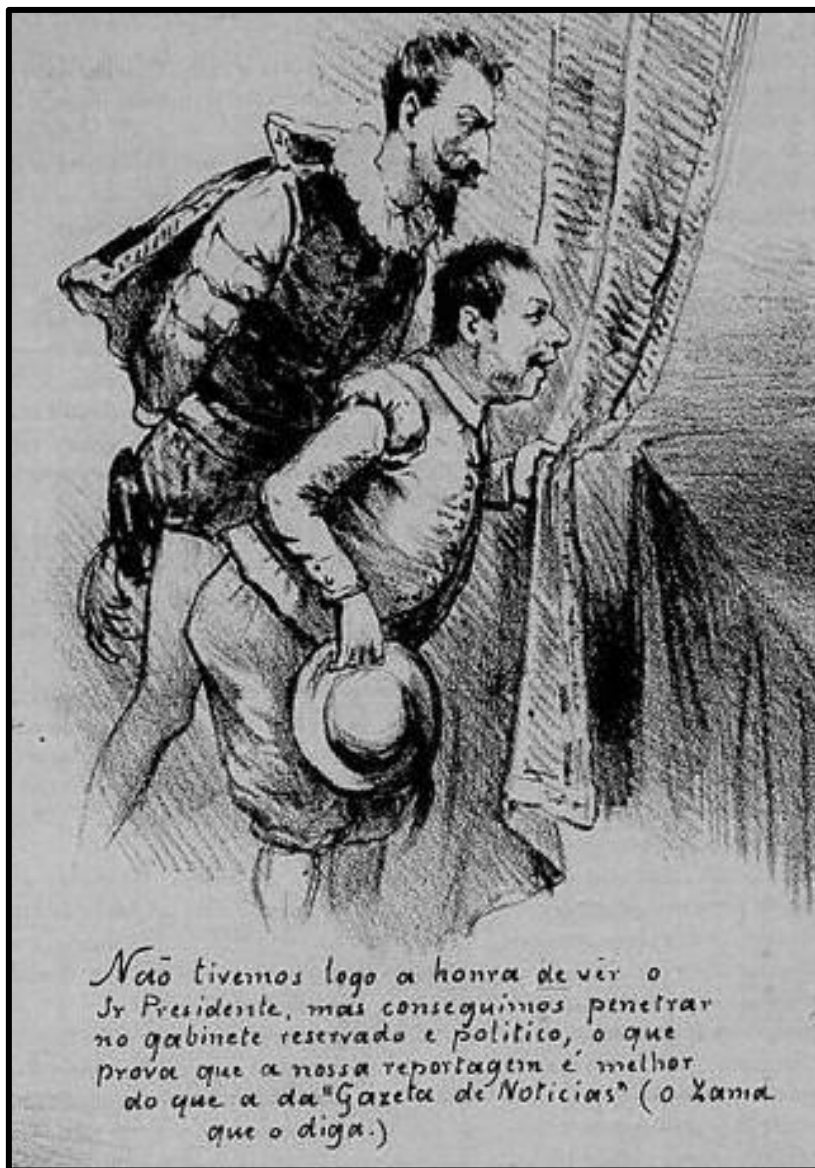
*Se na verdade a noticia da paz for
confirmada... tomaremos um pipão!*

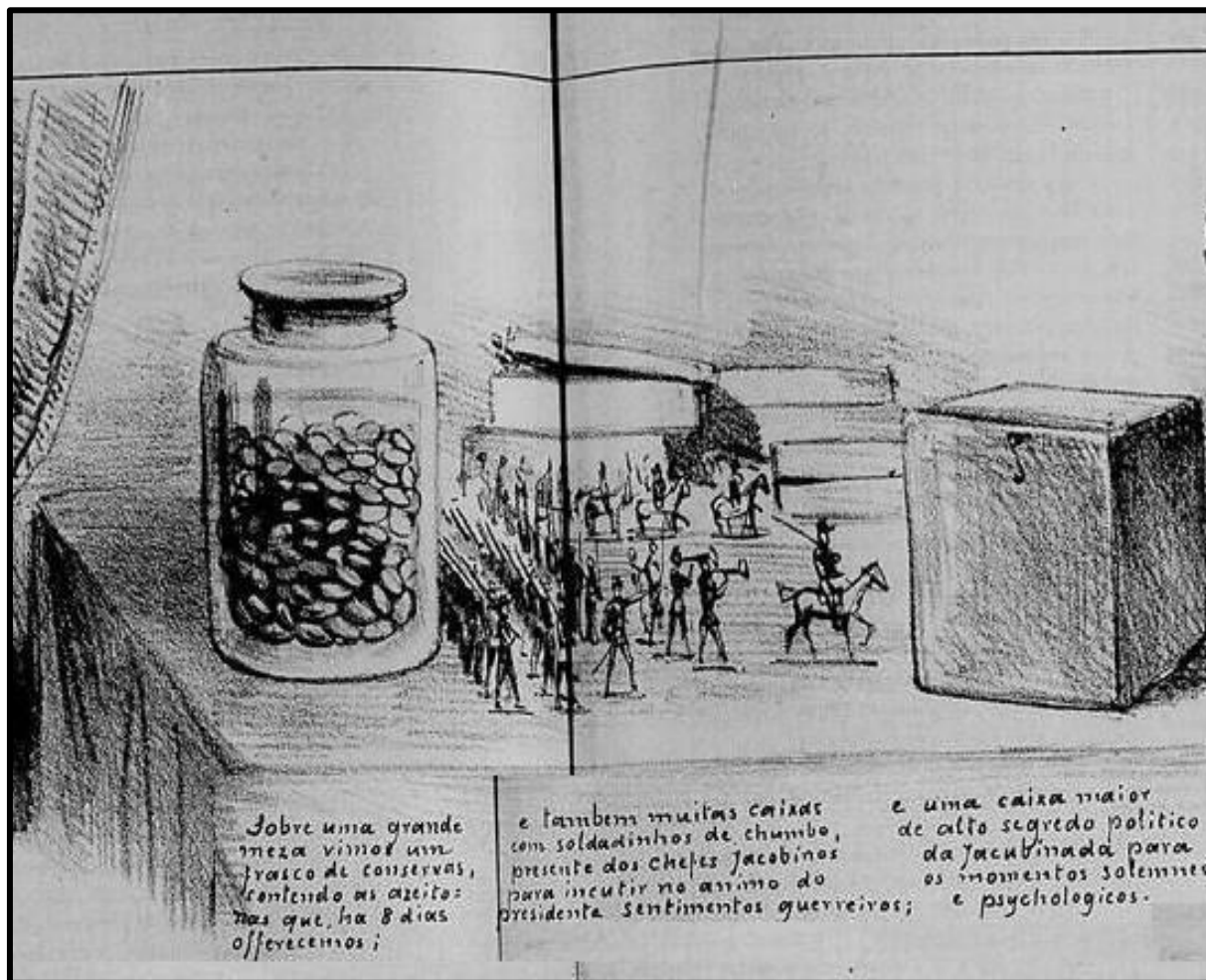
A paz no extremo-sul brasileiro permanecia sendo o assunto da pauta, tanto que D. Quixote e Sancho Pança carregavam enorme luneta, para que o Presidente da República pudesse observar e verificar a veracidade sobre o fim da guerra no Rio Grande do Sul. Chegando no palácio governamental, eles subiam as escadas com o enorme instrumento óptico, verificando que o tal “presente” estaria causando muita “sensação”. Já no seu destino, eles tiveram acesso ao “gabinete reservado e político” presidencial, observando objetos na mesa da autoridade público, como o próprio presente por eles dedicado, como uma série de objetos utilizados pelos jacobinos para levarem o Presidente a não assinar a pacificação. Além disso havia outros empecilhos para a execução da paz como uma caveira de burro – com toda sua simbologia vinculada ao azar – e um cacete, em designação à continuidade da violência. Mais adiante, encontraram os jacobinos transformando o chefe de Estado em uma marionete, que não teria vontade própria para acabar com a guerra. Diante de tal contingência, os dois personagens assumiam os cordéis do títere, no sentido que fosse tomada a devida providência para encerrar o conflito. Ao final, eles questionavam a prudência – fazendo um jogo de palavras com o nome do Presidente – quanto aos assuntos vinculados ao sul do Brasil, além de observá-lo por um buraco de fechadura, vendo-o completamente emaranhado em teias de aranha¹²⁶.

¹²⁶ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 17 ago. 1895.



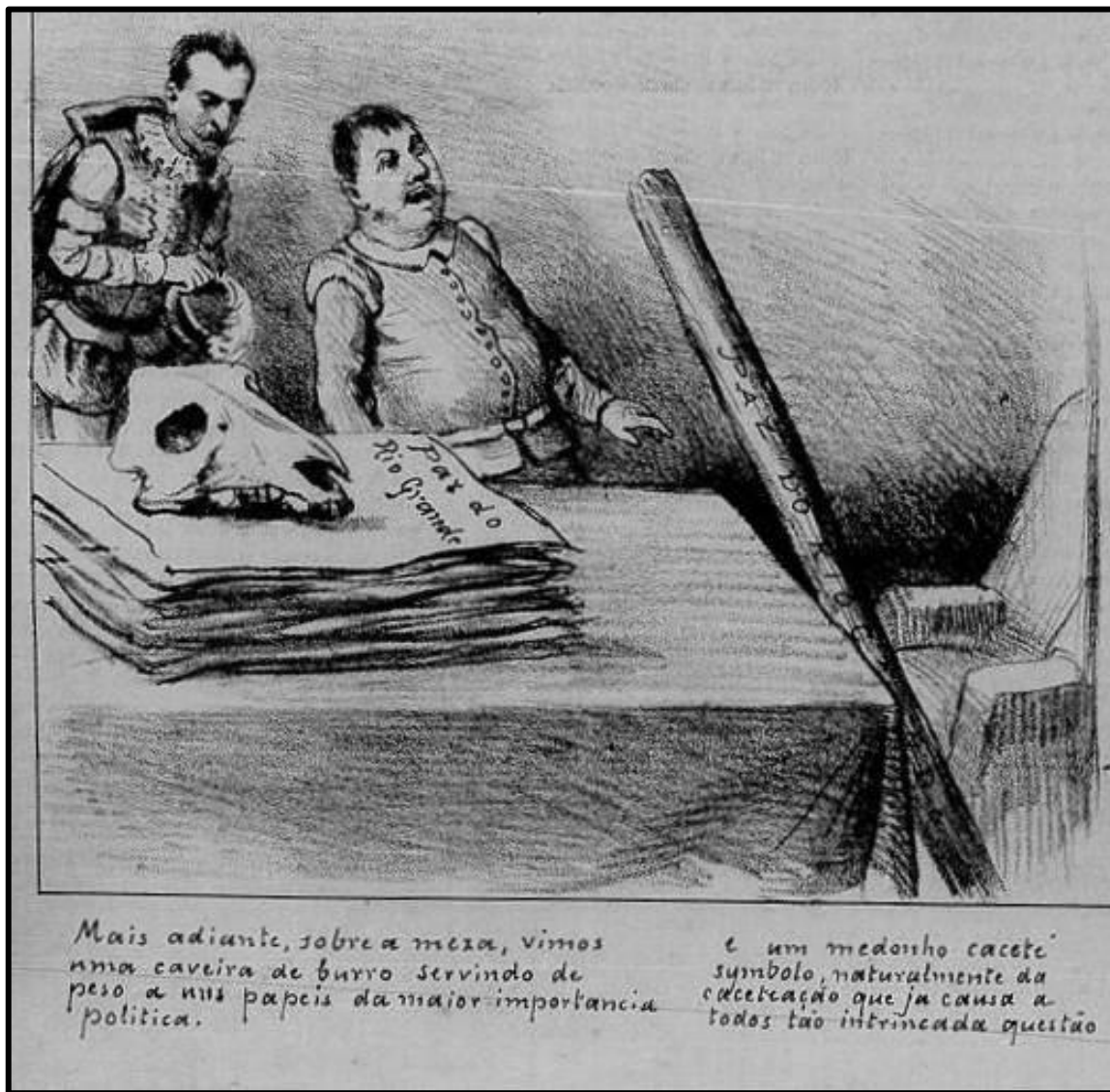


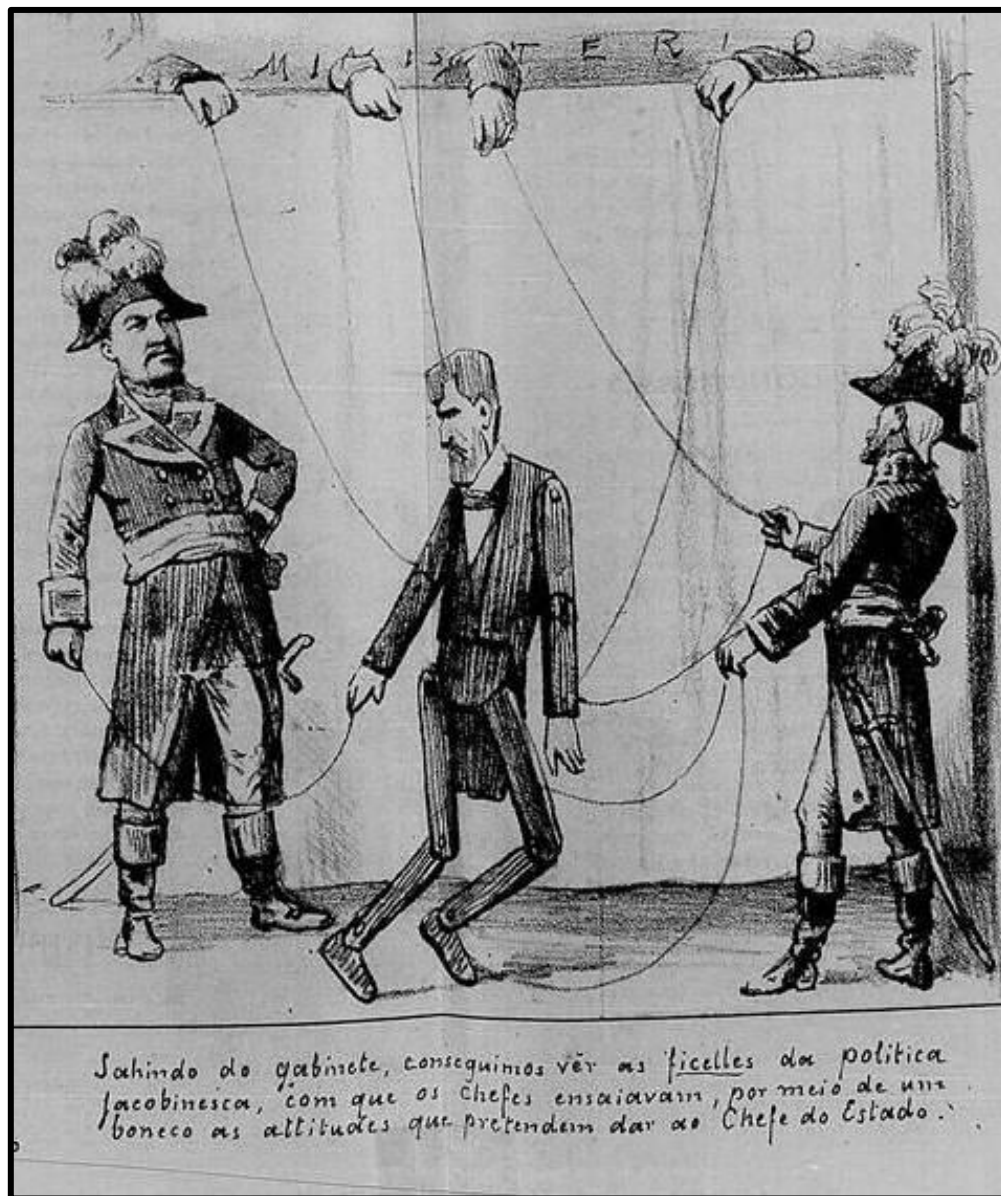






OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





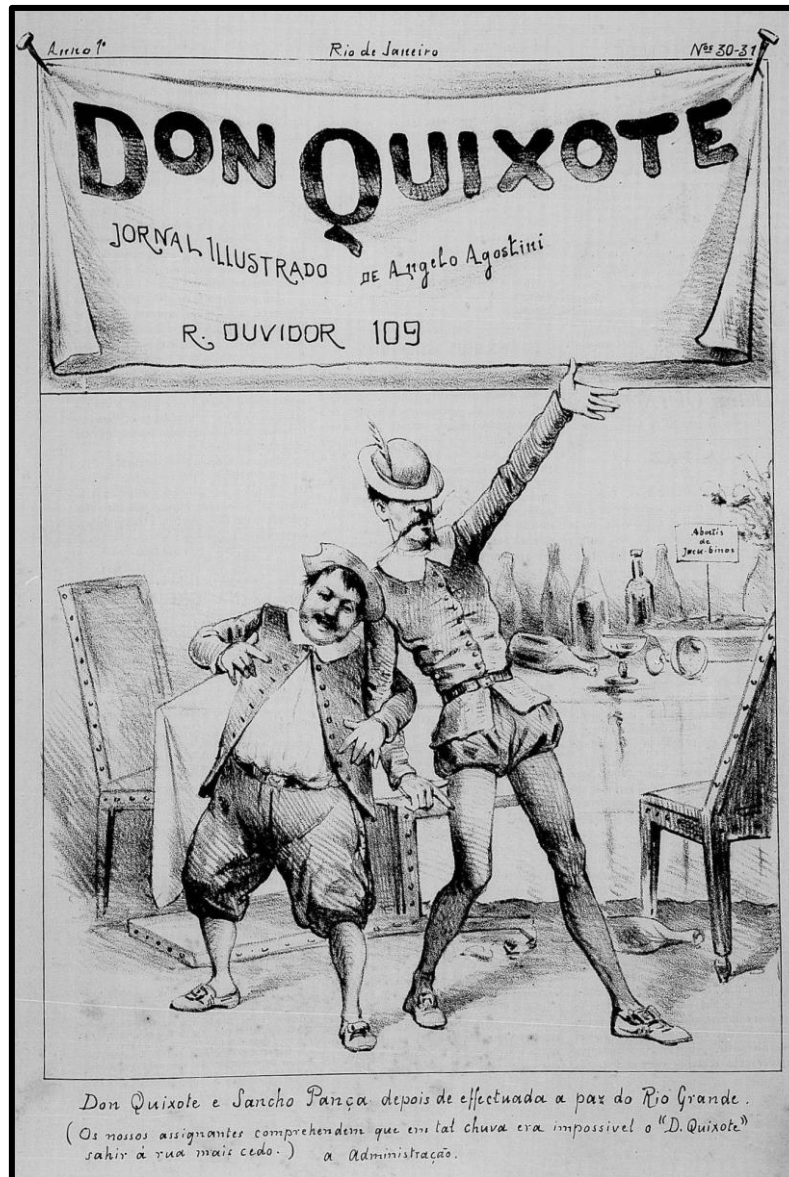
OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





A assinatura da paz no Rio Grande do Sul foi finalmente motivo de festejos de parte da revista ilustrado-humorística carioca, tanto que Dom Quixote e Sancho Pança exageraram na bebida ao comemorarem. Em outra referência à pacificação, o Presidente Prudente de Moraes era enaltecido, recebendo os louros e um buquê de flores, por parte da dama republicana e de outra figura feminina que representava a imprensa fluminense, ao passo que Quixote, ainda que satisfeito pela autoridade presidencial ter conseguido livrar-se das teias, apontava para a permanência de uma das aranhas, identificada com a conspiração, enquanto, em um canto, Sancho lembrava que os seus ramos de oliveira afinal tiveram uma utilidade. A folhar reproduzia as festas que se espalhavam pela cidade, sem deixar de acusar os jacobinos de estarem insatisfeitos com a paz, chegando a haver um debate no parlamento entre os dois personagens e os representantes do jacobinismo, mais uma vez representados por selvagens, sendo estes achincalhados por aqueles, restando ao final o trabalho de enfatizar aquilo que o periódico considerava como o maior valor em questão, ou seja, a própria paz¹²⁷.

¹²⁷ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 24 ago. 1895.

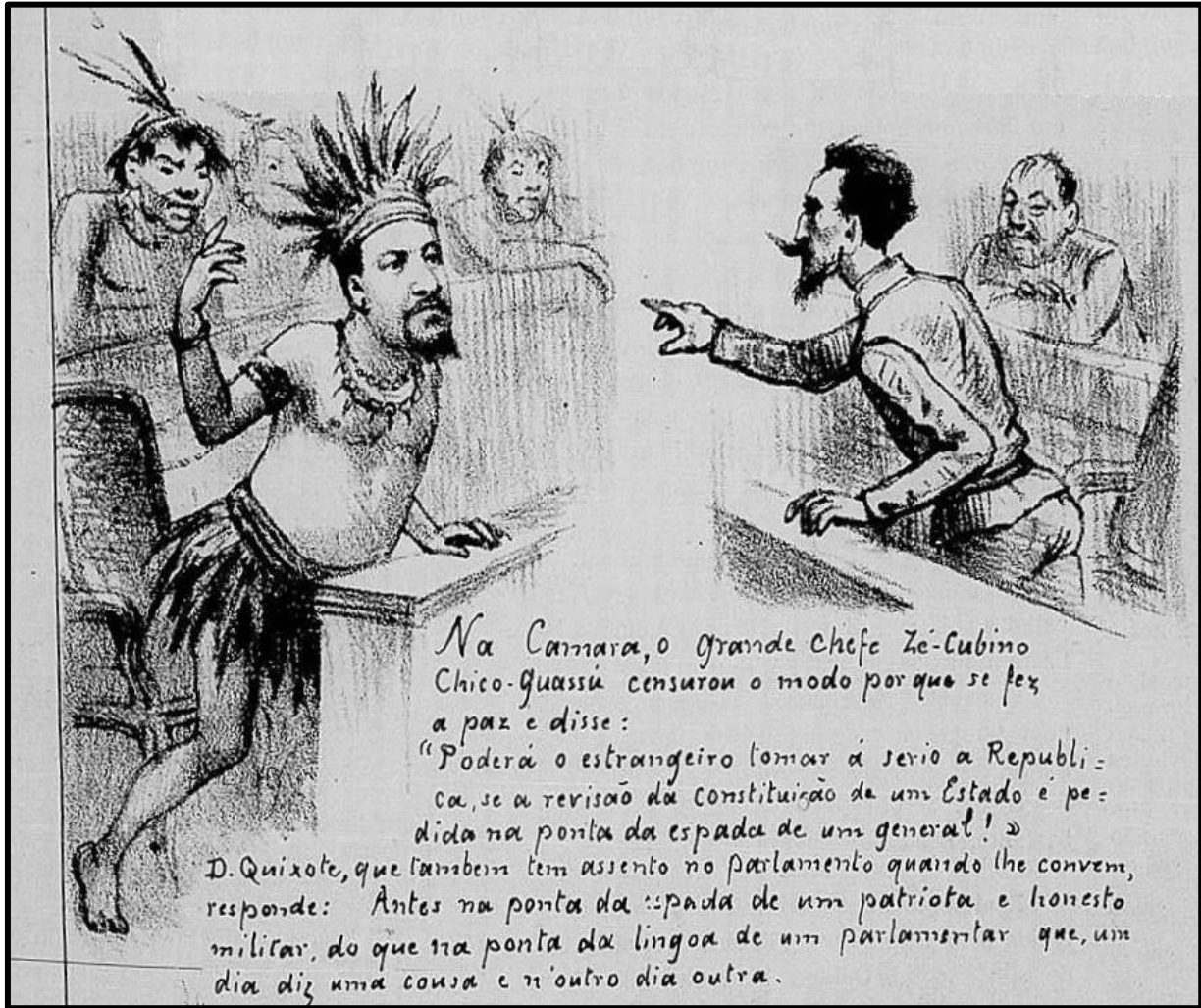


OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS







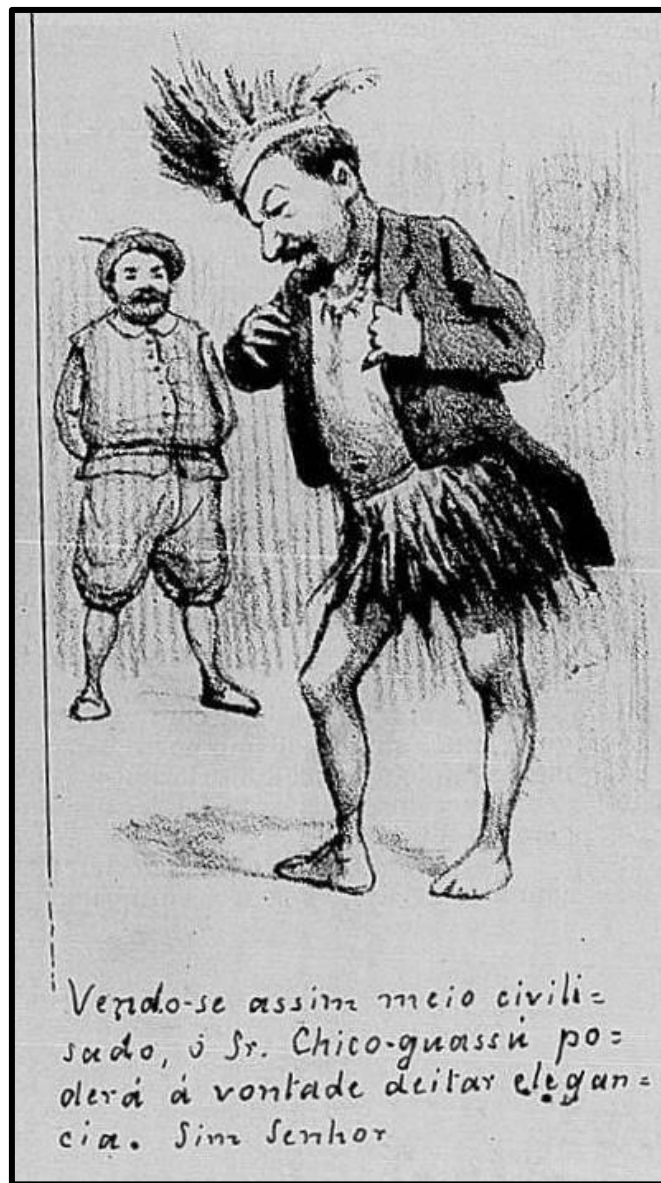


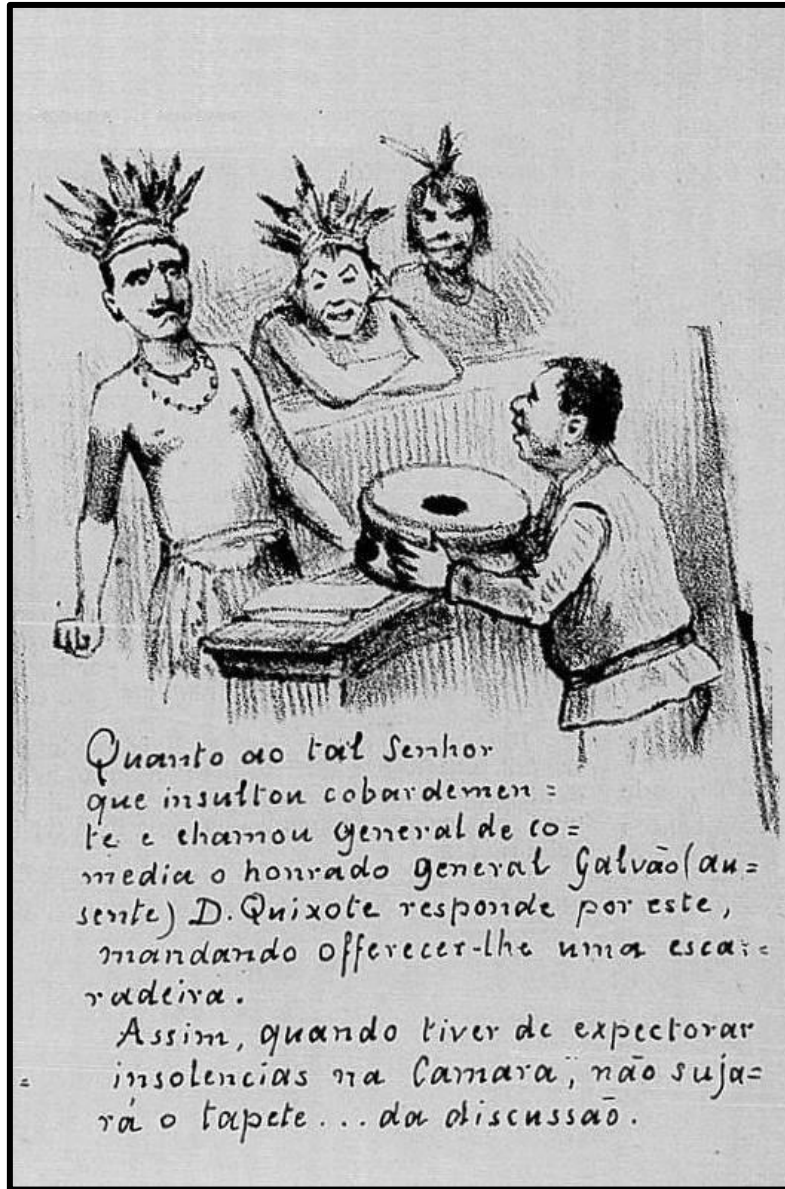
Na Câmara, o Grande Chefe Ze-Cubino Chico-Guassú censurou o modo por que se fez a paz e disse:

“Poderá o estrangeiro tomar á serio a República, se a revisão da constituição de um Estado é pedida na ponta da espada de um general!”

D. Quixote, que também tem assento no parlamento quando lhe convém, responde: Antes na ponta da espada de um patriota e honesto militar, do que na ponta da lingua de um parlamentar que, um dia diz uma coisa e n'outro dia outra.







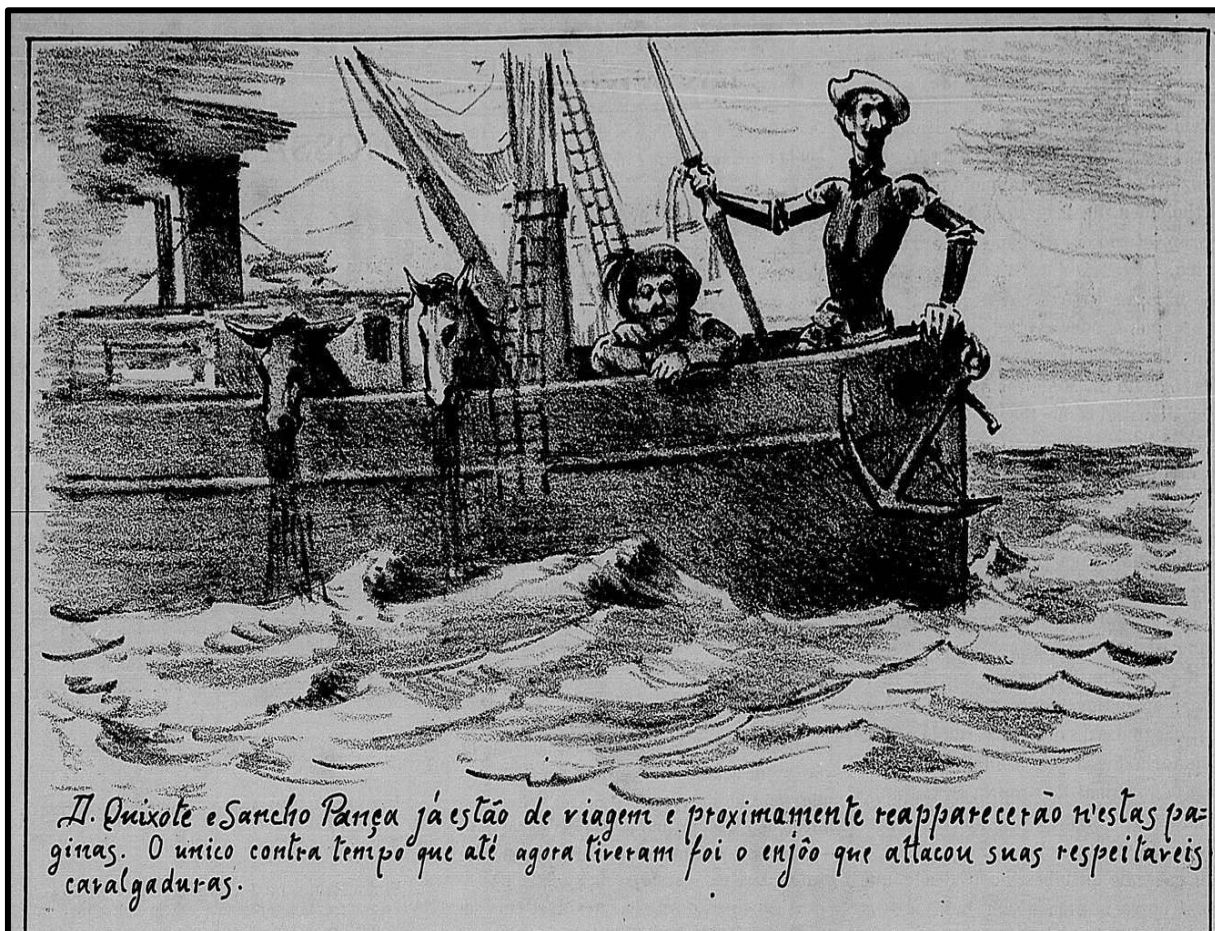


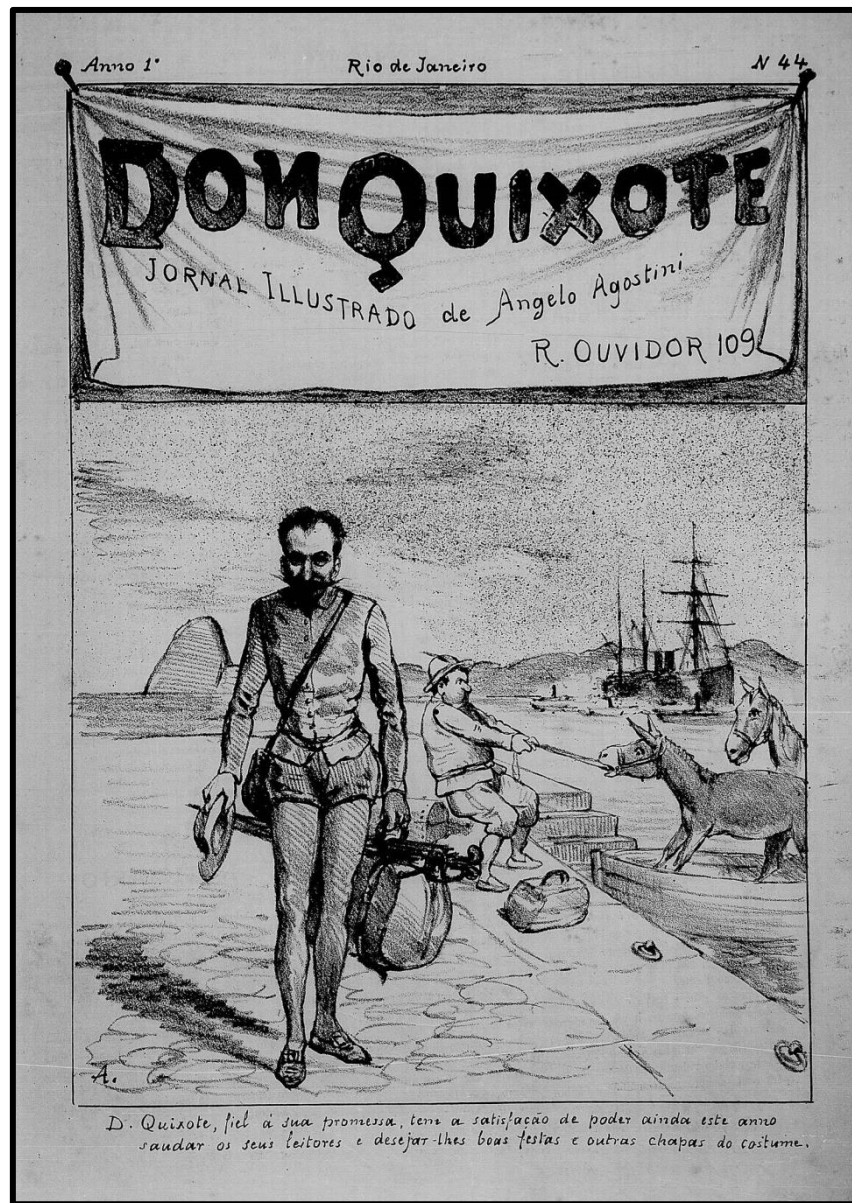
Em setembro de 1895, Ângelo Agostini viajou para a Europa, “no intuito único de adquirir material com que possa melhorar e aperfeiçoar esta folha”. Em sua viagem o diretor da revista levava consigo “seus companheiros inseparáveis – D. Quixote e Sancho Pança”¹²⁸. Efetivamente, com a alternância na responsabilidade pela arte caricatural da publicação, a ausência de Agostini correspondeu também ao não aparecimento dos dois personagens nas páginas do semanário. Já em dezembro, era informado que o caricaturista e “seus inseparáveis companheiros” estavam empreendendo o retorno para o Brasil. Nessa oportunidade se dava o reaparecimento do cavaleiro e de seu escudeiro, em um navio, enfrentando o problema do enjoo de “suas respeitáveis cavalgadas”¹²⁹. O ressurgimento definitivo se dava na última edição do ano, quando eles apareciam para saudar os leitores, desejando-lhes uma boa virada de ano, além de levarem “brindes políticos de fim de ano” aos congressistas, cujos presentes eram patriotismo, juízo, bom senso e atividade, para serem distribuídos entre os parlamentares e para o Presidente, que recebia uma vassoura de modo a afastar as aranhas que ainda se apresentavam – em referência aos males que continuavam a afligir o governo. Ao final, eles estranhavam a brusca mudança de temperatura da Europa para o Brasil e despediam-se do “ano velho”, que não teria sido nem dos melhores, nem dos piores¹³⁰.

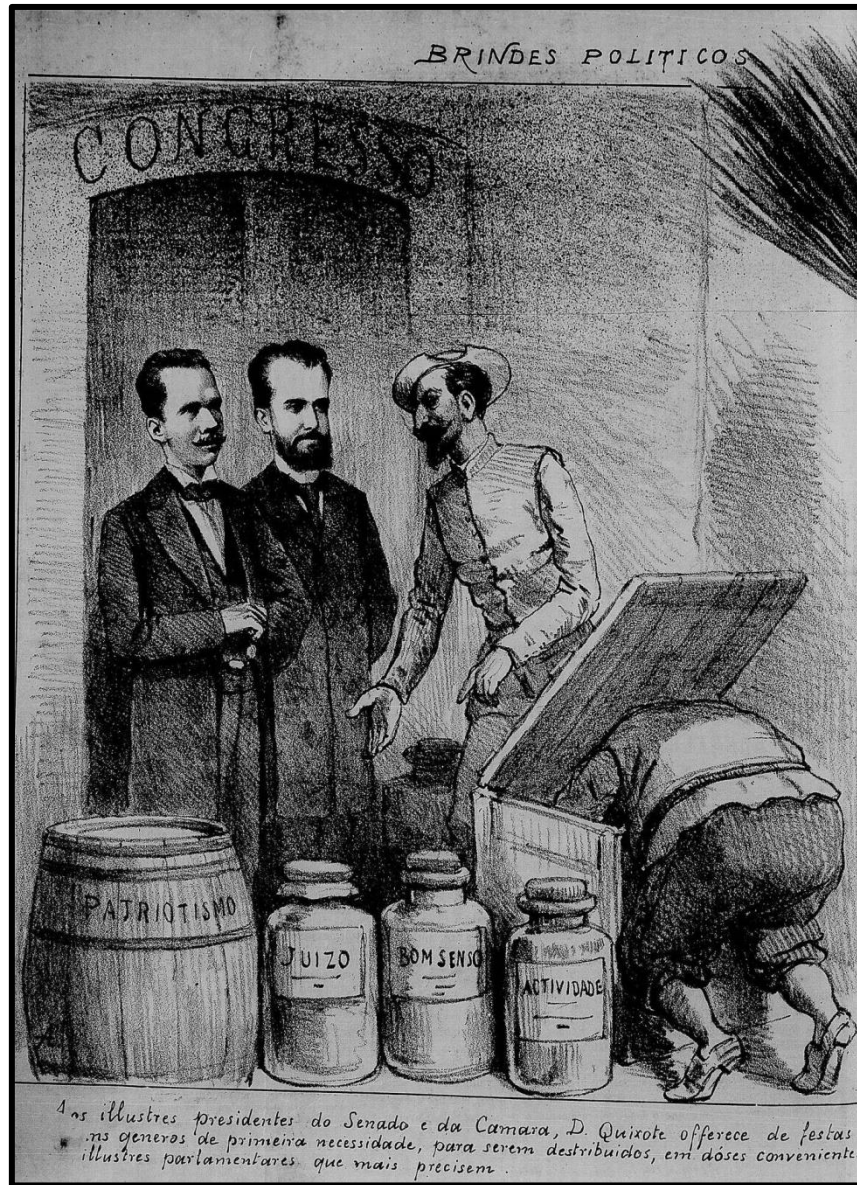
¹²⁸ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 11 set. 1895.

¹²⁹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 14 dez. 1895.

¹³⁰ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 28 dez. 1895.

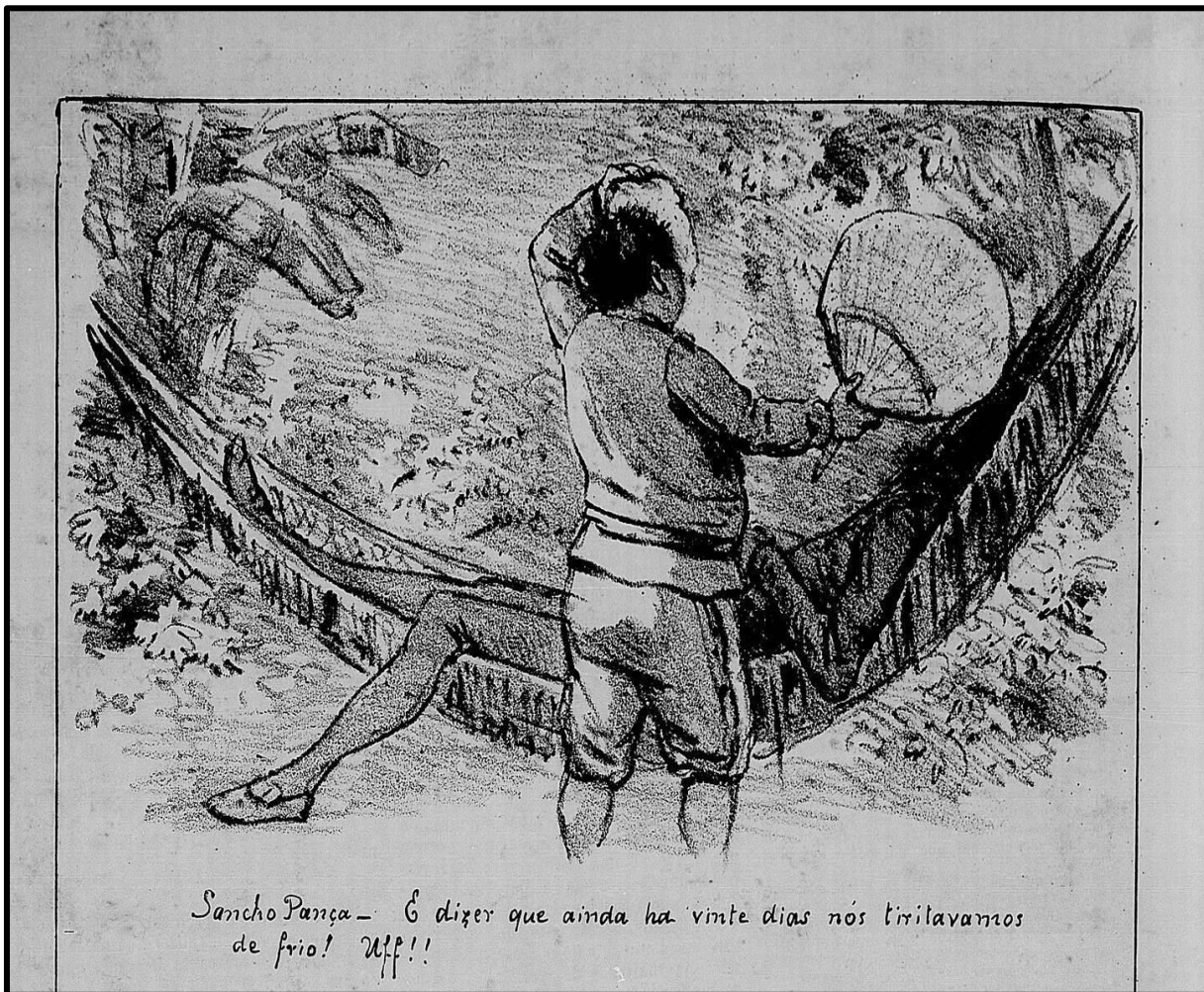






OLHARES SOBRE OS TEMPOS MODERNOS





Sancho Pança - É dizer que ainda há vinte dias nós tiritávamos
de frio! Uff!!



A revista ilustrado-humorística editada por Ângelo Agostini comprovava assim a universalidade e a atemporalidade da obra do escritor espanhol. Nessa linha, os elementos que compõem o trabalho de Miguel de Cervantes

continuaram existindo no Brasil, vivos na memória e nos costumes do povo, através do conhecimento do conteúdo de seus escritos¹³¹, o qual atingiu o fulgor de uma glória universal¹³². Desse modo, o livro de Cervantes tornou-se uma obra eterna que trilhou um caminho com força avassaladora através dos séculos, passando a pertencer ao acervo dos grandes monumentos filosóficos e literários da humanidade¹³³. De acordo com tal perspectiva a arte caricatural expressa por Agostini no periódico *D. Quixote*, o qual teve circulação e repercussão em várias partes do Brasil, demarcava o alcance do livro que inspirara o título e a feição redacional da publicação, de modo que aquele escrito que refletia sobre o medievo, sob o olhar da modernidade, atingia a contemporaneidade, daquela virada de séculos XIX ao XX, nas mais variadas localidades brasileiras, desde as grandes cidades até os mais longínquos rincões, com pleno reconhecimento dos personagens e compreensão de seu sentido por parte do público leitor.

¹³¹ CASCUDO, Luís da Câmara. Com Dom Quixote no folclore do Brasil. In: CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. xxxix-xl.

¹³² PEREZ, José. *A sabedoria do Quixote*. São Paulo: Cultura Moderna, 1937. p. 43.

¹³³ FONINI, Ricardo. Prefácio. In: CERVANTES, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2008. p. 8 e 27.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

